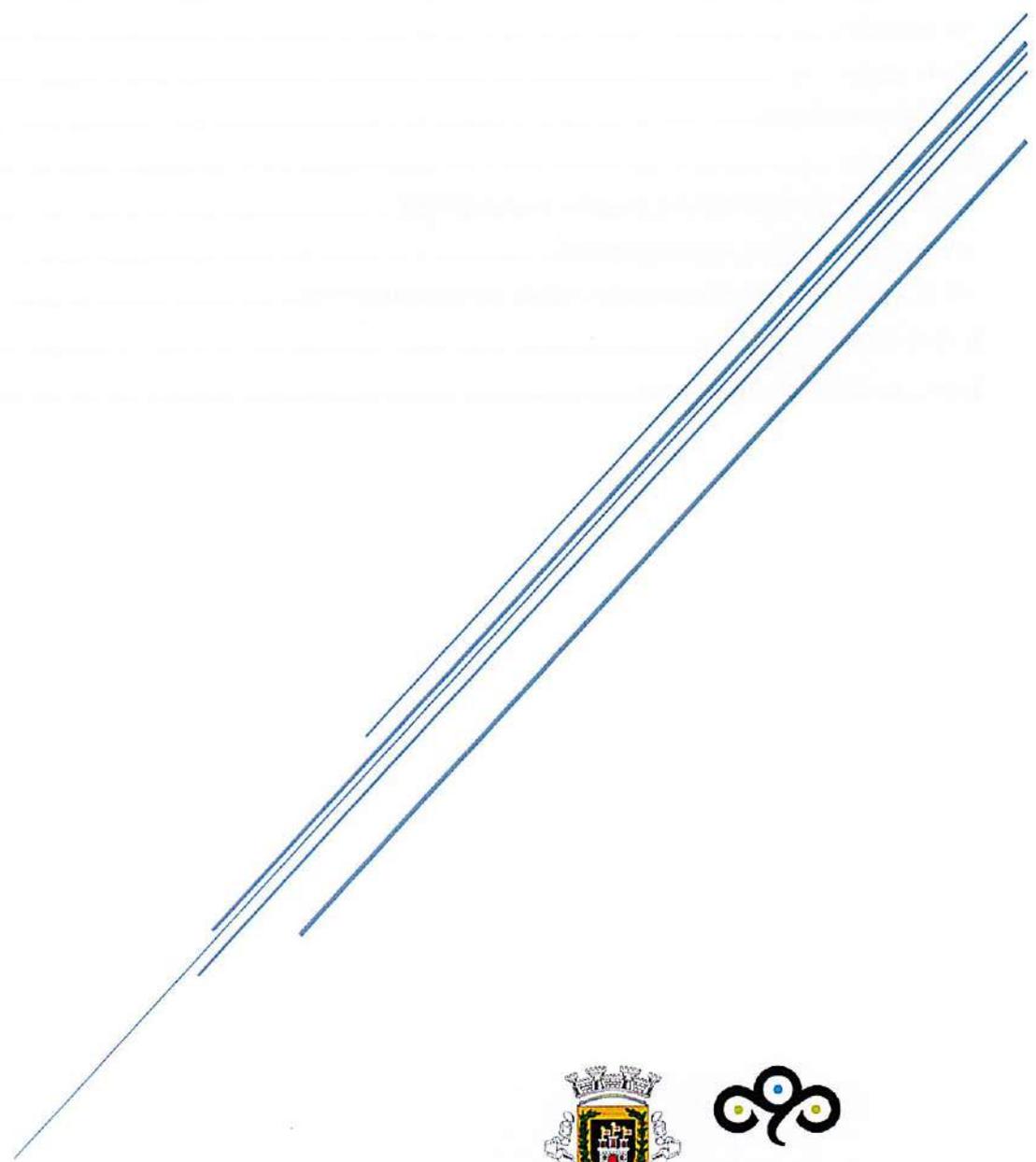


CARTA SOCIAL

MUNICÍPIO DE MONFORTE

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in black ink.



Fevereiro 2024



ÍNDICE

1.Introdução	5
2. Metodologia.....	6
3. Caraterização e diagnóstico	7
3. 1. Enquadramento.....	7
3.2. Demografia.....	9
3.3. Dinâmicas socioeconómicas	24
3.4. Habitação	43
3.5. Educação	50
3.6. Dinâmicas Sociais	56
3.7 Saúde	63
4. A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES)	66
4.1. Enquadramento da RSES de Monforte.....	66
4.2. Caracterização e mapeamento das IPSS do Concelho de Monforte	79
5. A Prospetiva	95
6. A Carta Social de Monforte.....	100

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Densidade Populacional.....	9
Tabela 2- Distribuição da densidade populacional por Freguesia	9
Tabela 3- <i>POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA (Nº)</i>	11
Tabela 4- Variação 2011-2021	12
Tabela 5-TBN-evolução	12
Tabela 6-TBM- evolução.....	13
Tabela 7 TCM, TCE, TCN 2021-	13
Tabela 8- <i>EVOLUÇÃO TCM, TCE, TCN</i>	14
Tabela 9- variação da estrutura etária da população.....	14
Tabela 10- <i>DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO ETÁRIO, comparação entre NUTS.</i>	15
Tabela 11- <i>ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA 2011 E 2021</i>	15
Tabela 12. <i>TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO (5)</i>	16
Tabela 13- <i>DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO ETÁRIO (2011-2021)</i>	16
Tabela 14. <i>ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POR NUTS (nº)</i>	18
Tabela 15. <i>ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO POR FREGUESIA</i>	18
Tabela 16. <i>IRP (nº)</i>	20
Tabela 17 – <i>IRP POR FREGUESIA (Nº)</i>	20
Tabela 18. <i>ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS (Nº) POR CADA 100 ATIVOS</i>	21
Tabela 19- <i>ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS (Nº) POR CADA 100 ATIVOS</i>	21
Tabela 20. <i>ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL POR 100 ACTIVOS (Nº)</i>	22
Tabela 21. <i>DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO (2021) por NUTS.</i>	26
Tabela 22. <i>POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 ANOS OU MAIS ANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (CENSOS 2011 E 2021</i>	26
Tabela 23. <i>VARIAÇÃO NÍVEL DE ESCOLARIDADE 2011-2021</i>	27
Tabela 24. <i>DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO (2021) por NUTS.</i>	28
Tabela 25. - <i>DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE (CENSOS 2011, 2021) POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO</i>	28
Tabela 26. - <i>VARIAÇÃO NÍVEL DE ESCOLARIDADE 2011-2021</i>	28
Tabela 27- População ativa	29
Tabela 28. <i>POPULAÇÃO ATIVA (Nº) / TAXA DE VARIAÇÃO</i>	29
Tabela 29. <i>POPULAÇÃO ATIVA POR SEXO (%)</i>	30
Tabela 30. <i>TAXA DE ATIVIDADE (%)</i>	30
Tabela 31. Taxa de atividade	30
Tabela 32. Evolução do nº total de pensionistas e reformados.	31
Tabela 33. – <i>Peso do Total das pensões na população 15-65 anos por NUTS.</i>	31
Tabela 34. Evolução da percentagem dos beneficiários do RMG e RSI no total da população com mais de 15 anos na UTM e NUTS.	33
Tabela 35. <i>TAXA DE DESEMPREGO (%) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (À DATA DOS CENSOS 2021 e 2011) POR SEXO</i>	33
Tabela 36. - <i>TAXA DE DESEMPREGO (%) POR FREGUESIA (À DATA DOS CENSOS 2021) POR SEXO;</i>	34
Tabela 37 - <i>DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA (%) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (CENSOS 2021) POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE</i>	34
Tabela 38 Síntese da população ativa no total da população residente.....	35
Tabela 39. <i>POPULAÇÃO EMPREGADA (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (À DATA DOS CENSOS 2021) POR SECTOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA</i>	36
Tabela 40. - <i>DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA (%) POR FREGUESIA (CENSOS 2011 E 2021) POR SECTOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA</i>	38
Tabela 41. <i>POPULAÇÃO EMPREGADA (%) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (À DATA DOS CENSOS 2011 E 2021) POR SITUAÇÃO NA PROFISSÃO</i>	39

Tabela 42. ganho médio mensal por setor de atividade e NUTS	39
Tabela 43. GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM: TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (EUROS)	40
Tabela 44. GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR SEXO (EUROS)	40
Tabela 45. EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS: TOTAL E POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA NO CONCELHO DE MONFORTE	41
Tabela 46- POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE (N.º E %) (À DATA DOS CENSOS 2021), POR FONTE DE RENDIMENTO	42
Tabela 47. VALOR MÉDIO ANUAL DAS PENSÕES E REFORMAS POR NUTS(€)	42
Tabela 48- Tipo de Alojamentos por Freguesia no Concelho de Monforte. Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021	46
Tabela 49. Alojamentos não clássicos por tipologia de Agregado	46
Tabela 50. - Forma de Ocupação dos Alojamentos Familiares por Freguesia no Concelho de Monforte	47
Tabela 51. - Habitação Social por tipologia e ocupação	49
Tabela 53. TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO POR LOCALIZAÇÃO (%)	53
Tabela 54. - TAXA DE RETENÇÃO E ABANDONO NO ENSINO BÁSICO (%)	54
Tabela 55- NÚMERO DE BENEFICIARIOS/ VALOR GLOBAIS ATRIBUIDOS AO NÍVEL DOS VÁRIOS REGULAMENTOS MUNICIPAIS	58
Tabela 56 - VALOR ATRIBUIDO A INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DO CONCELHO	58
Tabela 57 - ASSOCIAÇÕES/COLETIVIDADES COM SEDE NO CONCELHO POR FREGUESIA	59
Tabela 58 - VOLUME PROCESSUAL DA CPCJ DE MONFORTE	60
Tabela 59 - INTERVENÇÃO PRECOCE NO CONCELHO	61
Tabela 60. Caracterização dos Serviços Saúde	63
Tabela 61 – Médicos por 1000 habitantes por NUTS	65
Tabela 62. caracterização das Respostas Sociais para pessoas idosas no Concelho de Monforte; Fonte: Inquéritos; elaboração própria	75
Tabela 63- Caraterização dos utentes por grupo etário; Fonte: Inquéritos; elaboração própria	81
Tabela 64- Caraterização por género;	82
Tabela 65. Caracterização por género e grupo etário por resposta social	82
Tabela 66. Distribuição por género e grupo etário em cada resposta social	83
Tabela 67. Origem dos utentes;	91
Tabela 68. Grau de Incapacidade	91
Tabela 69. Projeção da população por grupo etário	98

ÍNDICE FIGURAS

Figura 1 Enquadramento geográfico da UTM. Elaboração própria	8
Figura 2 -Freguesias da UTM; Fonte: CAOP, 2019	10
Figura 3-Evolução da variação da população; Fonte: ELHM, INE, Elaboração própria, 2022	12
Figura 4. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO. Fonte: INE, Elaboração Própria	19
Figura 5. EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE LONGEVIDADE. Fonte: INE, Elaboração Própria	19
Figura 6. Evolução IRP. Fonte: INE; censos 2021, elaboração própria	20
Figura 7- Cenário A-projeção população Total; Fonte: INE, Elaboração própria	23
Figura 8- Cenário B-projeção da população total; Fonte: INE; elaboração própria	23
Figura 9. Perfis de população vulnerável socialmente e perfis de vulnerabilidade social; Fonte: PNPOT	24
Figura 10. Sistema Económico do Modelo Territorial; Fonte PNPOT, 2019	25
Figura 11. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO, 2021, por NUTS; FONTE: INE; Elaboração própria.	27
Figura 12. evolução do nº de pendões por beneficiário na UTM. Fonte: PORDATA-2021, elaboração própria	32

Figura 13. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA (%) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (À DATA DOS CENSOS 2021) POR SECTOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA; FONTE: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021	36
Figura 14. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA (%) UTM (À DATA DOS CENSOS 2021) POR SECTOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA, 2021; FONTE: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021	37
Figura 15. Evolução do nº de edifícios (2011-2021); Fonte: INE, elaboração própria	44
Figura 16- Nº de Alojamentos por freguesias no Concelho de Monforte. Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021	45
Figura 17.. Nº total de Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por freguesias no Concelho de Monforte. Fonte: ELHM/ INE, elaboração própria.	48
Figura 18- Nº de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por freguesias e escalão do valor mensal de renda da habitação. Fonte:ELHM/ INE, elaboração própria.....	48
Figura 19. Nº total de alojamentos familiares clássicos com e sem encargos por freguesias no Concelho de Monforte. Fonte: ELHM/INE, Censos, 2021, Elaboração Própria.	48
Figura 20.-GRÁFICO CENSOS 202, DA TAXA DE ANALFABETISMO. Fonte: Censos, 2021.....	55
Figura 21 Esperança de vida e anos de vida saudável à nascença por sexo; Fonte: ES 2023, 2023	64
Figura 22. Esperança de vida e anos de vida saudável aos 65 anos por sexo; Fonte: ES2023, INE	65
Figura 23.evlução da capacidade, nº de utentes e AC; in CS-RSES 2021	67
Figura 24,. In CS- RSES 2021, taxa de cobertura	68
Figura 25. In CS- RSES 2021, Taxa de utilização primeira infância	69
Figura 26. distribuição do Pré-escolar por Concelho , público e entidades da economia social. Fonte: GEP, Carta Social - http://www.cartasocial.pt	70
Figura 27. IN CS- RSES 2021; Evolução das respostas sociais das pessoas com deficiência	71
Figura 28. In RSES: distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência	72
Figura 29.. Evolução das taxas de respostas sociais das pessoas com deficiência, in CS- RSES	73
Figura 30. IN RSES 2021; distribuição e evolução das respostas sociais para pessoas idosas	74
Figura 31-Distribuição da população com mais de 65 anos, in RSES	75
Figura 32. Evolução da taxa de cobertura; in CS- RSES 2021	76
Figura 33. Evolução da taxa de ocupação das respostas sociais para pessoas idosas; In RSES	77
Figura 34. Mapeamento das IPSS da UTM.	79
Figura 35, Peso de grupo etário por resposta social; Fonte; inquéritos; elaboração	81
Figura 36.Oigem do utente: De fora do Concelho e do Concelho; Fonte: inquéritos.....	84
Figura 37. Distribuição dos utentes por origem nas respostas sociais; Fonte: inquéritos; elaboração própria	84
Figura 38. caracterização dos utentes por nível de incapacidade; Fonte: inquéritos; elaboração própria.....	85
Figura 39. Habilitações literárias por respostas sociais; Fonte: inquéritos; elaboração própria	87
Figura 40. Gráfico da evolução da projeção da população por grupo etário, elaboração própria	98

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

[Handwritten initials]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

1.Introdução

De acordo com o disposto nas alíneas b), c) e i) do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto -Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto (Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social), regulada pela Portaria n.º 66/2021 de 17 de março é obrigatória a elaboração da Carta Social Municipal (CSM), cujo art.º 3º se transcreve:

“

Conceito

1 — *A carta social municipal é um instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais ao nível concelhio.*

2 — *A carta social municipal é, ainda, um documento fundamental de apoio à decisão pública em matéria de criação ou desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais, por forma a garantir que, ao nível do concelho, se dispõe de uma rede de serviços e equipamentos adequadamente dimensionada e distribuída e que responda com eficiência às carências e problemáticas sociais diagnosticadas.*

3 — *Como instrumento de diagnóstico e planeamento prospetivo, a carta social municipal deve conter: a) Uma caracterização do território, designadamente nas vertentes demográfica, socioeconómica e física; b) O mapeamento dos serviços e equipamentos sociais existentes, incluindo georreferenciação dos mesmos; c) Uma prospeção que, em face das necessidades identificadas, estabeleça a evolução planeada e programada da rede de serviços e equipamentos sociais, o seu dimensionamento, a tipologia das respostas e a articulação com os índices de cobertura nacional, no quadro da evolução demográfica e socioeconómica de cada concelho.*

4 — *A carta social municipal deve, necessariamente, estar articulada com o ordenamento da rede de serviços e equipamentos sociais aos níveis supramunicipal e nacional e garantir a coerência com os instrumentos de gestão territorial municipal, bem como com as prioridades definidas a nível nacional e regional.”*

Pelo que, de acordo com a proposta municipal, o diagnóstico e a caracterização da UTM, com o mapeamento da rede e serviços e equipamentos sociais (RSES) permitirá a prospetiva para elaboração da CSMM com as necessidades de ampliação e/ou qualificação das respostas sociais existentes e a de novas, caso se justifiquem. Salienta-se que, a CSMM tem como referência as respostas sociais existentes a nível supranacional e regional, considerando que o investimento deste setor social no Concelho de Monforte tem uma relevância estratégica para o seu desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente, ao nível do emprego. Pelo que constitui uma oportunidade para a sustentabilidade concelhia da rede e reforçar respostas sociais integradas com a oferta supramunicipal.

2. Metodologia

Propõe-se como metodologia efetuar uma caracterização e diagnóstico que permita, em conjunto com os parceiros e agentes locais, uma RSES com respostas à problemática social adequando-as às necessidades locais, regionais e nacionais.

O objetivo é ter uma prospetiva da evolução social da UTM, em diferentes cenários que permita a opção por medidas de que antecipem fatores de mudança, encontrando as melhores soluções em conjunto com os diferentes atores e agentes sociais.

A caracterização e diagnóstico cruza os principais domínios que de forma integrada determinam o desenvolvimento social das comunidades. Os domínios estão de acordo com a respetiva Portaria n.º 66/2021 de 17 de março que regula os conteúdos das cartas sociais.

Com base no Relatório do RSES de 2021, publicado em março de 2023, pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), efetuou-se o enquadramento macro das diferentes respostas sociais por NUTS I, II e III, para comparação de taxas de cobertura, taxas de utilização e capacidade instalada. A caracterização da RSES do Concelho de Monforte foi elaborada com base em inquéritos realizados às instituições do Concelho de Monforte.

A Rede está devidamente georreferenciado (mapeamento) e foram diagnosticadas problemáticas, oportunidades e desafios, para definição de uma estratégia integrada e sustentável das respostas sociais.

De acordo com as orientações de elaboração das Cartas Sociais Municipais com base nas taxas de cobertura, utilização e acordos de cooperação por resposta social, bem como na projeção dos públicos-alvo por intervalos de 10 anos, apresenta-se a prospetiva da RSES do concelho de Monforte. A Carta Social reflete o compromisso entre a projeção dos públicos-alvo e as respostas sociais apresentada pelos agentes locais que as aplicam, as Instituições Particulares de Solidariedade Social sendo o município o mediador de um processo de governança social.

Por último, considerando que está em revisão o PDS e o PDMM foram utilizados dados e avaliações conjuntas que permitem que a CSMM seja mais um instrumento de planeamento que contribua para a estratégia municipal e de partilha de recursos entre os diferentes atores e agentes locais e supramunicipais. Assim, procedeu-se à validação da Carta Social junto do CLAS, através da sua participação e de acolhimento das propostas dos representantes das suas instituições.

3. Caraterização e Diagnóstico

3.1. Enquadramento territorial e geográfico

Localização: O Concelho de Monforte situa-se na NUTS II do Alentejo e NUTS III do Alto Alentejo, possui uma área de 420,25Km² sendo limitada a Oeste e Norte pelos municípios do Crato e de Portalegre, a Leste por Arronches e por Elvas, a Sudeste por Borba e por Estremoz, a Oeste por Fronteira e a Noroeste por Alter do Chão.

O município tem quatro freguesias (Santo Aleixo, Assumar, Vaiamonte e Monforte) tendo como Centro Urbano a Vila de Monforte. A Unidade Territorial de Monforte (UTM) está classificada como um território de baixa densidade (Portaria nº 55/2015 de 2015-07-01) com 7,12 hab./Km² e um total de 2.992 habitantes (Censos 2021), em que 43,3% da sua população se concentra na Vila de Monforte. Situa-se a 29,7Km de Portalegre (Centro Urbano Regional), cujo distrito integra, a 28,7 Km de Estremoz (Centro Urbano Estruturante), 35,8 Km de Campo Maior, 33,3 Km de Elvas (que constituem um Centro Urbano Regional), a 61,9 Km de Ponte de Sôr (Centro Urbano Estruturante), a 73,8 Km de Évora (Centro Urbano Regional), a 49,4 Km de Badajoz e a 198 Km de Lisboa.

A centralidade de Monforte, nomeadamente o seu Centro Urbano permite a sua articulação com o Alentejo Central e apresenta um posicionamento geográfico próximo ao eixo Lisboa-Madrid, definido no modelo territorial do PROTA, como corredor nacional que estabelece a conetividade entre Lisboa-Évora-Elvas-Badajoz. O IP2 ao atravessar o Concelho de Monforte permite ligação à A6 em Estremoz, bem como a proximidade em relação a Badajoz, através dos corredores regionais, reforçando a competitividade desta unidade territorial no contexto da sua NUTS III.

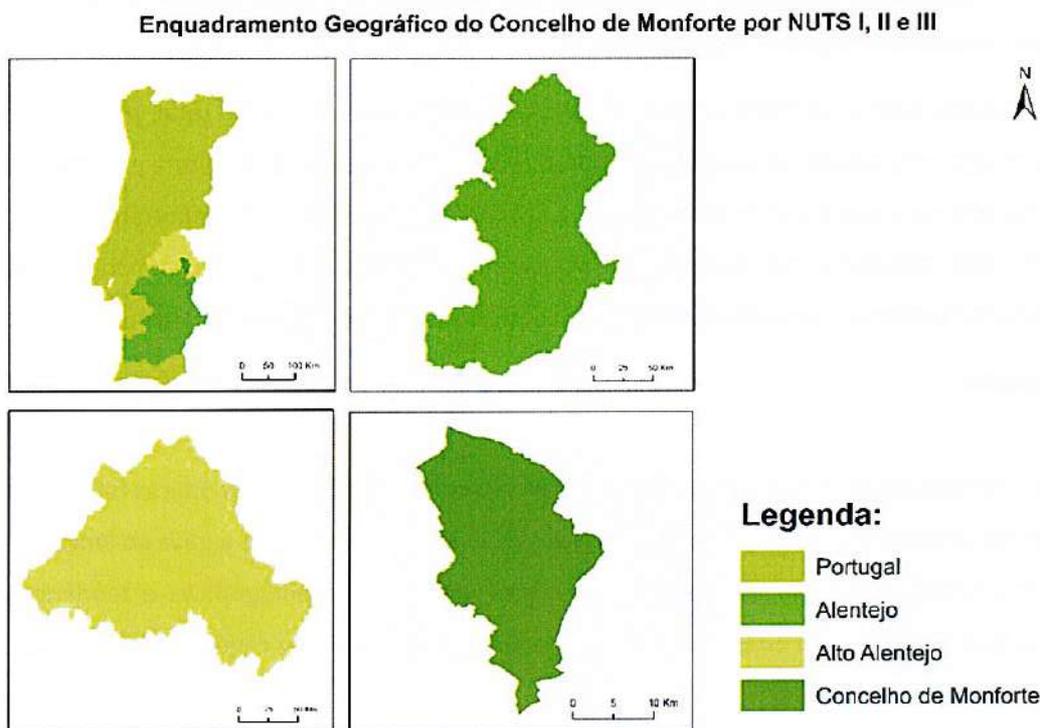


Figura 1 Enquadramento geográfico da UTM. Elaboração própria

As características biofísicas do território permitem o desenvolvimento da atividade do setor agrícola e de produção agroalimentar onde se destacam: Carne (bovino raça alentejana), o Queijo (DOP), enchidos, vinhos e azeite, bem como indústrias complementares à atividade agrícola de melhoramento de variedades forrageiras e de sementes que se impõem no mercado externo. O setor primário tem-se afirmado na UTM, enquanto o setor secundário à semelhança do que acontece na NUTS III, tem vindo a decrescer. Exclui-se o setor agroalimentar e agroindustrial continuando em crescimento. O sistema agrosilvopastoril integrado na unidade de paisagem da peneplanície alentejana tem contribuído para a sustentabilidade deste setor e seu crescimento.

A amenidade do território é-lhe conferida por se inserir numa unidade de paisagem que lhe concede uma identidade e qualidade ambiental, com áreas protegidas e valores ecológicos, onde se destacam as galerias ripícolas, que se estendem ao longo da sua rede hidrográfica. O património material e imaterial é diversificado. No património imaterial destacam-se as Ruínas Romanas de Torre de Palma (Monumento Nacional) e a Igreja da Madalena (imóvel de interesse público), a Igreja da Conceição (imóvel de interesse público) no Rossio de Monforte e no Centro Histórico de Monforte, a Igreja da Ordem e a Matriz. O espólio arqueológico é diversificado, e ganha relevância a arte sacra e os painéis de azulejos do séc. XVIII sobre a iconografia da rainha Santa Isabel. Ao nível do património imaterial,

destacam-se as romarias, ligadas ao sacro-profano, as tradições taurinas e os bonecos de Santo Aleixo, que se constituem como referências identitárias.

A atividade turística assume-se como o setor transversal às dinâmicas em espaço rural, potenciados por uma estratégia integrada de promoção de produtos endógenos, associados à cultura e identidade local, contribuindo para a amenidade do território. A economia social revela uma importância para o setor terciário, pois constitui-se como uma das principais empregadoras. No entanto, tal não impediu a continuidade da fragilidade do tecido económico e social e o consequente despovoamento.

3.2. Demografia

A análise demográfica dos territórios é determinante para compreender as suas dinâmicas futuras em particular em territórios de baixa densidade, num ciclo recessivo que se repete e agrava ao longo dos anos. Um ciclo recessivo que se analisa tendo por base indicadores demográficos e tendências demográficas num período entre 2011 e 2021, tendo como fonte os dados dos censos de 2011 e 2021.

- **A densidade populacional** diminuiu em consequência da perda de população, mas dada a dimensão da UTM esta é das mais baixas da NUTS III. Em 2021 a área da UT é de 420,25Km². No entanto a densidade populacional tem vindo a diminuir em todo o território nacional, bem como nas respetivas NUTS II e III. A variação entre 2011 e 2021 da densidade populacional por freguesia e na UTM de Monforte tem vindo a diminuir em consequência da diminuição da população.

Tabela 1 Densidade Populacional.

Zona Geográfica	2011	2021
Portugal	114,5	112,2
Alentejo	24	22,3
Alto Alentejo	19,5	17,2
UTM	7,92	7,12

Fonte: ELHM, INE, Dados Provisórios Censos 2021, elaboração própria

Tabela 2- Distribuição da densidade populacional por Freguesia

	Área por Freguesia (Km ²)	Densidade Populacional (Nº/km ²)- 2011	Densidade Populacional (Nº/km ²)-2021
Assumar	63,83km ²	10,2	9,61
Monforte	214,74Km ²	6,44	6,03
Santo Aleixo	58,51 km ²	10,9	8,5
Vaiamonte	83,17Km ²	7,86	7,03
Total do Concelho	420,25km²	7,92	7,12

Fonte: INE, elaboração própria

A freguesia com maior densidade populacional é a de Assumar, embora tenha diminuído entre 2011 e 2021 o que se justifica com a diminuição da população residente. A freguesia de Monforte é a menor, mas tal deve-se ao facto de ter a maior área, logo seguida de Vaiamonte.

Handwritten notes:
A.
SF.
or

A análise seguinte é efetuada por freguesia e UTM, permitindo a análise das variações existentes por aglomerado no período entre 2011 e 2021.

Handwritten notes:
H
T
R

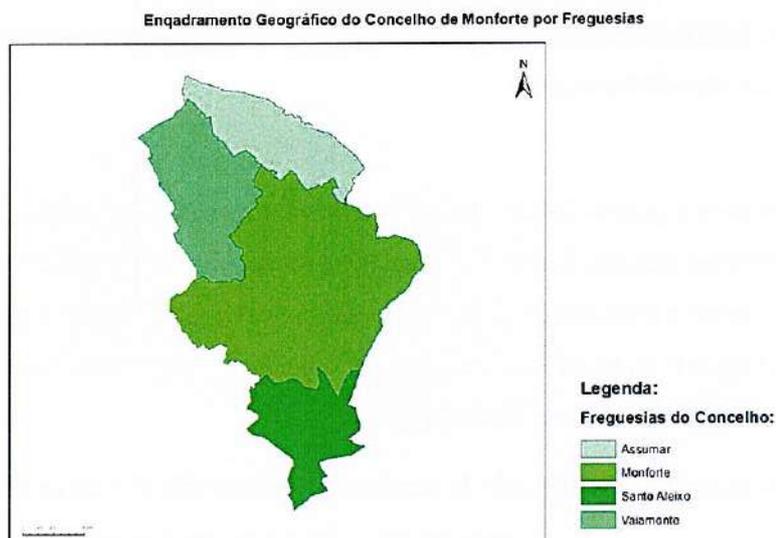


Figura 2 -Freguesias da UTM; Fonte: CAOP, 2019

Assumar

A freguesia de Assumar situa-se a norte do concelho de Monforte, junto ao limite administrativo com o concelho de Portalegre a noroeste, a cerca de 5 km, a nascente do IP2. Estabelece ainda limite com o concelho de Arronches a Este e com o Crato a Norte e Noroeste e Alter-do-Chão a noroeste. É atravessado pela EN 371 ligando o IP2 a Arronches, localizando-se a poente da linha de caminho-de-ferro que liga Abrantes a Elvas e Badajoz. A Freguesia de Assumar **tinha 651 habitantes (2011)**, sendo que de acordo com os Dados Censos **2021**, presentemente são **614 habitantes**.

Monforte

A Freguesia de Monforte situa-se no centro do concelho, conectando-se a Norte com a freguesia de Assumar e a Noroeste com a freguesia de Vaiamonte e a Sul com a freguesia de Santo Aleixo. Estabelece fronteira com o Concelho de Arronches a Nordeste, a Sudeste com o Concelho de Elvas e a Oeste com Fronteira e Estremoz. O IP2 atravessa a freguesia como eixo estruturante rodoviário, a restante rede de estradas nacionais, regionais e municipais ligam o seu centro urbano às freguesias e conectando estas com os concelhos limítrofes. A freguesia de Monforte **tinha 1384 habitantes**

(Censos, 2011), sendo que de acordo com os Dados Provisórios dos Censos 2021, presentemente são 1296 habitantes.

Santo Aleixo

A Freguesia de Santo Aleixo faz fronteira com os concelhos de Elvas e Borba a Sudeste, e Estremoz a Oeste. É atravessada pela EN 372 (desclassificada) faz ligação ao Concelho de Elvas e pela estrada EM 506 que faz a ligação à sede de Concelho e à localidade de Orada que fica no Concelho de Borba. **Santo Aleixo tinha 638 habitantes (2011)**, sendo que de acordo com os Dados Provisórios dos Censos 2021, presentemente são **497 habitantes**.

Vaiamonte

Vaiamonte situa-se a poente do concelho de Monforte, a cerca de 8 Km, a poente do IP2 e da sede do Concelho. É atravessado pela Estrada Nacional 369 (desclassificada) ligando Monforte a Alter do Chão, com que faz fronteira a Noroeste. Estabelece ainda fronteira a sudoeste e a Oeste com o concelho de Fronteira. A freguesia tinha 656 habitantes (2011) sendo que de acordo com os Dados Provisórios Censos 2021, presentemente são **585 habitantes**.

A tabela seguinte sintetiza a evolução da população residente nos dois ciclos eleitorais:

Tabela 3- POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA (Nº)

Freguesias	2011	2021
Assumar	651	614
Monforte	1384	1296
Santo Aleixo	638	497
Vaiamonte	656	585
Total do Concelho	3329	2992

Fonte: Censos 2011 e 2021, elaboração própria

- **A POPULAÇÃO RESIDENTE** na UTM segue a tendência da diminuição da população, tanto na NUTS I, II e III entre os dados dos censos de 2011 e os dados provisórios de 2021. Para uma melhor análise destes dados absolutos procedeu-se ao cálculo da taxa de variação da população residente (%) neste intervalo de tempo, para cada freguesia. Confirma-se assim, a perda de população, característica de territórios de baixa densidade, em particular nas freguesias de Santo Aleixo e Vaiamonte. No entanto, importa ainda referir que existe uma acentuada descida em relação à variação entre 2001-2011, o que justifica uma análise de outros indicadores para uma prospetiva do território.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Tabela 4- Variação 2011-2021

UT	Taxa de Variação (2011-2021) (%)
PC	-1,91
Alentejo	-6,97
Alto Alentejo	-11,46
Monforte	-10,12

Fonte: INE; elaboração própria

Handwritten initials 'A' and other marks on the right side.

Evolução da Variação da População

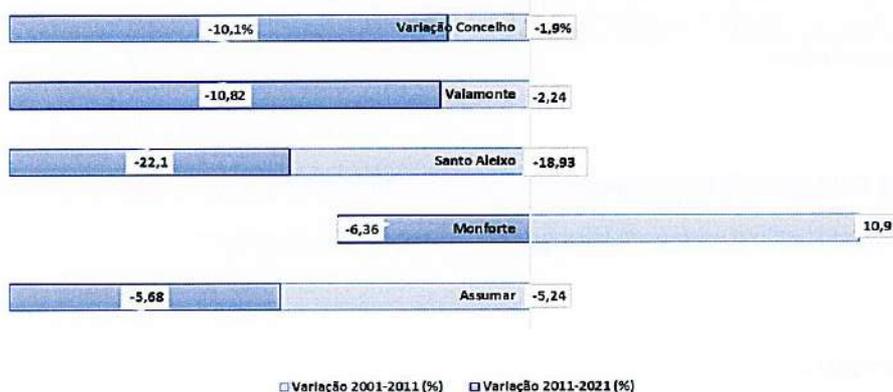


Figura 3-Evolução da variação da população; Fonte: ELHM, INE, Elaboração própria, 2022

- **A TAXA BRUTA DE NATALIDADE¹ (TBN)** que tem vindo a aumentar, situando-se em 2018 e 2020, acima das respetivas NUTS. Em 2021 existe um decréscimo sendo inferior `NUTS I, NUTSII e NUTS III.

Tabela 5-TBN-evolução

NUTS	Taxa bruta de natalidade (‰)			
	2021	2020	2018	2011
PC	7,6	8,1	8,4	9,1
Alentejo	7,4	7,6	7,6	8,1
Alto Alentejo	6,5	6,9	7,2	7,4
Monforte	6	9,5	8,6	8,3

Fonte INE, 2021; elaboração própria

¹ Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10³) habitantes)

➤ TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (TBN)²

A TBN de mortalidade (17) em 2021 tem vindo consecutivamente a registar valores superiores ao das NUTS I (PC) e sua NUTS II (Alentejo) e inferior á da NUTS III (AA), mesmo descendo em 2021 é superior ao de 2011 e isso prende-se com o consecutivo envelhecimento da população.

Tabela 6-TBM- evolução

NUTS	Taxa bruta de mortalidade (‰)			
	2021	2020	2018	2011
PC	12,1	11,9	11	9,7
Alentejo	16,5	15,9	14,7	13,3
Alto Alentejo	19,6	18,9	17	15,9
Monforte	17	18,7	17,2	14,6

Fonte: INE, 2021; elaboração própria

➤ **A TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL³** reflete esta diferença no ano de 2021, enquanto a **taxa de crescimento migratório⁴** permite uma taxa de crescimento efetivo positivo⁵.

Tabela 7 TCM, TCE, TCN 2021-

Local de residência	Taxa de crescimento migratório (%)	Taxa de crescimento efetivo (%)	Taxa de crescimento natural (%)
Continente	0,69	0,25	-0,44
Alentejo	1,52	0,60	-0,92
Alto Alentejo	0,70	-0,61	-1,31
Monforte	1,30	0,20	-1,10

Fonte INE, Censos 2021

Sendo esta taxa anual procedeu-se à sua análise para a UTM, num período de 10 anos, incluindo os dados de 2021 (INE).

² Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10³) habitantes).

³ Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²))

⁴ Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²))

⁵ Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²))

Tabela 8- EVOLUÇÃO TCM, TCE, TCN

ANO	Taxa de crescimento migratório (%)	Taxa de crescimento efetivo (%)	Taxa de crescimento natural (%)
2021	1,30	0,20	-1,1
2020	1,67	0,74	-0,94
2019	0,00	-0,80	-0,8
2018	-0,46	-1,32	-0,86
2017	-0,49	-1,47	-0,98
2016	-0,55	-1,51	-0,96
2015	-0,44	-1,61	-1,17
2014	-0,65	-1,71	-1,06
2013	-0,67	-1,65	-0,98
2012	-0,57	-1,21	-0,63
2011	-0,54	-1,16	-0,63

Fonte INE, 2022, elaboração própria

As oscilações do crescimento efetivo, como consequência do crescimento natural mais ou menos negativo, são positivos somente quando o crescimento migratório aumenta. Há três anos consecutivos que o crescimento migratório tem sido positivo o que permitiu que pela primeira vez em 10 anos, anulasse os resultados de um crescimento natural negativo. O Ano de 2021⁶ revelou uma das taxas de crescimento natural, mais baixa de há 10 anos, ou seja, o número de óbitos superou em muito o número de nascimentos, só compensado pelo saldo migratório positivo e uma consequente taxa de crescimento migratório acima de zero.

Conclui-se que a perda de população é uma consequência do envelhecimento da população, pelo que os indicadores seguintes permitem verificar esta dependência e qual as suas causas.

➤ ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

A evolução da estrutura etária de uma população é determinante para a prospetiva demográfica, permitindo ajustar as políticas públicas de planeamento, seja em equipamentos, infraestruturas, como em áreas económicas, sociais e de sustentabilidade futuras das comunidades.

A comparação entre as NUTS I, II, III e a UTM permite concluir que:

Tabela 9- variação da estrutura etária da população

	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
PC	-14,78	-4,43	-5,79	20,47
Alentejo	-15,21	-6,77	-9,96	4,08
Alto Alentejo	-18,28	-14,5	-13,87	-2,73
Monforte	-15,34	1,85	-11,15	-9,84

Fonte: INE 2021, elaboração própria

⁶ INE, 15 junho de 2023

- a população com mais de 65 anos tem uma variação negativa significativa comparativamente a Portugal Continental que aumenta. Tal verifica-se pela consecutiva diminuição da população entre os 25 e 64 anos ao longo dos ciclos censitários, pela incapacidade de não renovação da população;
- a variação positiva da população entre os 15 e 24 anos, decorrente do ano de 2011 ter tido um acréscimo da população entre os 0-14 anos.

Quanto ao peso no total da população residente:

Tabela 10- DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO ETÁRIO, comparação entre NUTS.

Zona Geografica	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 ou + anos
Portugal	12,87%	10,52%	53,18%	23,43%
Alentejo	12,37%	9,76%	50,84%	27,03%
Alto Alentejo	11,80%	9,39%	48,91%	29,91%
Monforte	13,84%	11,06%	46,32%	28,78%

Fonte: INE, 2021; Elaboração Própria

- o peso do grupo etário dos 0-14 anos, 15-24 anos e dos mais dos 65 anos é superior à NUTS I-PC;
- o grupo etário dos 25 aos 64 anos é o que tem maior peso, mas inferior aos das NUTS I, II, III.

O quadro seguinte apresenta a população residente por freguesia, por grupo etário, de acordo com os censos 2011 e 2021.

Tabela 11- ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA 2011 E 2021

Freguesias	0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		65-74 anos		75 ou + anos		TOTAIS ANO	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Assumar	91	79	71	78	311	279	84	72	94	106	651	614
Monforte	236	206	132	148	687	592	146	144	183	206	1384	1296
Santo Aleixo	64	54	60	35	296	230	105	75	113	103	638	497
Vaiamonte	98	75	62	70	266	285	81	48	149	107	656	585
Total Concelho	489	414	325	331	1560	1386	416	339	539	522	3329	2992

Fonte: INE, Elaboração Própria

As variações ocorridas em cada um dos grupos etários, pelo que, na tabela abaixo, se apresentam as taxas de variação por grupo etário, para análise e avaliação da população da UTM.

Handwritten signature and initials: PZ. SF. CN

Tabela 12. TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO (5)

Freguesias	2011-2021				
	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 ou mais anos	Total
Assumar	-13,19%	9,86%	-10,29%	0,00%	-5,68%
Monforte	-12,71%	12,12%	-13,83%	6,38%	-6,36%
Santo Aleixo	-15,63%	-41,67%	-22,30%	-18,35%	-22,10%
Vaiamonte	-23,47%	12,90%	7,14%	-32,61%	-10,82%
Total do Concelho	-15,34%	1,85%	-11,15%	-9,84%	-10,12%

Handwritten signature and initials: HA, HA, HA

Fonte: INE, Censos de 2011 e 2021; Elaboração Própria

A tabela seguinte apresenta o peso de cada grupo etário no total da população residente e sua evolução entre 2011 e 2021.

Tabela 13- DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO ETÁRIO (2011-2021)

Freguesias	0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		65 ou mais anos	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Assumar	13,98%	12,87%	10,91%	12,70%	47,77%	45,44%	27,34%	28,99%
Monforte	17,05%	15,90%	9,54%	11,42%	49,64%	45,68%	23,77%	27,01%
Santo Aleixo	10,03%	10,87%	9,40%	7,04%	46,39%	46,28%	34,17%	35,81%
Vaiamonte	14,94%	12,82%	9,45%	11,97%	40,55%	48,72%	35,06%	26,50%
Total Concelho	14,69%	13,84%	9,76%	11,06%	46,86%	46,32%	28,69%	28,78%

Fonte: INE, 2021; Elaboração Própria

Conclui-se por grupo etário

Dos 0 aos 14 anos:

O grupo registou uma perda de 15,34% no concelho. Foi o grupo etário que maior perda registou e diminui o peso no total da população residente. Neste decréscimo, destaca-se a freguesia de Vaiamonte, com uma perda elevadíssima na ordem dos 23%. Salienta-se que a variação deste grupo

etário entre 2001 e 2011 foi positiva em 12,7% ⁷para a UTM. A única freguesia em que que decresceu entre 2001 e 2011 foi a de Santo Aleixo, tendência que mantém. Neste decréscimo entre 2011-2021, destaca-se a freguesia de Vaiamonte, com uma perda elevadíssima na ordem dos 23%.

Dos 15 aos 24 anos:

A única faixa etária que a nível concelhio não perdeu população, podendo até o seu aumento ser muito superior, não fora a freguesia de Santo Aleixo que, contrariou a tendência e, registou uma diminuição extraordinária de 41,67%. (passou de 60 para 35). A que não será alheio o facto das consecutivas perdas de população no grupo etário dos 0-14 anos. O seu peso no total da população residente aumenta em consequência de duas freguesias que se destacam a polarização de Monforte e Vaiamonte, seguida de Assumar.

Dos 25-64 anos:

Tal, como a nível concelhio, as freguesias de Assumar, Monforte e Santo Aleixo perderam população neste grupo etário, tendo sido exceção a freguesia de Vaiamonte, que aumentou 7,14%. Mais uma vez, a diminuição mais significativa é na freguesia de Santo Aleixo. No entanto sublinha-se que o seu peso no total da população se mantém sem grandes oscilações.

Com 65 ou mais anos:

Neste grupo etário regista-se a diminuição da população, destacando-se as freguesias de Vaiamonte e Santo Aleixo com as maiores percentagens. Na freguesia de Assumar não se registou qualquer alteração ao número de residentes nestas idades, enquanto na freguesia de Monforte esta variação é positiva. Em termos de peso no total da população residente a oscilação é diminuta. No entanto, verifica-se que na população com mais de 65 anos, o grupo dos que têm mais de 75 anos é o que menos decresce, aumentando em Monforte e Assumar. O peso da população entre os 65 anos e 74 anos no total da população residente é de 11,3%, enquanto o da população com mais de 75 anos tem um peso de 17,4%, o que se justifica com o aumento da esperança e vida. Os indicadores seguintes justificam esta tendência.

➤ ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

O índice de envelhecimento da população no concelho é elevado, ou seja, por cada 100 jovens dos 0 aos 14 anos há 207.9 pessoas com 65 ou mais anos.

⁷ Dados INE, Censos 2001 e 2011: Em 2001 população residente 0-14, 434, 2011 população residente 0-14 anos de 489.

[Handwritten signature]
M.
S.F.
M

Tabela 14. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POR NUTS (nº)

Zona Geografica	Valor
Portugal	182,1
Alentejo	218,6
Alto Alentejo	253,5
Monforte	208

Fonte: INE, censos 2021; elaboração própria

Tabela 15. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO POR FREGUESIA

Freguesias	Valor
Assumar	225,3
Monforte	169,9
Santo Aleixo	329,6
Vaiamonte	206,7
Total do Concelho	207,9

Fonte: INE, censos 2021; elaboração própria.

[Handwritten signature]
M.
S.F.
M

Observando os valores por freguesia verificamos que:

- Santo Aleixo é a que tem um índice mais elevado;
- Monforte tem o valor mais baixo, sendo inferior ao da NUTS I,II e III.

Analisando o comportamento deste indicador ao longo da última década, no concelho, verificamos que, em 2021, o seu valor aumentou, ou seja, por cada 100 jovens dos 0 aos 14 anos há mais idosos (65 ou mais anos). Verificamos que no concelho o índice de envelhecimento (Nº), muito influenciado pelo valor elevadíssimo da freguesia de Santo Aleixo, situa-se mesmo assim, abaixo das suas NUTSIII e II, mas acima dos valores nacionais. Esta variação dá-se por ciclos de 10 anos, logo importa, face ao peso da população com mais de 65 anos, analisar como se comporta ao longo do tempo face ao aumento da esperança de vida.

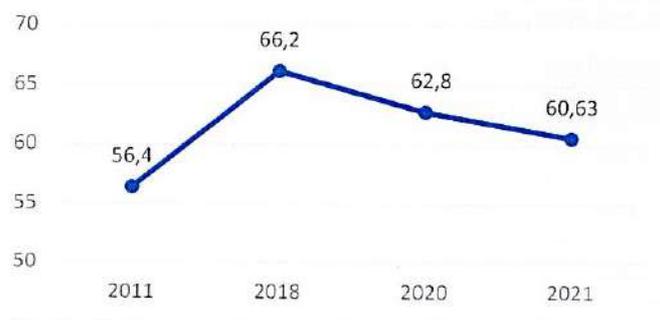


Figura 4. **ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO**. Fonte: INE, Elaboração Própria

➤ **ÍNDICE DE LONGEVIDADE**

Relação definida como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

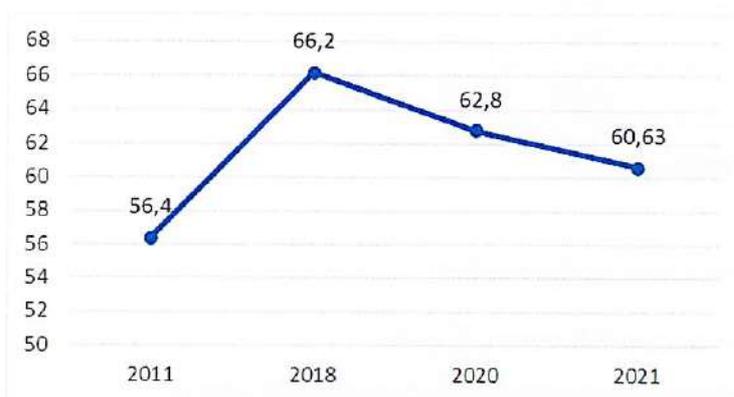


Figura 5. **EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE LONGEVIDADE**. Fonte: INE, Elaboração Própria

O índice de longevidade em 2021 aumenta em relação a 2011, o que se justifica pelo aumento da população idosa com mais de 75 anos no total da população com mais de 65 anos. Este indicador tem vindo a aumentar em consequência do aumento da esperança média de vida. Saliente-se que no período 2018-2021 houve um decréscimo que se associa como consequência da pandemia e do impacto que teve na mortalidade da população mais idosa.

➤ **Índice de rejuvenescimento/renovação da população em idade ativa:** relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 55-64 anos).

Na UTM verifica-se uma descida da renovação da população em idade ativa. Ou seja, por cada 100 pessoas que saem do mercado de trabalho entram 71 jovens. Salienta-se que no que se refere às freguesias o índice de renovação da população é mais elevado nas freguesias de Assumar, seguida de Vaiamonte, sendo, comparativamente superior aos das NUTS II e III.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

Tabela 16. IRP (nº)

Índice de Rejuvenescimento/renovação da população da População em idade ativa	
PC-NUTSI	76.06
Alentejo-NUTSII	65.7
Alto Alentejo-NUTS III	58.73
Monforte	71.15

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

Fonte: INE, Censos de 2021; laboração própria

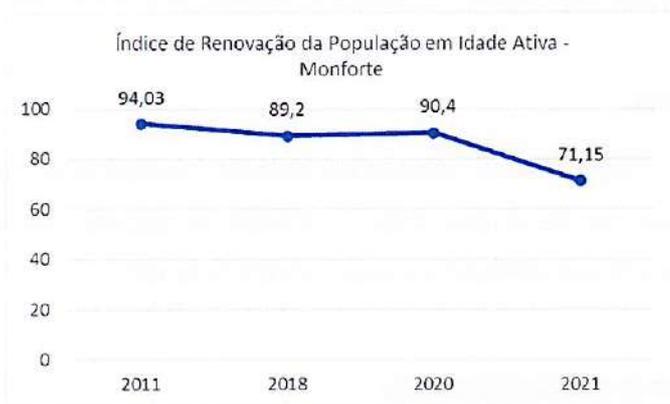


Figura 6. Evolução IRP. Fonte: INE; censos 2021, elaboração própria

Tabela 17 – IRP POR FREGUESIA (Nº)

Assumar	87.21
Monforte	63.25
Santo Aleixo	54.05
Vaiamonte	85.54

Fonte: INE, Elaboração Própria

➤ ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS⁸

Tabela 18. -ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS (Nº) POR CADA 100 ATIVOS

Zona Geográfica	Número de jovens (0-14) por cada 100 ativos		Freguesias	Número de jovens (0-14) por cada 100 ativos	
	2011	2021		2011	2021
Portugal	23	20	Assumar	24	22
Alentejo	22	20	Monforte	29	28
Alto Alentejo	21	20	Santo Aleixo	18	20
UTM	26	24	Vaiamonte	30	21

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021 e 2011; elaboração própria

Apesar do número de Jovens em idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos por cada 100 ativos (15 a 64 anos) continuar a ser superiores aos valores regionais e nacionais, verifica-se uma diminuição do índice de dependência. A freguesia que regista um maior índice de dependência é a de Monforte.

➤ ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS

Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 e mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos num determinado ano ou período de tempo.

Tabela 19-ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS (Nº) POR CADA 100 ATIVOS

Zona Geográfica	Número de Idosos(+ 65) por cada 100 ativos		Freguesias	Número de Idosos(+ 65) por cada 100 ativos	
	2011	2021		2011	2021
Portugal	29	37	Assumar	47	50
Alentejo	39	45	Monforte	40	47
Alto Alentejo	46	51	Santo Aleixo	61	67
UTM	51	50	Vaiamonte	70	44

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021 e 201; elaboração própria

Os dados anteriormente apresentados justificam o Índice de dependência de idosos que é o que apresenta uma diferença mais acentuada face aos valores das NUTS. A freguesia de Santo Aleixo é

⁸ Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

onde existe o maior número de idosos por cada 100 ativos. À exceção de Vaiamonte, onde este indicador diminuiu bastante, todas as freguesias viram o seu índice de dependência de idosos entre 2011 e 2021 aumentar. No entanto, em termos da UTM este indicador diminuiu e tem tido esta tendência que se manifesta como consequência da diminuição da população com mais de 65 anos, verificando-se mais uma vez que se comporta de forma diferenciada das outras NUTS.

➤ **ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL (N.º) -**

Tabela 20. **ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL POR 100 ACTIVOS (N.º)**

Zona Geográfica	Número de jovens(0-14) e idosos(65+) por cada 100 ativos	Freguesias	Número de jovens(0-14) e idosos(65+) por cada 100 ativos
Portugal	56,99	Assumar	71,99
Alentejo	65,02	Monforte	75,14
Alto Alentejo	71,53	Santo Aleixo	87,55
UTM	74,26	Vaiamonte	64,79

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação; Censos 2021 e 2011; elaboração própria.

O grau de dependência total é elevado e superior ao da região e bem mais elevado que o da NUTS I (Portugal Continental), em consequência dos indicadores anteriores, em particular da dependência de idosos.

Ao nível das freguesias verificamos que o valor mais elevado é da freguesia de Santo Aleixo, por registar o maior número de idosos e o menor de jovens por cada 100 ativos. Na freguesia de Vaiamonte onde o índice é mais baixo justifica-se por ser a freguesia onde a população entre os 25-64 anos ter registado um crescimento. A principal conclusão é que embora o índice tenha vindo a baixar, o que continua a ter maior peso é da população idosa, embora em termos absolutos esta tenha diminuído significativamente.

Conclusão

A análise demográfica permite-nos concluir que a perda de população é uma consequência de ciclos regressivos consecutivos. A perda de população entre os 25 e 64 anos, não consegue assegurar a sua renovação. Tal contribui para o envelhecimento da população que não consegue inverter a pirâmide etária, embora a taxa bruta de natalidade tenha valores próximos da NUTS I. Comprova-se que só com uma taxa de crescimento migratório positiva se consegue ter um crescimento efetivo positivo. Logo o desafio coloca-se na capacidade de atratividade de residentes e na fixação do grupo etário entre os 25 e 64 anos.

Apresenta-se a prospectiva da população para dois cenários em que no primeiro se considerou os dados dos censos entre 2011 e 2021 e no segundo a variação os censos de 2001-2021.

A projeção foi efetuada em intervalos de 10 anos, 2031 e 2041, verificando-se em ambos a perda de população, pelo que se confirma a necessidade de afirmar as variáveis de crescimento migratório positivo e aumento do grupo etário dos 25 aos 64 anos.



Figura 7- Cenário A-projeção população Total; Fonte: INE, Elaboração própria



Figura 8- Cenário B-projeção da população total; Fonte: INE; elaboração própria

3.3. Dinâmicas socioeconómicas

O enquadramento da UTM em termos territoriais determina os seus constrangimentos nas dinâmicas socioeconómicas, conforme a caracterização social e económica que será abordada neste subtítulo.

O PNPT (Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território) identifica os perfis da população socialmente mais vulnerável, em que é maior nas áreas mais populosas onde existe maior densidade populacional. No entanto, quando se avalia o perfil das vulnerabilidades o Concelho de Monforte apresenta envelhecimento, fragilidade e dependência. Tal é justificado com a análise demográfica identificada no subcapítulo anterior com o envelhecimento da população e o elevado número de dependência de idosos. No diagnóstico do PNPT (2019), o perfil da UTM corresponde á tendência da NUTS II, envelhecimento da população, fragilidades no tecido social, como a baixa qualificação, nível de escolaridade e dependência.

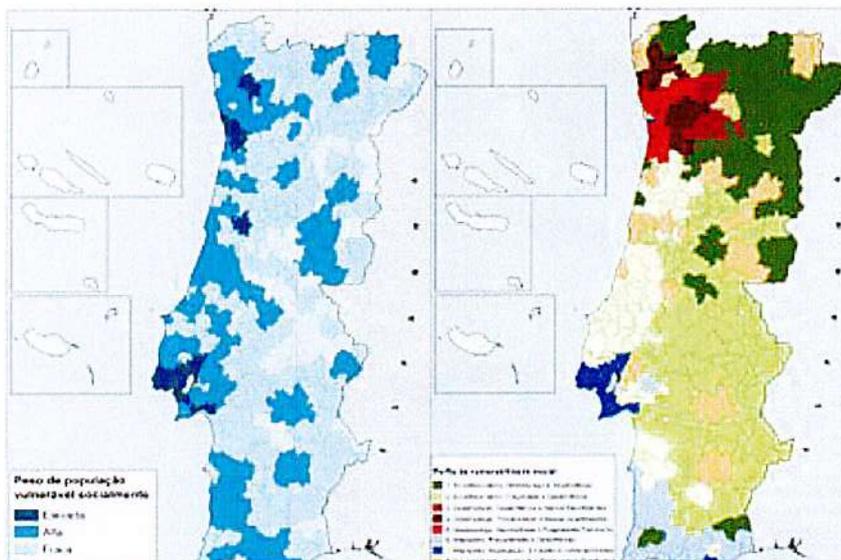


Figura 9. Perfis de população vulnerável socialmente e perfis de vulnerabilidade social;
Fonte: PNPT

O PNPT no modelo do seu sistema económico enquadra a UTM no perfil idêntico às NUTS II, caracterizados como territórios de baixa densidade, sendo a concentração de serviços e empresas maior nas áreas metropolitanas. Os recursos endógenos destas NUTS II e III, incluindo a UTM, conferem-lhe um perfil para agricultura e agroalimentar, onde o comércio tem pouco relevo e os serviços têm mais expressão no setor público. **Esta dicotomia de territórios como demonstra o sistema económico do modelo territorial do PNPT** tem tido tendência a agravar-se ao longo dos anos, onde a fraca densidade populacional tem consequências na população em idade ativa e a baixa qualificação têm determinado a perda de competitividade, apesar do crescimento do setor primário e do agroindustrial.

Da mesma forma que o fraco tecido económico determina a perda de população em idade ativa, num ciclo de causa-efeito que será analisado neste capítulo.

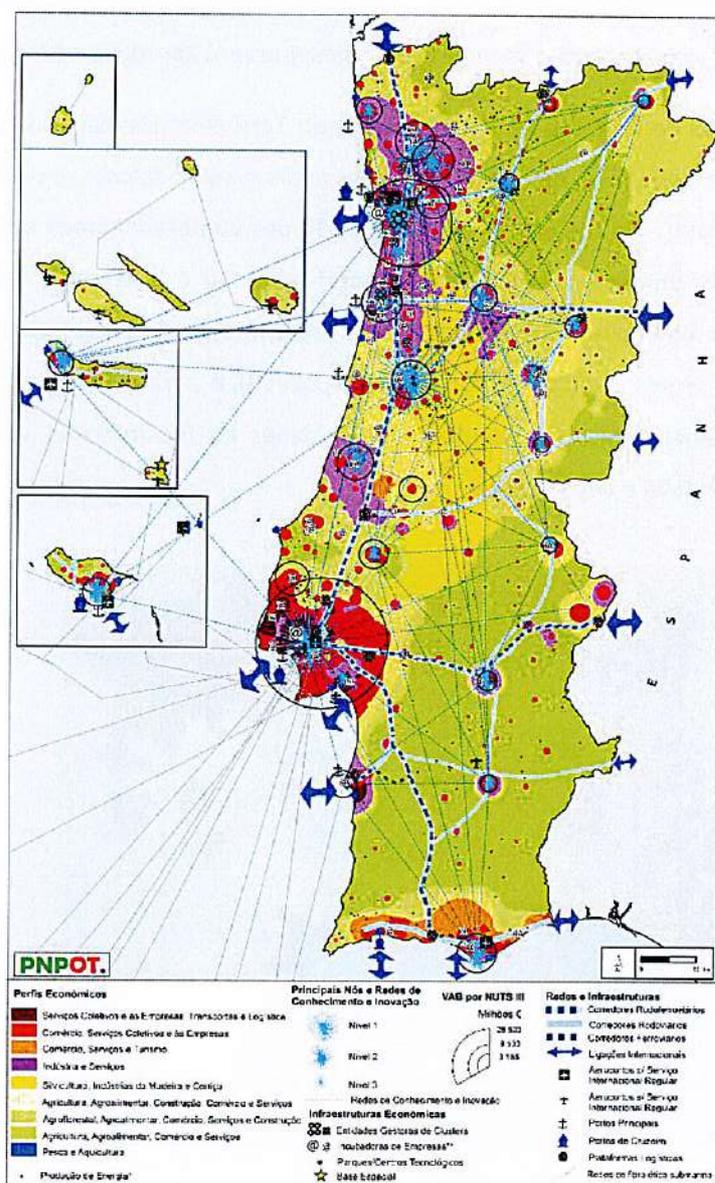


Figura 10. Sistema Económico do Modelo Territorial; Fonte PNPOT, 2019

Caraterização social da UTM

Para a caraterização social foram escolhidos indicadores que nos permitem aferir da caraterização do tecido social da UTM, bem como das dinâmicas sociais tendo como referência os dados censos de 2011 e de 2021 (provisórios) bem como da PORDATA (2001-2021) e AER (2021).

- **O nível de escolaridade** é dos indicadores que mais revela as fragilidades do tecido social e as necessidades em termos de qualificação dos recursos humanos.

Os territórios de baixa densidade como a UTM revelam como padrão, neste indicador, um baixo nível de escolaridade onde a maioria possui o 1º ciclo, que associada aos que não sabem ler nem escrever, são dos 51,5%, da população residente, até 2011. No entanto, pela primeira vez, com os dados dos censos de 2021 este valor diminuiu sendo inferior ao somatório dos que têm o 2º, 3º ciclo, secundário e pós-secundário e superior.

A comparação entre NUTS permite concluir que a maior diferença se situa ao nível do ensino superior e sem nenhuma qualificação, embora tenha diminuído significativamente em relação a 2011.

Tabela 21. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO (2021) por NUTS.

Zona Geográfica	Nenhum	Ensino Básico	Ensino Secundário e pós Secundário	Ensino Superior
Portugal	5,86%	49,68%	24,67%	19,78%
Alentejo	8,54%	52,61%	24,18%	14,67%
Alto Alentejo	9,20%	54,16%	22,66%	13,97%
Monforte	13,65%	57,91%	18,43%	10,01%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021, Elaboração própria

Tabela 22. POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 ANOS OU MAIS ANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (CENSOS 2011 E 2021)

Freguesias	Nenhum		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Ensino Secundário		Ensino Superior	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Assumar	114	107	234	131	56	57	71	124	59	77	26	39
Monforte	238	129	313	307	124	116	187	185	174	207	112	146
Santo Aleixo	142	59	204	149	80	65	80	79	54	67	14	24
Vaiamonte	181	57	149	148	51	57	87	75	63	124	27	49
Total UTM	675	352	900	735	311	295	425	463	350	475	179	258

Fonte:

INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021, Elaboração própria

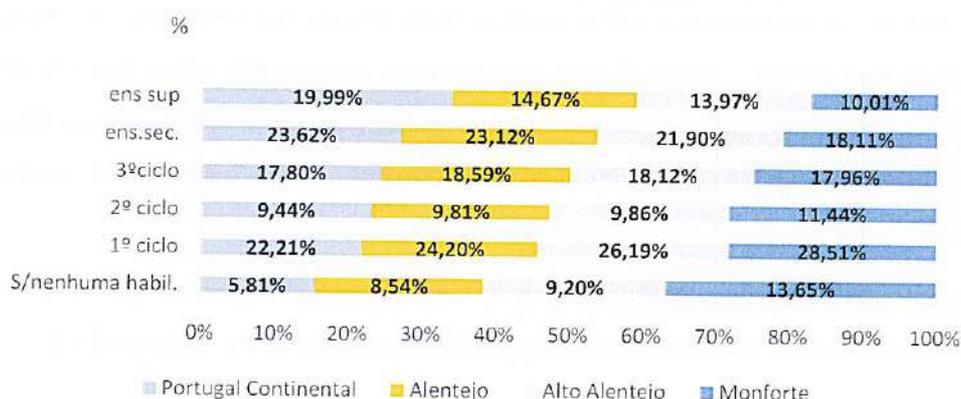


Figura 11. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO, 2021, por NUTS; FONTE: INE; Elaboração própria.

Tabela 23. VARIAÇÃO NÍVEL DE ESCOLARIDADE 2011-2021

UTM-Freguesias	VARIAÇÃO 2011-2021 (%)					
	nenhum	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Superior
UTM	-47,85%	-18,33%	-5,14%	8,94%	33,43%	44,13%
Assumar	-6,14%	-44,02%	1,79%	74,65%	30,51%	50,00%
Monforte	-45,80%	-1,92%	-6,45%	-1,07%	16,09%	30,36%
Santo Aleixo	-58,45%	-26,96%	-18,75%	-1,25%	20,37%	71,43%
Vaiamonte	-68,51%	-0,67%	11,76%	-13,79%	95,24%	81,48%

Fonte: INE, 2011 e 2021, elaboração própria

Os dados dos Censos de 2021, comparativamente a 2011, registam um aumento dos níveis de escolaridade do 3º ciclo, secundário e pós-secundário e superior. A diminuição dos grupos que nem sabem ler nem escrever, corresponde aos grupos etários mais idosos e que têm vindo a diminuir desde 2011, bem como do 1º ciclo. Da mesma forma que até 2011 a perda de população a partir dos 24 anos, tem contribuído para diminuir as habilitações da população residente com nível superior, isto porque são os mais habilitados a sair, dadas as dificuldades de oferta qualificada no mercado de trabalho na UTM, pelo que se conclui que o aumento do nível de escolaridade, corresponde à variação positiva deste grupo etário entre 2011-2021.

As Freguesias têm um comportamento idêntico com tendência para diminuir ao nível do 1º, 2º ciclo e 3º ciclo, com exceção de Assumar. Todas as freguesias têm um crescimento superior no secundário e superior com mais relevância em Santo Aleixo e Vaiamonte.

Tabela 24. **DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO (2021) por NUTS.**

Zona Geográfica	Nenhum	Ensino Básico	Ensino Secundário e pós Secundário	Ensino Superior
Portugal	5,86%	49,68%	24,67%	19,78%
Alentejo	8,54%	52,61%	24,18%	14,67%
Alto Alentejo	9,20%	54,16%	22,66%	13,97%
Monforte	13,65%	57,91%	18,43%	10,01%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021, Elaboração própria

Tabela 25. - **DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE (CENSOS 2011, 2021) POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO**

Freguesias	Nenhum		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Ensino Secundário		Ensino Superior	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Assumar	20,36%	20,00%	41,79%	24,49%	10,00%	10,65%	12,68%	23,18%	10,54%	14,39%	4,64%	7,29%
Monforte	20,73%	11,83%	27,26%	28,17%	10,80%	10,64%	16,29%	16,97%	15,16%	18,99%	9,76%	13,39%
Santo Aleixo	24,74%	13,32%	35,54%	33,63%	13,94%	14,67%	13,94%	17,83%	9,41%	15,12%	2,44%	5,42%
Vaiamonte	32,44%	11,18%	26,70%	29,02%	9,14%	11,18%	15,59%	14,71%	11,29%	24,31%	4,84%	9,61%
Total UTM	23,77%	13,65%	31,69%	28,51%	10,95%	11,44%	14,96%	17,96%	12,32%	18,43%	6,30%	10,01%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021, Elaboração própria

Tabela 26. - **VARIAÇÃO NÍVEL DE ESCOLARIDADE 2011-2021**

UTM-Freguesias	VARIAÇÃO 2011-2021 (%)					
	nenhum	1ºciclo	2ºciclo	3ºciclo	Secundário	Superior
UTM	-47,85%	-18,33%	-5,14%	8,94%	33,43%	44,13%
Assumar	-6,14%	-44,02%	1,79%	74,65%	30,51%	50,00%
Monforte	-45,80%	-1,92%	-6,45%	-1,07%	16,09%	30,36%
Santo Aleixo	-58,45%	-26,96%	-18,75%	-1,25%	20,37%	71,43%
Vaiamonte	-68,51%	-0,67%	11,76%	-13,79%	95,24%	81,48%

Fonte: INE, 2011 e 2021, elaboração própria

➤ População ativa

Outros indicadores relevantes para perceber as dinâmicas sociais é a população ativa. O quadro seguinte representa a percentagem da população ativa no total da população residente, comparativamente entre NUTS, não deixa de ser significativo que em todas as seja abaixo dos 50%,

em particular na UTM abaixo dos 40%, consequência do envelhecimento demográfico e dependência. Tal, justifica a diminuição da população ativa no ciclo censitário de 10 anos.

Tabela 27- População ativa

NUTS e UT	% Total	H%	M%
Portugal Continental	46,57	49,46	43,96
Alentejo	44,56	48,19	41,14
Alto Alentejo	41,99	45,3	38,99
Monforte	38,07	42,76	33,9
Assumar	29,32	39,68	22,34
Monforte	38,19	39,69	36,76
Santo Aleixo	44,06	51,68	37,07
Vaiamonte	41,88	44,79	39,06

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021; elaboração própria

O quadro seguinte apresenta a variação entre 2011 e 2021, no Concelho de Monforte em que a par de uma diminuição da população total residente, há uma diminuição da população ativa nestes últimos 10 anos, no entanto, importa evidenciar que a população residente diminuiu 10,12% e a população ativa 12,99%. Salienta-se que por freguesia, onde existe maior perda de população, Santo Aleixo, bem como com população mais idosa é a que regista uma maior percentagem de população ativa, seguida de Vaiamonte, sendo menor na freguesia de Monforte e Assumar.

As freguesias no período de 2011-2021 perdem população ativa, com exceção de Vaiamonte.

Tabela 28. POPULAÇÃO ATIVA (Nº) / TAXA DE VARIAÇÃO

NUTS e UT	% Total 2021	%/total 2011
Portugal Continental	46,57	47,58%
Alentejo	44,56	45,25%
Alto Alentejo	41,99	42,63%
Monforte	38,07	39,32%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 e 2021; elaboração própria

À data dos censos de 2021 e analisando a população ativa por sexo verifica-se que a população feminina é superior, mas com menos população ativa, situação que se verifica em todo território nacional, em que as freguesias com grupos etários mais elevados, como o caso de Santo Aleixo são os que se acentua esta diferença.

Tabela 29. POPULAÇÃO ATIVA POR SEXO (%)

Freguesias	2011	2021	Taxa de variação(%) 2011-2021
Assumar	200	180	-10,00%
Monforte	621	495	-20,29%
Santo Aleixo	266	219	-17,67%
Vaiamonte	222	245	10,36%
UTM	1309	1139	-12,99%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021; elaboração própria.

Convém distinguir população ativa de população em idade ativa, que se situa entre os 15 e 65 anos. A população ativa considera, somente os que têm atividade profissional, ou seja, empregados e desempregados.

Para se aferir melhor estes desempenhos por freguesia analisam-se de seguida indicadores como a taxa de atividade e de emprego.

➤ **Taxa de Atividade** é o quociente entre a população ativa e a população em idade ativa pelo que os resultados para a UTM são:

Tabela 30. TAXA DE ATIVIDADE (%)

	Pop. em idade ativa	Pop. Ativa	taxa de atividade
UTM	2578	1139	44,18%
Assumar	535	180	33,64%
Monforte	1090	495	45,41%
Santo Aleixo	443	219	49,44%
Vaiamonte	510	245	48,04%

Fonte: INE, Censos 2021, elaboração própria

Os dados justificam a subida da taxa de atividade relativamente à percentagem da população ativa quando se considera que as freguesias com maior dependência de jovens são as que mais sobem. No entanto, salienta-se que a taxa de atividade quando comparada com as suas NUTS apresenta uma diferença significativa que são:

Tabela 31. Taxa de atividade

NUTS I-PC	60%
NUTS II-Alentejo	58,8%
NUTS III-AA	47,60%

➤ NÚMERO DE PENSIONISTAS E REFORMADOS

Os indicadores como o nº de pensionistas e reformados, bem como o seu peso na população são reveladoras das dinâmicas sociais existentes, bem como justificam a baixa taxa de atividade e de população ativa.

Tabela 32. Evolução do nº total de pensionistas e reformados.

	Total pensionistas e reformados											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
TOTAL	1 621	1 609	1 599	1 593	1 554	1 529	1 480	1 454	1 314	1 316	1 314	1 298
CGA	158	166	178	184	193	191	187	188	186	194	195	192
SS	1 463	1 443	1 421	1 409	1 361	1 338	1 293	1 266	1 128	1 122	1 119	1 106

Fonte: PORDATA-2020; Elaboração própria

Tabela 33. – Peso do Total das pensões na população 15-65 anos por NUTS.

	Peso do total de pensões na população entre os 15 e 65 anos (%)												
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	↓ 2020	2021
NUTS I-PC	37,8	38,3	(R) 39,0	39,7	40,3	40,5	40,7	40,7	40,6	39,8	39,9	↓ Pre 39,2	39
Alto Alentejo	53,1	53,6	54,3	54,6	55	55,6	55,7	55,5	55,3	54,1	54,1	↓ Pre 52,8	52,2
Monforte	57,5	57,5	57,5	57,5	58,7	58,1	57,8	56,6	56,1	51,2	51,5	↓ Pre 50,7	50,1
Pensões da Segurança Social													
NUTS I-PC	32,1	32,5	(R) 33,1	33,6	34	34	34,1	34,1	34	33,3	33,5	↓ Pre 32,9	32,9
Alto Alentejo	44,6	44,8	45,3	45,4	45,6	45,5	45,5	45,4	45,1	43,9	43,7	↓ Pre 42,6	42
Monforte	52,1	51,9	51,6	51,1	52	50,9	50,6	49,4	48,9	43,9	43,9	↓ Pre 43,1	42,7
Pensões da CGA													
NUTS I-PC	6,4	6,5	6,7	6,8	7	7,3	7,4	7,4	7,4	7,3	7,3	↓ Pre 7,2	7,1
Alto Alentejo	8,6	8,8	9	9,2	9,4	10	10,2	10,1	10,1	10,3	10,3	↓ Pre 10,2	10,2
Monforte	5,4	5,6	5,9	6,4	6,8	7,2	7,2	7,2	7,3	7,2	7,6	↓ Pre 7,5	7,4

Fonte: PORDATA-2020, elaboração própria

O peso das pensionistas na população em idade ativa é significativo, sendo superior a 50%, mas tem vindo a diminuir nos últimos anos, considerando que a população com mais de 65 anos tem vindo a decrescer desde 2001. No entanto, significa um constrangimento nas dinâmicas sociais, característica que contribui para a classificação da UTM como um território de baixa densidade. Verifica-se que existem mais pensionistas do que atuais beneficiários, embora tenham vindo a diminuir pelos motivos já expressos. Em Portugal Continental o valor é de 0,6.

Concluindo existem mais reformados e pensionistas do que contribuintes para a Segurança Social e CGA.

Pensões da Segurança Social por beneficiário ativo

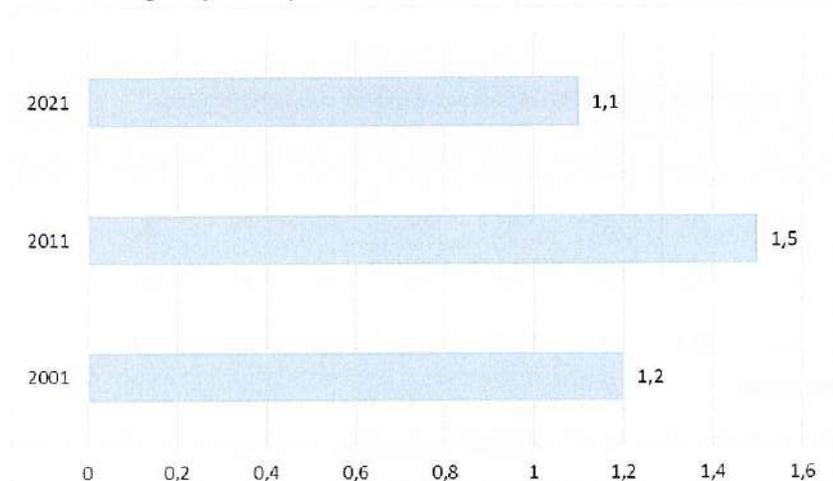


Figura 12. evolução do nº de pensões por beneficiário na UTM. Fonte: PORDATA-2021, elaboração própria

Importa analisar o impacto do RSI RMG na população ativa, quando se considera a sua caracterização por idade.

O grupo etário com maior nº de beneficiários do RSI e RMG é o com menos de 25 anos o que se justifica face á dificuldade de inserção no mercado de trabalho, de um grupo de etnia cigana, com baixo formação e qualificação como consequência do insucesso e abandono escolar. O Nº de beneficiários diminui 7%. A percentagem dos beneficiários no total da população com menos de 25 anos tem sofrido oscilações, mas é mais elevada do que a média nacional e do que a sua NUTS III. O grupo etário que tem uma maior variação negativa é do 25 aos 39 anos. Quando comparativamente com as NUTS verifica-se que a UTM tem um valor mais elevado, o que evidencia a fragilidade do seu tecido social.

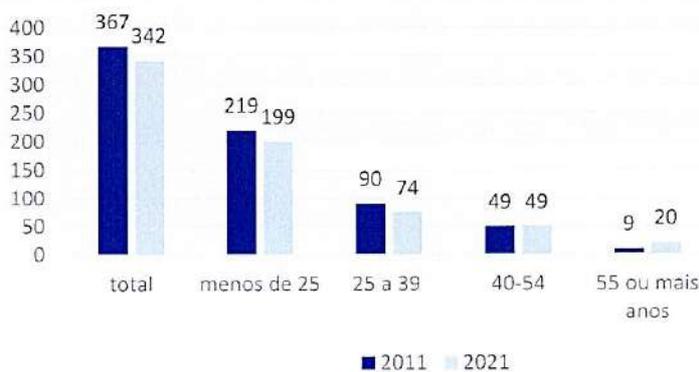


Figura 84 – gráfico da evolução dos Beneficiários do RMG e do RSI segundo o grupo etário na UTM.

Fonte: PORDATA-2020; elaboração própria.

Tabela 34. Evolução da percentagem dos beneficiários do RMG e RSI no total da população com mais de 15 anos na UTM e NUTS.

Beneficiários do RMG e RSI em % da pop. Residente com 15 ou mais anos												
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Continente	5,8	4,9	4,6	3,9	3,4	3,2	3,1	3,1	3	2,8	2,7	2,7
Alto Alentejo	8,2	7,3	7,1	6,3	5,4	4,8	4,7	4,8	4,6	4,4	3,9	4
Monforte	15	12,9	12,3	13,4	12,5	12,2	12	13,6	13,4	13,7	13,2	13,2

Fonte: PORDATA -2020, elaboração própria.

A tabela seguinte permite-nos identificar o nº de **desempregados**, que estão incluídos na população ativa e cuja caracterização nos permite aferir das fragilidades do tecido socioeconómico.

Tabela 35. TAXA DE DESEMPREGO⁹ (%) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (À DATA DOS CENSOS 2021 e 2011) POR SEXO

Zona Geográfica	2011			2021		
	Total	M	F	Total	M	F
Portugal	13,18	12,58	13,83	8,13	7,35	8,92
Alentejo	12,83	11,92	13,86	6,90	6,25	7,60
Alto Alentejo	15,66	14,81	16,60	7,65	6,80	8,53
UTM	15,13	14,95	15,32	7,90	7,31	8,57

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021, elaboração própria

A taxa de desemprego diminuiu significativamente em todas as zonas geográficas em análise e, em todas elas, a feminina é superior à masculina, tendo-se agravado na última década a discrepância verificada nos dois sexos na UTM e em Portugal. No Alentejo e Alto Alentejo a diferença diminuiu. Salienta-se que a taxa de desemprego à data dos censos é inferior à NUTS I, mas superior às NUTS II e III.

⁹Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa: (População desempregada / População ativa) x 100

Tabela 36. - TAXA DE DESEMPREGO (%) POR FREGUESIA (À DATA DOS CENSOS 2021) POR SEXO;

Zona Geográfica	2011			2021		
	Total	M	F	Total	M	F
Assumar	11,00	11,46	10,58	6,11	8,16	3,66
Monforte	17,55	17,92	17,16	7,68	6,75	8,64
Santo Aleixo	10,90	9,62	12,73	10,05	8,13	12,50
Vaiamonte	17,12	16,81	17,48	7,76	6,98	8,62

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021, elaboração própria

A freguesia de Assumar apresenta, em 2021, a menor taxa de desemprego do concelho sendo superior nos homens, situação completamente oposta à verificada nas restantes freguesias e no concelho.

A freguesia com maior taxa de desemprego é a de Santo Aleixo, tendo sido a única localidade onde a redução foi pouco significativa, aliás em 2011 era a freguesia com menor taxa de desemprego no concelho. De notar também que a diferença entre a percentagem de homens e mulheres desempregados, que já é uma das mais elevadas no concelho, se agravou. As freguesias de Monforte e Vaiamonte apresentam valores muito semelhantes aos verificados na UTM. No entanto, a UTM apresenta taxas de desemprego mais baixas que a NUTS I, para Homens e Mulheres, mas mais altas que as suas NUTS II e III.

Tabela 37 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA (%) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (CENSOS 2021) POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Zona Geográfica	2021									
	Total	Nenhum		Ensino básico		Ensino secundário e pós-secud.		Ensino superior		
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Portugal	391 517	14 454	3,69%	166 046	42,41%	139 582	35,65%	71 435	18,25%	
Alentejo	21 646	935	4,32%	9 958	46,00%	7 632	35,26%	3 121	14,42%	
Alto Alentejo	3 369	140	4,16%	1 576	46,78%	1 204	35,74%	449	13,33%	
UTM	90	6	6,67%	56	62,22%	19	21,11%	9	10,00%	
Assumar	11	0	0,00%	7	63,64%	3	27,27%	1	9,09%	
Monforte	38	6	15,79%	24	63,16%	4	10,53%	4	10,53%	
Santo Aleixo	22	0	0,00%	18	81,82%	3	13,64%	1	4,55%	
Vaiamonte	19	0	0,00%	7	36,84%	9	47,37%	3	15,79%	

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021, elaboração própria

O grupo que reúne os residentes com nível de escolaridade no ensino básico (1º, 2º e 3º ciclo), constituem a maior percentagem, no total de desempregados nas várias zonas geográficas em análise, salientando-se que no caso dos licenciados a percentagem é menor do que as respetivas NUTS.

Verifica-se que a nível nacional a fatia da população com o 12º ano ou mais é a que representa a fatia maior nos desempregados existentes, ou seja, representam 53,90% do total de desempregados.

Nas NUTS II e III a que pertence o concelho de Monforte e, no próprio concelho, a situação é inversa, ou seja, a maior fatia dos desempregados não concluiu o 12º ano.

Tabela 38 Síntese da população ativa no total da população residente

CENSOS 2021	População Residente	População Ativa (Nº)	População Empregada (Nº)	Taxa de emprego (%)	População Desempregada (Nº)	Taxa de desemprego (%)
UTM	2 992	1 139	1 049	40,69	90	7,9

Fonte INE; elaboração própria

Conclui-se que o elevado nº de pensionistas e reformados, bem como dos beneficiários do RSI RMG, contribuem para os baixos índices de atividade e dificuldade de renovação da sua população ativa. O desemprego afeta particularmente as mulheres em idade ativa e com baixa nível de escolaridade.

A baixa qualificação da população residente é um constrangimento, embora tenha aumentado, mas coloca-se o desafio de até que ponto a atividade económica da UTM exige uma maior formação dos seus recursos.

Atividade Económica

A atividade económica da UTM determina a capacidade socioeconómica do seu tecido social e na qualidade de vida das suas populações. No entanto, sendo a UTM um território de baixa densidade, em que a população ativa é baixa, a dependência dos setores públicos, nomeadamente o terciário é o que mais contribui para a sustentabilidade local.

A população empregada por setor de atividade indica os setores com maior impacto na economia local.

Tabela 39. POPULAÇÃO EMPREGADA (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (À DATA DOS CENSOS 2021) POR SECTOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA

Freguesias	2021				
	Total	Primário	Secundário	Terciário (Social)	Terciário (Ecoómico)
Assumar	169	16	30	86	37
Monforte	457	75	34	258	90
Santo Aleixo	197	47	24	68	58
Vaiamonte	226	34	31	96	65
UTM	1 049	172	119	508	250

FONTE: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

As figuras seguintes permitem identificar o peso de cada setor de atividade por NUTSI, II e III e por freguesia.

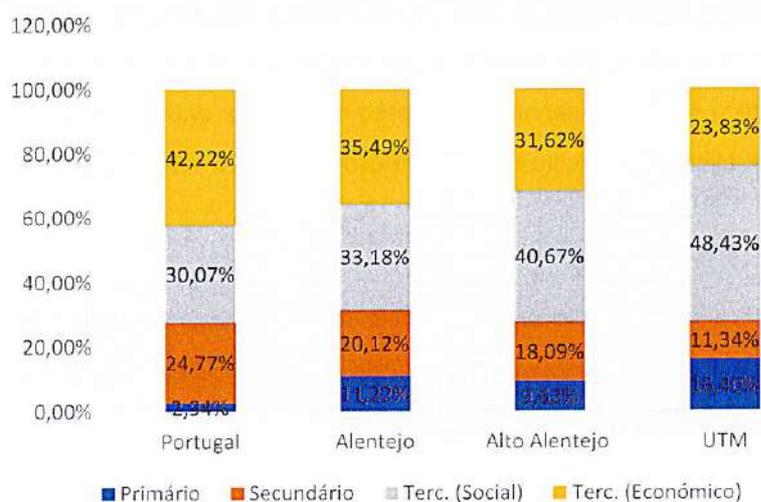


Figura 13. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA (%) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (À DATA DOS CENSOS 2021) POR SECTOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA; FONTE: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

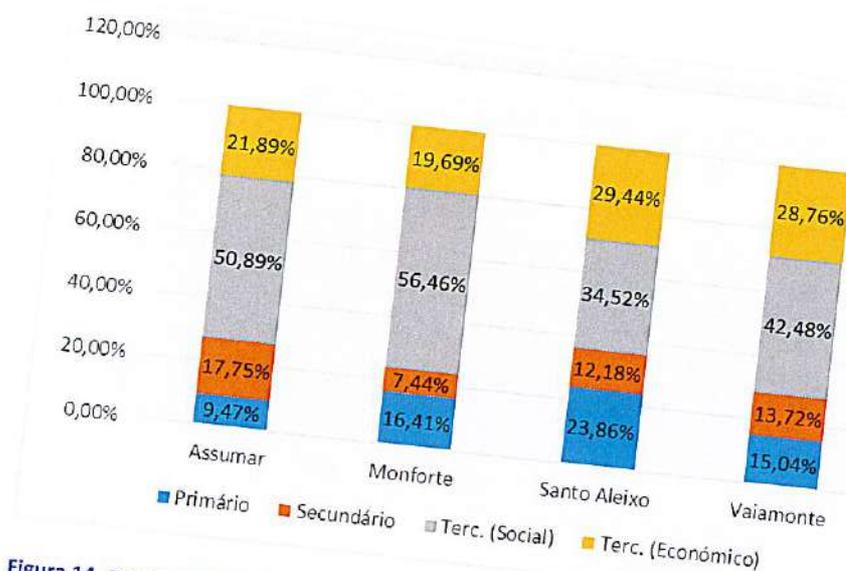


Figura 14. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA (%) UTM (À DATA DOS CENSOS 2021) POR SECTOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA, 2021; FONTE: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Na análise da distribuição da população empregada por setor de atividade verifica-se que o setor terciário é o principal, seguido do setor primário. No entanto, o que tem maior relevância, no setor terciário é o social, embora o económico seja o que ganhou maior peso nos últimos anos. O emprego advém essencialmente dos serviços públicos, da agricultura e agroindustrial, tendo o setor secundário pouco peso.

Comparando com a NUTS I e II, verifica-se a inversão da importância do setor primário, tendo este menor peso do que na UTM. Identifica-se como constrangimento a forte dependência do setor social, que revela a dependência da população empregada das políticas públicas.

A freguesia onde o setor secundário emprega maior percentagem de população é em Assumar, seguindo as restantes a mesma tendência, da mesma forma que é onde a economia social tem maior peso devido ao Centro de Deficiente de Menores. O aumento do setor de serviços (social) na freguesia de Santo Aleixo foi devida a um novo equipamento social-ERPI que contribuiu para a criação de novos postos de trabalho.

A evolução da distribuição de população por setor de atividade económica revela que não existe uma alteração significativa. Tal justifica-se face á dificuldade de aumento da população ativa e de o setor agrícola ter evoluído em termos de especialização técnica, com menos mão de obra efetiva, a não ser em períodos sazonais.

Tabela 40. - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA (%) POR FREGUESIA (CENSOS 2011 E 2021) POR SECTOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA

Zona Geografica	2011				2021			
	Primário	Secundário	Terc. (Social)	Terc. (Económico)	Primário	Secundário	Terc. (Social)	Terc. (Económico)
Assumar	8,43%	16,85%	58,43%	16,29%	9,47%	17,75%	50,89%	21,89%
Monforte	12,30%	8,98%	57,03%	21,68%	16,41%	7,44%	56,46%	19,69%
Santo Aleixo	34,60%	11,81%	27,85%	25,74%	23,86%	12,18%	34,52%	29,44%
Vaiamonte	15,22%	13,59%	41,85%	29,35%	15,04%	13,72%	42,48%	28,76%
UTM	16,92%	11,61%	48,51%	22,95%	16,40%	11,34%	48,43%	23,83%

FONTE: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

A análise da **situação na profissão** (tabela nº 41) confirma que a maior percentagem de população empregada é a situação de trabalhador por conta de outrem, sendo na UTM a percentagem mais elevada, acima dos 80%.

A nível das freguesias verifica-se que em Assumar é onde existe mais população empregada na situação de trabalhador por conta de outrem e é em Santo Aleixo que esta percentagem é menor.

Verifica-se que as empresas que têm menos de 10 trabalhadores e por conta própria (acima das NUTS I, II e III) empregam mais trabalhadores do que as maiores empresas, que são em número reduzido. Na evolução por ciclo censitário verifica-se que não existem alterações significativa, afastando-se mais das NUTS I,II e III em 2021.

Tabela 41. POPULAÇÃO EMPREGADA (%) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (À DATA DOS CENSOS 2011 E 2021) POR SITUAÇÃO NA PROFISSÃO

Zona Geográfica	Empregador/patrão com menos de 10 empregados		Empregador/patrão com 10 ou mais empregados		Trabalhador por conta própria ou isolado		Trabalhador por conta de outrem		Outra situação	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	7,74%	5,94%	2,79%	4,62%	6,56%	9,49%	81,18%	77,60%	1,73%	2,35%
Alentejo	7,99%	5,59%	1,83%	4,07%	7,24%	9,23%	81,38%	78,96%	1,56%	2,16%
Alto Alentejo	7,98%	5,42%	1,49%	3,44%	7,54%	9,19%	81,34%	79,40%	1,66%	2,55%
UTM	6,30%	4,48%	1,89%	2,48%	7,38%	9,91%	83,26%	81,03%	1,17%	2,10%
Assumar	5,06%	4,73%	2,25%	1,18%	5,62%	6,51%	85,39%	83,43%	1,69%	4,14%
Monforte	6,25%	4,60%	2,54%	1,53%	6,84%	10,07%	83,79%	81,84%	0,59%	1,97%
Santo Aleixo	5,49%	6,60%	0,42%	5,58%	7,59%	8,63%	84,39%	77,16%	2,11%	2,03%
Vaiamonte	8,70%	2,21%	1,63%	2,65%	10,33%	13,27%	78,26%	80,97%	1,09%	0,88%

Fonte: PORDATA, 2021; elaboração própria

O quadro seguinte apresenta os valores do ganho médio mensal por setor de atividade, um dos indicadores que permite aferir das fragilidades do tecido económico e social.

Tabela 42. ganho médio mensal por setor de atividade e NUTS

	Total	Agricultura, produção animal, caça, sicultura e pesca	Indústria, construção, energia e água	Indústrias transformadoras	Construção	Serviços
NUTS I-PC	1 209,9	945,6	1 144,0	1 154,9	1 025,0	1 248,1
Alto Alentejo	989,5	897,1	1 090,7	1 119,0	911,5	963,9
Monforte	1 020,3	1 001,2	872,8	897,6	748,6	1 047,9

Fonte: PORDATA- 2021, elaboração própria

Tabela 43. GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM: TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (EUROS)

Zona Geografica	Nível de escolaridade							
	Total	Inferior ao básico / 1º ciclo	Básico / 1º ciclo	Básico / 2º ciclo	Básico / 3º ciclo	Secundário e Pós Secundário	Superior	Ignorado
Portugal	1.206,3	793,60	873,70	915,20	950,10	1.115,6	1.887,5	1.088,6
Alentejo	1.067,8	793,00	867,90	924,10	936,80	1.026,0	1.677,1	765,90
Alto Alentejo	989,50	768,60	855,90	868,60	880,70	979,00	1.507,5	707,10
Monforte	1.020,3	699,30	882,50	929,30	896,30	970,90	1.436,6	

Fonte: PORDATA, 2021: elaboração própria

No concelho de Monforte os salários médios mensais são inferiores à média praticada na NUTS I. Tal está associado a uma maior escolaridade a um salário medio mensal mais elevado, fato que se acentua quando se passa do 12º ano para o ensino superior, embora seja inferior ao da NUTSI em cerca de 24%. Não deixa de ser relevante, que em sentido contrário, os empregados com menos habilitações, 1º e 2º ciclo, tenham vencimentos mais elevados na UTM, do que na NUTSI. Salienta-se a diferença que existe no setor agrícola, sendo a atividade mais bem remunerada a par dos serviços, contrariando a NUTS I, onde é a mais baixa. Tal justifica o já afirmado anteriormente com a especialização do setor agrícola.

Registou-se uma subida de 14,8% relativamente a 2011, superior à variação na NUTS I que foi de 11,3%.

Tabela 44. GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR SEXO (EUROS)

Zona Geografica	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	1.083,80	1.206,30	1.195,40	1.307,70	945,90	1.084,70
Alentejo	982,20	1.067,80	1.102,40	1.157,10	831,20	955,60
Alto Alentejo	881,20	989,50	980,70	1.071,80	773,40	900,30
Monforte	888,80	1.020,30	986,40	1.117,30	791,70	913,70

Os dados da tabela 44 comprovam o que se vem afirmando, ou seja, que o salário médio mensal das mulheres ainda é inferior ao dos homens. Se compararmos os dados dos anos em análise verificamos que essa diferença em 2019 já é menor na região e no País, mas maior na UTM.

A tabela seguinte identifica os setores de atividade e tipologia de empresas existentes na UTM. Verifica-se que existiu um aumento do número de empresas, em particular no setor primário.

Tabela 45. EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS: TOTAL E POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA NO CONCELHO DE MONFORTE

Designação	2011	2021
Total	260	305
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	77	107
Indústrias extrativas	1	0
Indústrias transformadoras	17	16
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	0
Construção	18	21
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	58	47
Transportes e armazenagem	7	2
Alojamento, restauração e similares	24	25
Atividades de informação e de comunicação	1	0
Atividades imobiliárias	2	2
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	14	27
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	11	19
Educação	11	7
Atividades de saúde humana e apoio social	10	18
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	4	7
Outras atividades de serviços	5	7

Fonte: PORDATA, 2020; elaboração própria

Este aumento do número de empresas em particular no setor primário, justifica o impacto da agricultura na UTM, a jusante e a montante desta atividade, como a agroindústria, agroalimentar e atividades de serviços. No entanto, confirma-se o maior número de empresas no setor terciário económico, não estando aqui identificado o social, que através da economia social, se afirma como o mais relevante.

Importa perceber o impacto da atividade económica no tecido social, pelo que é relevante a **Fonte de rendimento** da população residente com mais de 15 anos.

Tabela 46- POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE (N.º E %) (À DATA DOS CENSOS 2021), POR FONTE DE RENDIMENTO

Freguesias	Total		Trabalho		Reforma/pensão		Subsídio de desemprego		Rendimento social de inserção		Outro sub. temporário (doença, maternidade, etc)		Rendimento da propriedade ou da empresa		A cargo da família		Outra situação	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Assumar	535		162	30,28%	302	56,45%	4	0,75%	16	2,99%	5	0,93%	0	0,00%	33	6,17%	13	2,43%
Monforte	1090		450	41,28%	362	33,21%	15	1,38%	103	9,45%	6	0,55%	5	0,46%	126	11,56%	23	2,11%
Santo Aleixo	443		192	43,34%	186	41,99%	10	2,26%	5	1,13%	3	0,68%	6	1,35%	33	7,45%	8	1,81%
Vaiamonte	510		226	44,31%	158	30,98%	9	1,76%	37	7,25%	5	0,98%	1	0,20%	52	10,20%	22	4,31%
UTM	2578		1030	39,95%	1008	39,10%	38	1,47%	161	6,25%	19	0,74%	12	0,47%	244	9,46%	66	2,56%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

As fontes de rendimento com maior expressividade, quase em exequo são as que resultam do trabalho e das reformas/pensões. Do total da população empregada (1049), temos uma percentagem de 0,74% (19) a receber subsídio temporário ou baixa médica. Dependem de subsídio de desemprego e do RSI, respetivamente 1,47% e 6,25% da população com mais de 15 anos. A cargo da família vive 9,46% da população.

As figuras seguintes permitem-nos analisar o peso da dos pensionistas e reformados na população em idade ativa entre os 15 e 65 anos.

Na tabela seguinte deve considerar-se a importância das reformas e pensões, sendo na sua maioria da segurança social e com baixos rendimentos.

Tabela 47. VALOR MÉDIO ANUAL DAS PENSÕES E REFORMAS POR NUTS(€)

	2011	2021
NUTS I-PC	4769	5873
NUTSII-Alentejo	4187	5194
NUTS III-Alto Alentejo	4006	4850
UTM	3896	4630

Fonte INE-2023, elaboração própria

Considerando as Fontes de rendimento, a tabela seguinte justifica o baixo rendimento per capita e o seu impacto nas dinâmicas socioeconómicas da UTM.

Conclusão

A economia local está muito dependente do setor primário sustentada nos recursos físicos e endógenos do seu território, o que sendo uma vantagem em termos de sustentabilidade, não corresponde ao principal setor de atividade em termos de empregabilidade. Tal justifica-se face à modernização da agricultura que se expressa no ganho médio mensal superior neste setor.

O peso do setor terciário social é um constrangimento pela sua dependência das políticas públicas, mas considerando a rede de equipamentos e serviços sociais pode constituir uma oportunidade para novas respostas e a competitividade do setor, para além da economia local. Ou seja, a fragilidade das áreas metropolitanas e mais densamente povoadas, apresentam maior vulnerabilidade da rede de equipamentos, pelo que poderá constituir-se a economia social como uma alternativa de sustentabilidade das instituições e de aumento dos índices de coesão territorial. A competitividade do setor terciário social será determinante para a sua sustentabilidade e o aumento dos salários, com mais especialização e atração de utentes.

A fragilidade do tecido económico e os baixos salários condicionam o desenvolvimento social das comunidades, pelo que se exige uma componente económica mais robusta de atratividade dos agentes económicos, até mesmo nos setores identificados como estruturantes, a agricultura e agroindústria.

A inovação do tecido empresarial e a sua adequação aos desafios da economia digital e novas tecnologias serão uma das condições para assegurar novos empregos e mais qualificados, com melhores salários, que possam reter e atrair a população mais jovem. O aumento da qualificação dos recursos humanos deve corresponder à fixação dos mesmos no território, pelo que tal só se consegue como uma mudança do tecido económico e mais diversificado.

3. 4. Habitação

A metodologia utilizada teve como base os dados oficiais e publicados pelo INE, nomeadamente através do recenseamento geral da população– Censos de 2001 e 2011, para grande parte dos indicadores estatísticos analisados, bem como os estudos de caracterização e diagnóstico municipais,

nomeadamente no âmbito da ELHM¹⁰ e os levantamentos efetuados pelos serviços de ação social do Município de Monforte.

[Handwritten signature]
R
SF.
en

. Caraterização Habitacional

Analisando a figura e tabela seguintes, verificamos que o parque habitacional de Monforte, de uma forma geral, no que respeita ao número de edifícios, diminuiu entre 2011 e 2021, em todas as freguesias do concelho, à exceção da freguesia de Assumar que observou um aumento do número de edifícios e conseqüente variação positiva (4,02%). Assim, à data do último recenseamento da habitação (2021), existiam no concelho de Monforte 2307 edifícios, quando em 2011 existiam 2.322 edifícios.

[Handwritten signature]

Os principais motivos que podem estar na origem desta redução do número de edifícios, verificada no concelho de Monforte num período a 10 anos é a demolição de edificado degradado ou em ruína, como também em alguns casos a junção de edifícios/frações prediais num único edifício.



Figura 15. Evolução do nº de edifícios (2011-2021); Fonte: INE, elaboração própria

O número de alojamentos à semelhança do número de edifícios, também cresceu entre 2001 e 2011, no entanto, ao contrário do que acontece com os edifícios, estes aumentam em 2021, à exceção da freguesia de Assumar, em 2011, que observou uma variação em sentido contrário às restantes freguesias.

¹⁰ Estratégia Local de Habitação de Monforte

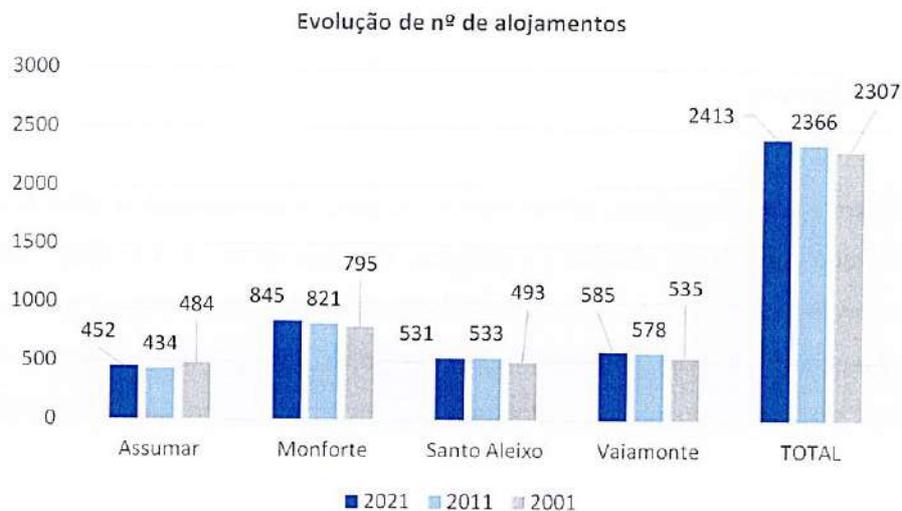


Figura 16- Nº de Alojamentos por freguesias no Concelho de Monforte. Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021

A análise da tipologia de alojamentos pode explicar o motivo da diminuição dos edifícios e aumento dos alojamentos no período entre 2011 e 2021. Nas figuras seguintes, podemos observar o tipo de alojamentos existentes no concelho de Monforte e a sua evolução num período de 20 anos – Censos 2001, 2011 e 2021.

No que respeita aos alojamentos clássicos, estes diminuem em Monforte, Santo Aleixo, mantendo em Vaiamonte e registando o aumento já referido em Assumar pelos motivos expressos. **O aumento de alojamentos no total deve-se ao aumento dos alojamentos não clássicos.**

De referir que a comunidade de etnia cigana é a que contribui para uma existência significativa de alojamentos não clássicos no concelho de Monforte. Os dados registam um aumento considerável em Monforte e Vaiamonte correspondente á deslocação de novos agregados e ao aumento dos núcleos familiares. Outros motivo prendem-se com:

- adaptação do antigo matadouro no Rossio de Monforte para alojamento temporário, com áreas de utilização coletiva;
- construção de habitação pré-fabricada em Vaiamonte, para alojamento temporário;

que não teriam sido considerados como alojamento não clássico, mas que na atualidade não reúnem as condições mínimas de habitabilidade, sendo nos Censos de 2021 considerados alojamentos não clássicos.

Tabela 48- Tipo de Alojamentos por Freguesia no Concelho de Monforte. Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021

Freguesias	Censos 2001 (Nº)				Censos 2011 (Nº)				Censos 2021 (nº)			
	Alojamento clássico	Alojamento não clássico	Alojamento Coletivo	TOTAL	Alojamento clássico	Alojamento não clássico	Alojamento Coletivo	TOTAL	Alojamento Clássico	Alojamento não clássico	Alojamento coletivo	TOTAL
Assumar	480	2	2	484	425	6	3	434	443	7	2	452
Monforte	782	10	3	795	808	8	5	821	805	37	3	845
Santo Aleixo	492	1	0	493	533	0	0	533	530	0	1	531
Vaiamonte	527	8	0	535	567	9	2	578	567	16	2	585
TOTAL	2281	21	5	2307	2333	23	10	2366	2345	60	8	2413

Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021

O levantamento realizado no âmbito da ELHM (diagnóstico) permite concluir que existem no concelho de Monforte um total de 60 alojamentos não clássicos distribuídos sobretudo por 3 freguesias do concelho: 36 em Monforte, 7 em Assumar e 17 na freguesia de Vaiamonte.

O quadro seguinte identifica o nº de alojamentos não clássicos, respetivos agregados e nº de pessoas por agregado, de acordo com o diagnóstico da ELHM.

Tabela 49. Alojamentos não clássicos por tipologia de Agregado.

ALOJAMENTOS NÃO CLÁSSICOS	Nº Alojamentos não clássicos	Agregados	Tipologia de agregado (Nº de pessoas)										
			2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	TOTAL
Assumar	7	7	1	1	1	3	1	0	0	0	0	0	30
Monforte*	29	29	1	6	4	9	5	0	0	1	0	1	131
Vaiamonte	17	17	4	3	1	2	2	2	2	0	0	0	73
													234

Fonte: ELHM-2022

A situação mais grave em termos de habitação prende-se com os alojamentos não clássicos. Assim, de acordo com a ELHM os núcleos são precários e têm as seguintes características:

(..)em Monforte (Rossio de Monforte) como um núcleo precário, que se desenvolveu sobre estruturas "abarracadas" que correspondem a uma área delimitável do tipo "acampamento". Da verificação dos dados dos agregados residentes e, não flutuantes, com residência no Concelho correspondem 29 agregados, que devido a situação de sobrelotação (de acordo com o estipulado no 1º direito) correspondem à necessidade de 32 fogos (...) num total de 133 pessoas.

(..) em Vaiamonte corresponde a uma área delimitada para construção, de propriedade municipal, em módulos pré-fabricados¹¹, que se encontram em situação de sobrelotação e de insalubridade motivada pela degradação das estruturas e sua ampliação ilegal, face ao aumento das famílias que constituem os agregados, pelo que se consideram 22 novos núcleos familiares, de acordo com a tipologia definida, num total de 73 pessoas abrangidas.

¹¹ Considerados alojamentos temporários para sua posterior integração no parque habitacional.

(..) Assumar são estruturas habitacionais do tipo abarracado em condições indignas que se situam no espaço público, não existindo necessidade de desdobramento de agregados pelo se identificam 7 núcleos familiares, num total de 30 pessoas.

Assim, consideram que o total de população abrangida em situação de condições indignas, em núcleos precários perfaz um total de 234 indivíduos, correspondentes a 8% da população da UTM.

A forma de ocupação dos alojamentos familiares e a sua evolução num período de 10 anos – Censos 2011 e 2021, verifica-se que a residência habitual diminui em todas as freguesias, bem como a residência secundária nas freguesias de Assumar e Monforte. O número de alojamentos vagos e de alojamentos secundários é superior ao de residência de habitual

Em relação aos alojamentos vagos ou desocupados, sobressai a elevada percentagem registada na freguesia de Monforte, seguida de Assumar. Tal justifica-se porque diminui o número de alojamentos secundários, pelo que os mesmos ficam vagos.

Conclui-se que os alojamentos têm evoluído de residência habitual para secundária e desta para vagos. O envelhecimento da população, bem como o maior número de alojamentos do que agregados familiares, cuja variação foi negativa, tem contribuído para esta situação, em que a residência secundária, se não for mantida por agregado presente, fica vaga.

Tabela 50. - Forma de Ocupação dos Alojamentos Familiares por Freguesia no Concelho de Monforte

Freguesias	Censos 2011 (Nº)			Censos 2021 (Nº)		
	Resid. Hab.	Resid. Sec.	Vago	Resid. Hab.	Resid. Sec.	Vago
Assumar	191	202	32	190	174	79
Monforte	489	293	26	456	240	109
Santo Aleixo	271	197	65	221	235	74
Vaiamonte	245	276	46	214	322	31
TOTAL	1196	968	169	1081	971	293

Fonte: ELHM/INE, elaboração própria.

Os alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual no concelho de Monforte com base nos Censos 2021 tem a maior predominância de imóveis alugados na sede do Concelho, em comparação com as restantes freguesias. No que respeita aos encargos mensais associados ao arrendamento de habitação os valores de renda mais elevados são na freguesia de Monforte, sendo abaixo dos 50 e 100 euros mensais, pouco expressivos, situando-se o valor no intervalo de 100 a 200 €.

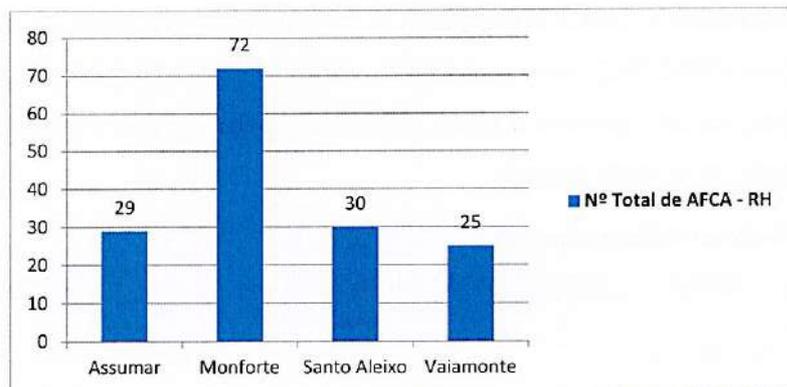


Figura 17.. Nº total de Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por freguesias no Concelho de Monforte. Fonte: ELHM/ INE, elaboração própria.

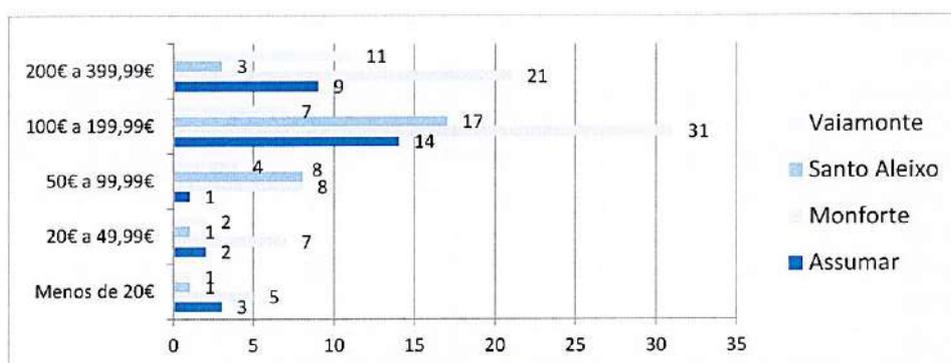


Figura 18- Nº de alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por freguesias e escalão do valor mensal de renda da habitação. Fonte:ELHM/ INE, elaboração própria.

Na maioria dos alojamentos os proprietários já não têm encargos associados à aquisição de habitação própria. Os encargos mensais associados à habitação própria estes variam entre os 100€ e os 399,99€, os mais elevados são na Freguesia de Monforte, onde se situa o Centro Urbano.

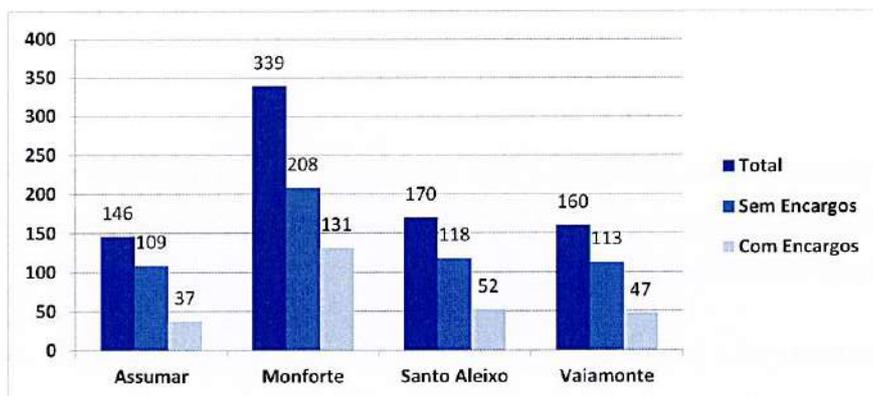


Figura 19. Nº total de alojamentos familiares clássicos com e sem encargos por freguesias no Concelho de Monforte. Fonte: ELHM/INE, Censos, 2021, Elaboração Própria.

A figura seguinte caracteriza o Parque Habitacional Municipal- Habitação Social, que passou para a posse do Município em 03/09/2015, após acordo com o IHRU. O município tem facilitado a aquisição dos imóveis pelos proprietários, pelo que o atual Parque Municipal abrange 138 pessoas, num total de 49 agregados, em sistema de renda apoiada.

Tabela 51. - Habitação Social por tipologia e ocupação

Concelho de Monforte	Tipologia			OCUPADOS	VAGOS	Renda Apoiada	Outro	Nº Agregados				Total POP. Abrangida	
	T1	T2	T3					-	-	-	-		1 a 2
<i>Monforte</i>													
RUA LUIS DE CAMOES,	0	3	12	14	0	14	1*	9	6	0	0		36
8 FOGOS	1	3	4	8	0	8	0	3	0	4	1		32
Rua JOAQUIM JOSÉ CALDEIRA	0	2	0	2	0	0	2**	1	1	0	0		6
RUA São João de DEUS	0	1	0	1	0	0	1**	0	1	0	0		4
<i>Santo Aleixo</i>													
RUA 25 DE ABRIL	0	1	2	3	0	3	0	0	3	0	0		11
RUA ANTONIO JOSE FALE CANOA	0	1	5	5	1	5	0	4	1	0	0		9
R. SOLDADO MANUEL S.MEXIA	0	3	1	3	1	3	0	2	1	0	0		7
<i>Vaiamonte</i>													
RUA 25 DE ABRIL	0	2	3	5	0	5	1**	2	2	1	0		16
RUA PADRE A. G. L. SIMOES	0	0	2	2	0	4	0	2	0	0	0		2
RUA ANTONIO JOSE F. CANOA	0	0	5	5	0	5	0	2	2	1	0		15
TOTAL								25	17	6	1		138

Fonte: ELHM/ Serviços Municipais- 2022

Operação de realojamento

** Cedência temporária

Conclusão

Na UTM não existe falta de alojamentos clássicos, o que não significa que não exista falta de habitação. Aliás os dados permitem aferir que existem mais alojamentos vagos e segunda habitação do que alojamentos de habitação permanente.

O tipo de procura da população local por habitação unifamiliar e escassez de oferta privada releva o papel do município ao suprir as dificuldades através de loteamentos de iniciativa municipal devidamente infraestruturados e com menores custos para a população residente. No entanto, tal constitui um constrangimento atendendo a que o fraco arrendamento e a não disponibilização no mercado de alojamentos vagos, associado á necessidade de reabilitação do edificado existente, para

adequação às necessidades de novos públicos, não potencia a atratividade do Concelho. Por outro lado, a dependência do crédito bancário para construção própria, para uma população com baixos rendimentos per capita, sujeita às oscilações de mercado, coloca desafios aos mais jovens, no acesso à primeira habitação. Em termos de atratividade externa existindo dificuldade de arrendamento e de imóveis para aquisição, constitui um obstáculo á fixação de novos residentes, não pelos preços, mas pouca oferta.

A UTM tem uma certa potencialidade na atração de trabalhadores externos ao Concelho, nomeadamente, nas áreas do setor terciário social e da agricultura (estes mais sazonais). Pelo que importa promover a diversificação da oferta, para que o território se torne mais competitivo, considerando a sua proximidade de Centros Urbanos Regionais e Estruturantes, onde se verifica uma maior pressão de procura.

A supressão dos alojamentos não clássicos, bem como a diversidade de oferta habitacional, para diferentes públicos estão contemplados na ELHM, embora com prioridade para os que se encontram em condições indignas: construção de novos alojamentos para a etnia cigana e a reabilitação para adequação de habitação, em particular da população mais idosa.

A existência de instrumentos de planeamento que permitem motivar os proprietários para colocar a habitação no mercado, nomeadamente a habitação devoluta e vaga, identificada nos instrumentos de planeamento municipal – as Áreas de Reabilitação Urbana, promovida pelos municípios, permitirá diversificar e fortalecer a oferta, a par da implementação de novos loteamentos municipais em Monforte e Assumar.

3.5. Educação

A educação é um processo transversal ao desenvolvimento das comunidades pelo que deverá estender-se para além da rede formal de ensino. Segundo o PNPOT (2018) *“a população portuguesa evidencia ainda níveis de formação escolar inferior às metas europeias (em 2015, 22,9% da população portuguesa entre os 25 e os 64 anos havia terminado o ensino superior; a média da UE28 era de 30,1%)”* e ainda: *“A fraca qualificação do capital humano constitui ainda uma realidade económica e social do país: em 2011, 30,2% da população com 25-29 anos possuía um grau de escolaridade inferior ao secundário (nenhum nível de escolaridade ou ensino básico).”* No entanto, como se verificou anteriormente em 2021, Portugal e as diferentes, incluindo a UTM, registam uma variação positiva significativa atingindo o maior nível de qualificação das suas populações.

Os desafios que se colocam aos territórios, em particular, aos de baixa densidade, perante as especificidades do seu tecido social, prendem-se com a necessidade de as populações continuarem a adquirir competências e capacitação para enfrentarem os processos de mudança. Um processo que exige o envolvimento de toda a comunidade e atores sociais, culturais e económicos para a plena inclusão de todos os cidadãos, onde a escola se constitui como um dos parceiros e agente educativo.

O investimento dos Municípios na qualidade do seu Parque Escolar, associado á transferência de competências, colocam desafios acrescidos aos municípios e suas comunidades.

➤ REDE ESCOLAR

No Concelho de Monforte o investimento no Parque Escolar e na sua rede, apesar da continua perda de alunos permitiu melhorar as condições de ensino e responder aos problemas de coesão social existente entre territórios e etnias. Os dados seguintes permitem-nos aferir dessa evolução.

Tabela 52 - COMPOSIÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOÃO MARIA BOTAS CARRIÇO (ANO LETIVO 22/23)

Designação do Estabelecimento de Ensino	Nº de Salas	Nº de Turmas	Nº Alunos	Nº Educadores	Nº AO
<u>Jardim de Infância do Assumar</u>					
Jl	1	1	11	1	1
<u>Escola Básica de Assumar</u>					
1º CEB	2	1	17	1	2
<u>Escola Básica João Maria Botas Carriço</u>					
Jl	2	2	44	2	2
1º Ciclo	4	3	46	3	3
2º ciclo e 3º ciclos*	13	11	155	63	29
<u>Escola Básica de Santo Aleixo</u>					
Jl	1	1	9	1	1
1º Ciclo	2	2	13	1	1
<u>Jardim de Infância de Vaiamonte</u>					
Jl	1	1	6	1	1
<u>Escola Básica de Vaiamonte</u>					
1º CEB	2	2	21	2	2

*Inclui 1 turma de 9º ano PIEF com 10 alunos

Fonte: Serviço Educação

O Agrupamento de Escolas João Maria Botas Carriço de Monforte é um Agrupamento TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária).

“O Programa TEIP é uma iniciativa governamental, implementada atualmente em 146 agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente

desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam.”¹² Cujos objetivos gerais são:

- A melhoria da qualidade da aprendizagem traduzida no sucesso educativo dos alunos;
- O combate ao abandono escolar e às saídas precoces do sistema educativo;
- A criação de condições que favoreçam a orientação educativa e a transição qualificada da escola para a vida ativa;
- A progressiva articulação da ação da escola com a dos parceiros dos territórios educativos de intervenção prioritária.

A existência do Centro de Recuperação de Menores de Assumar que se dedica à integração e inclusão de crianças e jovens com multideficiência oriunda de todo o País foi mais um desafio para a comunidade educativa, pois estas crianças e jovens têm aulas no agrupamento até aos 18 anos. Assim os dados recolhidos no caso de estudo da Escola de Monforte revelam as dificuldades desta comunidade ao nível do abandono e insucesso escolar.

O projeto educativo assume relevância, quando a escola, face aos problemas de integração e inclusão, tem como prioridade o combate à diferença e à exclusão. Sendo de cerca de 30% a representatividade de etnias e as turmas existentes com um grande número de alunos com necessidades educativas especiais, estes têm condicionado os resultados do ensino na comunidade educativa.

No entanto, o combate ao abandono escolar foi a primeira tarefa que obriga a definir objetivos e metas, nem sempre de acordo com os padrões de “sucesso” escolar.

O Concelho de Monforte não tem ensino secundário, pelo que a maioria dos alunos se deslocam para Portalegre, garantindo o Município o seu transporte.

➤ **ESCOLA A TEMPO INTEIRO**

O Município, além de assegurar o prolongamento de horário, promove nas interrupções letivas e férias de Verão, atividades num horário 9h-12h30/14h00-17h30, com serviço de almoço para todas as crianças do pré-escolar (AAAF) e 1º ciclo (CAF) em todas as freguesias.

¹² Direção-Geral da Educação- Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

➤ CENTRO DE ESTUDOS

Através de Protocolo estabelecido entre o Município de Monforte e a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Monforte, durante o tempo letivo é proporcionado às famílias do Concelho de Monforte, mediante a inscrição gratuita das crianças, uma sala de estudo para alunos de 1º ciclo por freguesia e uma sala para alunos de 2º e 3º ciclo.

Tabela 53. TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO POR LOCALIZAÇÃO (%)

Zona Geográfica	2011/2012		2020/2021	
	Pré-escolar	Ensino Básico	Pré-escolar	Ensino Básico
Portugal	90,9	117,9	95,2	107,8
Alentejo	101,1	117,6	105,6	113,4
Alto Alentejo	111,5	119,4	110,3	120
UTM	106,5	110,8	88,9	102,8

Fonte: INE (Última atualização destes dados: 21 de novembro de 2022)

Reportando-nos aos dados mais atuais verificamos que no concelho nem todas as crianças em idade pré-escolar frequentaram o ensino e, no que se refere ao ensino básico, a taxa de escolarização, por ser superior a 100%, diz-nos que há crianças a frequentar este nível fora da idade normal da sua frequência o que indicia haver retenções, embora em menor escala se compararmos com o período 2011/2012. A cada vez maior presença de crianças de etnia cigana, justifica a baixa adesão ao pré-escolar, em que os valores culturais, são mantidas na família até ao 1º ciclo. Aliás, não é exclusivo da etnia pois existem famílias que optam por esta solução, considerando a disponibilidade das famílias e a sua proximidade. Uma nota para o facto de existirem em todas as freguesias, instalações do pré-escolar e 1º ciclo, reforçando a relação de proximidade entre as crianças e a comunidade.

A taxa de escolarização no ensino básico, 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo implicam a análise de como evoluiu a taxa de retenção e abandono escolar.

Tabela 54. - TAXA DE RETENÇÃO E ABANDONO NO ENSINO BÁSICO (%)

Zona Geográfica	2011/2012				2020/2021			
	Ensino Básico	1º Cido	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Básico	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
Portugal	9,7	4,4	11,2	15,6	3,1	2,1	3,3	4,3
Alentejo	11,2	5,7	13,5	17,1	4,6	3,6	4,5	5,8
Alto Alentejo	12	6,1	14	18,2	5,3	3,8	5,2	7,3
UTM	9,4	6	13,9	12,3	6,5	4,5	12,3	5,1

Fonte: INE (Última atualização destes dados: 21 de novembro de 2022)

Apesar de no intervalo de tempo em análise, a taxa de retenção e desistência no ensino básico, na UTM, ter diminuído 2,9 pontos percentuais foi bem menor que a verificada nas restantes NUTS.

Não tendo registado descidas tão elevadas como as que se verificaram na região e no país, a taxa de retenção e desistência no ensino básico do concelho, deixou de ter valores próximos dos verificados a nível nacional e bem melhores que os da sua região para passar a estar com uma taxa de retenção e desistência superior a qualquer uma delas.

Analisando os dados por ciclo verifica-se que apesar de em todos os ciclos se registarem, na UTM, reduções inferiores às registadas nas NUTS, é no 2º ciclo que se verifica a menor diminuição. No concelho a taxa de retenção e abandono no 2º ciclo diminuiu 1,6 pontos percentuais.

No 3º ciclo a taxa de retenção e abandono, reduziu na ordem dos 7,2 pontos percentuais, bem mais próxima das registados na região e no País, o que contribuiu para que a taxa de retenção e abandono no 3º ciclo continuasse a ser mais baixa que a das suas NUTS II e III.

A taxa de analfabetismo em 2006 com base nos censos de 2001 era de 27% em 2022 é de 11,88% dos quais 69% são mulheres. De acordo com os Censos de 2021, conforme a figura seguinte verifica-se que na região Alentejo (NUTSII) representa o valor mais alto em termos de analfabetismo.

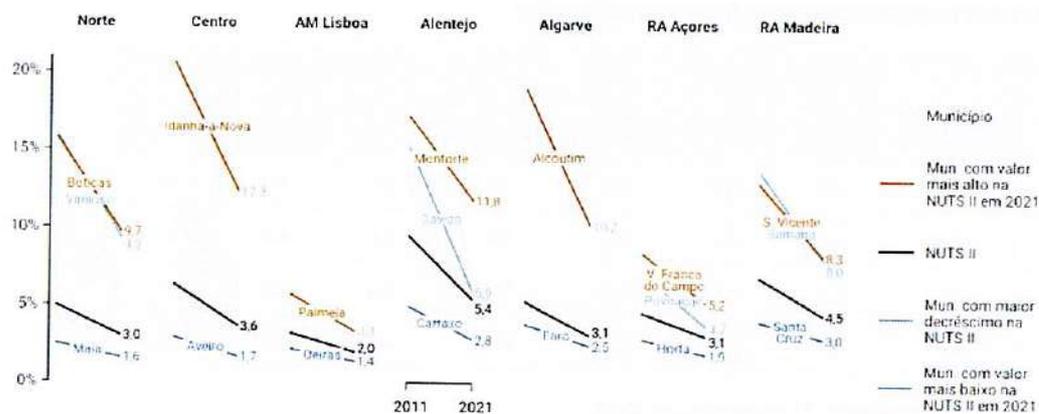


Figura 20.-GRÁFICO CENSOS 202, DA TAXA DE ANALFABETISMO. Fonte: Censos, 2021.

Na UTM não existe ensino particular, nem dados da frequência de cursos técnico-profissionais, nem CET, bem como de frequência de adultos de níveis de ensino básico, secundário e/ou superior.

A qualificação e formação dos cidadãos ao longo da vida é uma prioridade, em particular nos territórios de baixa densidade, como o caso do Concelho de Monforte, permitindo reforçar as competências, nas áreas que contribuem para os eixos estratégicos de desenvolvimento territorial, constituindo polos de inovação em associação com as entidades do ensino superior da NUTS III e NUTS II. No entanto, a mesma tem sido promovida pelas entidades empregadoras, os serviços públicos e instituições da economia social, desconhecendo-se as ações de formação nas empresas.

Conclusão

Uma rede de equipamentos educativos e de programas de apoio ao ensino ainda não atingiu os objetivos de diminuição do abandono e insucesso escolar, que se reflete na qualificação de um estrato da população, em particular de etnia, que não obtém a escolaridade mínima obrigatória. Tal, tem consequências na sua empregabilidade e continuidade de problemas de exclusão social, que já foram referidos, no caso do RSI E RMG em que a maioria são jovens.

A inexistência de ensino secundário na UTM é um constrangimento, considerando que as deslocações, coloca dificuldades acrescidas aos alunos, colocando-os em desvantagem em relação aos que residem na localidade onde estudam.

A formação ao longo da vida, face á necessidade de adequação dos recursos humanos aos novos desafios que se colocam, nomeadamente a “velocidade” da transformação tecnológica e digital, constitui um desafio para as empresas e os serviços públicos.

O analfabetismo constitui outro constrangimento, que se vai diluindo á medida que a população mais idosa vai desaparecendo por ciclos censitários, mas não deixa de ser uma fragilidade no tecido social. No entanto, verifica-se a existência de analfabetos em grupos etários mais jovens de etnia que refletem as dificuldades de inclusão desta comunidade.

3.6. DINÂMICAS SOCIAIS

O município de Monforte através das suas atribuições no domínio social é o principal dinamizador de um processo de colaboração e de coordenação que envolve todos os parceiros, atores e agentes locais e supraconcelhios de acordo com os objetivos da rede social. Tal papel é assumido para além das suas atribuições, face à fragilidade do tecido económico e social que caracteriza os territórios de baixa densidade.

➤ Ação Social

A Câmara Municipal através da sua Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau- Ação Social e Habitação, nos termos da sua Organização dos Serviços aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 29 de abril de 2022, desempenha, entre outras funções:

- ✓ Assegura o serviço de atendimento e de acompanhamento social conducente à identificação e acionamento dos meios, respostas ou encaminhamentos mais adequados;
- ✓ Colabora com instituições particulares de solidariedade social rentabilizando os recursos existentes e suscitando a participação da população;
- ✓ Promove programas e medidas na área da igualdade de oportunidades e de género;
- ✓ Dinamiza e coordena execução do Plano Municipal para a Igualdade;
- ✓ Coordena a elaboração e execução da Carta Social incluindo o mapeamento de respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais, assegurando a articulação entre as cartas sociais municipais e as prioridades definidas a nível nacional e regional;
- ✓ Colabora com os serviços de saúde na execução de medidas tendentes à prestação de cuidados de saúde à população;

✓ Gere o parque habitacional de arrendamento social e promove a atualização das rendas apoiadas nos termos da legislação em vigor;

✓ Aplica os regulamentos, em vigor, dos quais destacamos:

o **REGULAMENTO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO**

Dirigido a pessoas reformadas, com mais de 65 anos de idade, residentes no concelho, nas condições nele previstas atribui descontos no pagamento da água, tarifas do lixo e saneamento, taxas, tarifas e preços municipais, permite o acesso gratuito a todos os equipamentos desportivos e espetáculos promovidos pela Câmara Municipal de Monforte e comparticipa em 100% até ao limite máximo anual de 200€ a aquisição, mediante receita médica, de medicamentos.

o **PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO**

Permite aos seus beneficiários a comparticipação que poderá ir até aos 100% na aquisição, mediante receita médica, de medicamentos.

o **REGULAMENTO “CARRINHA S.O.S.”**

Visa prestar apoio na resolução de pequenos problemas de ordem doméstica, relacionados com o conforto e a segurança das suas habitações a idosos reformados em situação de carência ou de fragilidade social e a todos aqueles que independentemente da idade tenham mobilidade reduzida e sem rede familiar de suporte.

o **REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE REGALIAS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MONFORTE**

Que atribui benefícios aos bombeiros que cumpram os seus requisitos com o intuito de *“fomentar o exercício de uma atividade com especial relevância para a comunidade, em regime de voluntariado, à qual está inerente a assunção de risco em prol da segurança de pessoas e bens”*

o **REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO MUNICIPAL TEMPORÁRIA E SOLIDÁRIA**

Que visa apoiar pontualmente agregados familiares e indivíduos em situação de carência social através da integração temporária dos beneficiários no desenvolvimento de atividades de carácter ocupacional.

o **REGULAMENTO DE APOIO A INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DO CONCELHO DE MONFORTE**

Prevê os apoios a conceder às associações, coletividades e instituições legalmente existentes com sede e ou atividade regular no concelho de Monforte.

o **REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A EMIGRANTES**

Tem por objeto a atribuição de subsídio a emigrantes oriundos do concelho de Monforte.

○ **REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO BOLSAS DE ESTUDO**

Visa incentivar e proporcionar condições de frequência em cursos superiores a jovens residentes no concelho de Monforte.

Tabela 55- NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS/ VALOR GLOBAIS ATRIBUIDOS AO NÍVEL DOS VÁRIOS REGULAMENTOS MUNICIPAIS

ANO 2022	Nº BENEFICIÁRIOS
Regulamento Cartão Municipal do Idoso	252
Programa Abem: Rede Solidária do Medicamento	303
Regulamento "Carrinha s.o.s."	8
Regulamento Municipal de Concessão de Regalias Sociais aos Bombeiros voluntários de Monforte	15
Regulamento de Ocupação Municipal Temporária e Solidária	---
Regulamento de Apoio a Instituições sem Fins Lucrativos do Concelho de Monforte	
Apoio Regular	11
Apoio pontual	6
Regulamento de Atribuição de bolsas de Estudo	30
Regulamento de Atribuição de Subsídio a Emigrantes	---

Fonte: **Fonte: Serviços Município**

Tabela 56 - VALOR ATRIBUIDO A INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DO CONCELHO

Regulamento de Apoio a Instit. sem Fins Lucrativos do Concelho de Monforte Ano 2022	Montantes Atribuídos
Apoio Regular	149 080,96 €
Apoio pontual	24 519,11 €

Fonte: **Serviços Município**

➤ MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Tabela 57 - ASSOCIAÇÕES/COLETIVIDADES COM SEDE NO CONCELHO POR FREGUESIA

ASSUMAR
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA- SOMAR VITÓRIAS- CLUB BTT
GRUPO CICLOTURISMO ASSUMARENSE
SPORTING CLUB ASSUMARENSE
ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE BOVINOS DA RAÇA ALENTEJANA
MONFORTE
ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MONFORTE
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE TRABALHADORES
APEEAEM- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONFORTE
ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE RAFEIROS DO ALENTEJO - ACRA
GRUPO DE FORCADOS AMADORES DE MONFORTE
AGITAGENTE
SOCIEDADE FILARMÓNICA DE MONFORTE
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE PRAZERES
FUTEBOL CLUBE MONFORTENSE
MONFORTE BIKE TEAM
CLUBE AVENTURA DE MONFORTE
MONFORQUAD- ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO TT
CLUBE DE AEROMODELISMO ASAS DE MONFORTE - CAAM
SANTO ALEIXO
ASSOCIAÇÃO SANTO ALEIXENSE -ASA
ASSOCIAÇÃO SANTO ALEIXO JOVEM
VAIAMONTE
"A PIRONGA"- ASSOC. CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DE VAIAMONTE

Fonte: Serviços Municipais.

As Associações identificadas e as atuais sofreram uma alteração, desde a data de levantamento dos serviços. Juntam-se as seguintes novas entidades:

Associação “Propagar Alegria” (Santo Aleixo); Associação “O Ninho Assumarense” (Assumar); Associação Tauromáquica do Concelho de Monforte; Grupo de Amigos Motards de Monforte.

Uma associação foi extinta: Clube de Aeromodelismo ASAS de Monforte

➤ UNIVERSIDADE SÉNIOR DE MONFORTE

Sob o lema “Aprender, partilhar e Viver”, a 4 de janeiro de 2013 foi criada, sob promoção do Município, a Universidade Sénior que é mais uma resposta social informal. No ano letivo 2023/2024 inscreveram-se 60 alunos e existem 11 disciplinas.

Handwritten signature and initials: MSF, em

➤ **COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO (CPCJ)**

Pela Portaria n.º 824/2005, de 14 de setembro foi criada a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Monforte instalada em edifício da Câmara Municipal e a 9 de maio de 2005, iniciou as suas funções.

A tabela seguinte representa a evolução do acompanhamento processual.

Tabela 58 - VOLUME PROCESSUAL DA CPCJ DE MONFORTE

Anos	Nº processos				
	Ativos	Transitados	Encerrados	Transferidos	Enviados Ministério Público
2006	1	0	0	0	0
2012	13	12	17	0	1
2018	8	6	29	0	8
2020	5	10	35	0	14
2021	10	5	25	0	6
2022	4	10	15	1	5

Fonte: CPCJ Monforte

Handwritten initials: H, MSF

➤ **SISTEMA NACIONAL DE INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA¹³**

A Intervenção Precoce na Infância pode ser definida como um conjunto de medidas de apoio da área social, da educação e da saúde, para crianças entre os 0 e os 6 anos e suas famílias, que são disponibilizadas para:

- ✓ Melhorar as oportunidades de aprendizagem da criança;
- ✓ Fortalecer as competências dos cuidadores;
- ✓ Promover os recursos das famílias e da comunidade.

A organização do SNIPI é baseada na articulação entre os serviços do Ministério da Educação (ME), do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

A nível local são constituídas Equipas Locais de Intervenção, integrando Monforte a ELI de Campo Maior, Arronches e Monforte.

¹³ <https://snipi.gov.pt>

Tabela 59 - INTERVENÇÃO PRECOCE NO CONCELHO

Ano	Processos SNIPI	Vigilâncias	Avaliações
2020	5		
2021	8	1	
2022	8	4	
2023 (dados em fevereiro)	6		1

Fonte: EII Monforte

➤ GIP

Monforte dispõe ainda de um Gabinete de Inserção Profissional (GIP), promovido pelo Município que, em articulação estreita com o IEFP e o Município, desenvolve:

- ✓ ações de apoio à procura ativa de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora
- ✓ captação e divulgação de ofertas de emprego e apoio à colocação
- ✓ divulgação de medidas de apoio ao emprego, formação profissional e empreendedorismo e apoio ao encaminhamento de candidatos
- ✓ divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu
- ✓ encaminhamento para ações promotoras do desenvolvimento de competências de empregabilidade e criação do próprio emprego
- ✓ apoio à inscrição *on-line* dos candidatos a emprego a emprego
- ✓ ações previstas no eixo 1 - Emprego, formação e qualificação do Programa de Contratos De Desenvolvimento Social - CLDS+
- ✓ informação sobre o conteúdo e abrangência de alguns serviços e apoios em matéria de segurança social
- ✓ outras atividades consideradas necessárias, pelos serviços de emprego, para apoiar a inserção profissional dos desempregados.

➤ CULTURA, DESPORTO, LAZER e TEMPOS LIVRES

A cultura é um domínio transversal a todas as áreas do desenvolvimento territorial.

A cultura é um processo contínuo que envolve toda a comunidade e se fomenta através da sua integração no processo educativo.

A capacitação dos cidadãos em termos culturais é algo que não se mede por indicadores, nem aqui são referidos, mas que pode ser aferida pela capacidade que as comunidades têm de se adaptarem a contextos de mudança e/ou como valorizam a sua identidade.

A cultura não pode ser medida pelo número de equipamentos, no entanto estes contribuem para a diversidade da atividade cultural, em particular quando o investimento é efetuado na valorização do património material, imaterial e natural.

A oportunidade de diversificar a oferta cultural tem sido garantida pelos Municípios seja através de realização de eventos que contribuem para a atratividade territorial e complementam a oferta turística, seja pela dinamização de atividades vocacionadas para as suas comunidades.

O lazer na sociedade atual é um vetor de desenvolvimento territorial pelo que a realização de eventos diversificados e, em particular, os inseridos na dinamização dos recursos territoriais, onde o Alentejo e, em particular, o Concelho de Monforte com identidades culturais e sociais lhe conferem através das amenidades do seu território.

A análise do diagnóstico nacional permite-nos identificar a centralidade das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto com o maior nível de diversidade cultural no que diz respeito a equipamentos de cultura e lazer, no entanto a tipologia de equipamentos existentes no Concelho de Monforte corresponde às necessidades da população com uma Biblioteca Municipal, salas multiusos e infraestruturas de apoio sociocultural à comunidade em todas as freguesias. Existem lacunas como a não existência de sala de cinema, galerias de arte e museus. No entanto, o Município pretende através da reabilitação de espaços degradados reabilitar o seu património histórico e cultural e inseri-lo em roteiros mais amplos que contribuam para o aumento da atratividade local.

Equipamentos de Lazer

A maior procura e valorização de momentos de convívio, socialização, e entretenimento passados em espaços ao ar livre por parte das pessoas, levou com que as autarquias começassem a investir cada vez mais na construção e oferta de espaços ou equipamentos lúdicos, recreativos e de lazer, no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo em ambiente urbano.

Os espaços públicos e urbanos, devem proporcionar assim momentos de lazer e funcionarem como espaços de grande interseção entre a dinâmica urbana e cultural, de permitirem o contato e as relações entre a população. Estes espaços assumem na atualidade, um papel fundamental ao nível do planeamento e ordenamento, tendo em conta a melhoria da qualidade de vida urbana e a revitalização do espaço/território.

O concelho de Monforte apresenta um conjunto diversificado de espaços e equipamentos de lazer, conforme a tipologia e utilização que lhe está sujeita, distribuídos pelas freguesias constando os mesmos na georreferenciação da carta social

Desporto

As atividades desportivas são garantidas pelo município seja através do investimento em infraestruturas (campo de futebol sintético, pavilhão gimnodesportivo, piscinas cobertas e descobertas, polidesportivos), como na dinamização das atividades desportivas garantindo à população uma diversidade de atividades desportivas e de lazer que contribuem para uma melhor qualidade de vida das suas populações. O concelho tem cobertura bastante satisfatória de equipamentos desportivos necessitando de intervenções pontuais de melhoramento e manutenção, principalmente nos equipamentos localizados nas freguesias.

3.7. SAÚDE

Ao nível das infraestruturas publicas de saúde o concelho dispõe de um Centro de Saúde situado na sede de concelho e de 3 extensões em cada uma das freguesias rurais. Em Monforte existe uma farmácia e, em todas as freguesias rurais do concelho, postos de venda de medicamentos. Relativamente a respostas privadas existe na sede de concelho um consultório dentário e um de optometria. Em todas as freguesias existem posto de colheitas para realizar de Análises Clínicas por laboratórios privados.

Tabela 60. Caracterização dos Serviços Saúde

Oferta pública	Nº
Centros de Saúde/ Extensões	1 sede + 3 extensões (integram a unidade funcional do centro de saúde duas unidades – UCC e UCSP)
Nº de utentes	3033
Recursos humanos:	
Delegado médico	0
Médicos	3
Enfermeiros	6
Higienista oral	0
Nutricionista	1
Fisioterapeuta	1
Técnico de Serviço Social	1
Outra especialidade médica	0
Assistentes operacionais	3
Assistentes técnicos	4

Fonte: Centro de Saúde de Monforte, elaboração própria

Em reunião de CLAS, com a informação do Centro de Saúde de Monforte, foram atualizados os dados da tabela anterior. Já existe delegado de saúde sendo um recurso partilhado, o mesmo se aplicando ao nutricionista, fisioterapeuta e técnico de serviço social.

Handwritten signature and initials: SF, en

➤ Serviços de saúde

A prestação de cuidados de saúde à população, nomeadamente, considerando a população dos grupos etários mais elevados, bem como as dificuldades das IPSS, com a assistência médica aos seus utentes, deverão ser considerados relevantes os indicadores das Estatísticas de Saúde de 2023.

Handwritten initials: HA, JH, RS

A esperança de vida e anos de vida saudável, segundo as Estatísticas de Saúde do INE 2023 (ES, 2023), tendo como referência os indicadores do Eurostat: “ *A esperança de vida à nascença em Portugal foi estimada em 81,1 anos para o total da população em 2020, mais elevada para as mulheres (84,1 anos) do que para os homens (78,0 anos). Considerando a informação relativa à existência de limitações devido a problemas de saúde, a estimativa de anos de vida saudável à nascença era de 59,7 anos, mais baixa para as mulheres (58,7 anos) do que para os homens (60,8 anos).*”

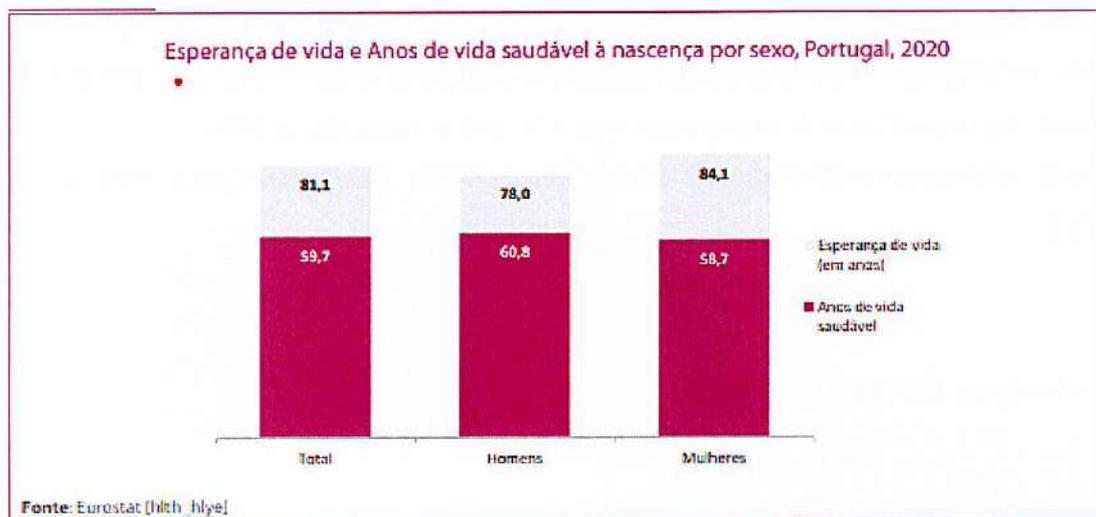
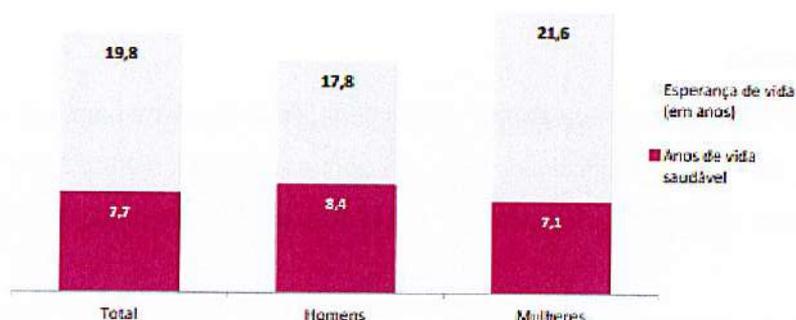


Figura 21 Esperança de vida e anos de vida saudável à nascença por sexo; Fonte: ES 2023, 2023

A esperança de vida e os anos de vida saudável aos 65 anos segundo as ES2023, do INE, indicadores Eurostat: “ *No mesmo período, a esperança média de vida para uma pessoa com 65 anos era de 19,8 anos, sendo respetivamente de 17,8 anos para os homens e de 21,6 anos para as mulheres com a mesma idade. O ajustamento relativo às limitações devido a problemas de saúde regista uma expectativa de número de anos de vida saudável aos 65 anos de menos 12,1 anos para a população em geral (7,7 anos), e mais penalizadora para as mulheres (7,1 anos) do que para os homens (8,4 anos)*”

Esperança de vida e Anos de vida saudável aos 65 anos por sexo, Portugal, 2020



Fonte: Eurostat [h1h3, h1ye]

Figura 22. Esperança de vida e anos de vida saudável aos 65 anos por sexo; Fonte: ES2023, INE

Segundo os dados do Eurostat Portugal ocupa o “11^o lugar, com um valor (7,7 anos) inferior em 2,1 anos de vida saudável aos 65 anos em relação à média europeia que era de 9,8 anos”.

Assim, embora não existam dados à escala do municipal, considerando, o peso da população com mais de 65 anos, no Concelho de Monforte, **a pressão sobre os serviços de saúde considerando os anos de vida saudável será significativo, bem como sobre as IPSS, com as respostas de ERPI.**

O número de médicos por 1000 habitantes é inferior ao das NUTS, mesmo tendo aumentado entre 2011 e 2020.

Tabela 61 – Médicos por 1000 habitantes por NUTS

Local de residência	Médicas/os por 1000 habitantes (N.º)	
	2011	2022
PC	4,1	5,8
Alentejo	2,2	3,3
Alto Alentejo	3,1	4,1
Monforte	1,5	2,4

Fonte: INE, 2023, elaboração própria

Os dados confirmam a falta de médicos na UTM, uma condicionante que coloca constrangimentos à RSES do Concelho de Monforte e na prestação de serviços à comunidade.

A carta social municipal inclui a georreferenciação das infraestruturas de saúde, permitindo que a monitorização entre os serviços sociais e de saúde se complementem.

Conclui-se que a pressão sobre os territórios de baixa densidade como a UTM que têm índices de envelhecimento e de longevidade mais elevados terá tendência a aumentar e exatamente onde a concentração de recursos físicos é menor. Pelo que importa analisar a disponibilidade de recursos humanos, em particular os que estão afetos nas NUTS II - Alentejo e III - Alto Alentejo.

Handwritten signature and initials: "RS SF" and "en".

4. A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES)

No âmbito do relatório da Carta Social de 2021 do MTSSS faz-se o enquadramento e a caracterização dos atuais conceitos das RSES.

Handwritten signature and initials: "RS SF" and "en".

“A Carta Social (CS) - ferramenta essencial ao estudo da dinâmica da RSES – apresenta-se como um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise, essencial para o processo de conceção e adequação das políticas sociais, para o apoio ao planeamento territorial e à preparação da tomada de decisão, (...)”

Pelo que, de acordo com a Portaria n.º 66/2021 de 17 de março, se impõe o enquadramento na RSES nacional, num contexto multiescala, considerando as especificidades regionais locais que condicionam a definição da rede.

A dinâmica da informação das respostas em rede permite maior eficácia na gestão dos Equipamentos Sociais, permitindo adaptar a respostas em função das necessidades no âmbito das UT, bem como a sua inserção em função dos contextos das NUTSII e das NUTSIII.

Assim devem ser seguidos os conceitos de acordo com o estabelecido na CS e que se transcrevem:

“Equipamentos Sociais: (...) é considerado equipamento social toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais, ou, onde estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas.

Respostas Sociais: (...)o conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidas em equipamentos, ou a partir destes, vocacionadas para o apoio a pessoas e/ou famílias. As respostas sociais enquadradas na RSES dirigem-se a toda a população numa perspetiva de adequação às diferentes necessidades sociais. Todavia, existem serviços e equipamentos específicos dirigidos a grupos-alvo enquadrados em quatro grandes áreas: (1) Crianças e Jovens; (2) Pessoas com Deficiência ou Incapacidade; (3) Pessoas Idosas e (4) Pessoas com outras problemáticas, no âmbito da Família e Comunidade.

4.1. Enquadramento da RSES de Monforte

Analisam-se de seguida os dados da Carta Social (relatório 2021 do MTSS) de acordo com a população alvo.

➤ CRIANÇAS E JOVENS- Tipologia

- a Creche e a Ama
- a Educação Pré-Escolar
- o Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)
- a Casa de Acolhimento
- a Casa de Acolhimento para resposta a situações de emergência
- o Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP)

Para uma avaliação da capacidade de resposta face ao número verifica-se na figura seguinte que a primeira é superior, embora a oferta com acordo seja inferior, o que é indicador da menor capacidade financeira das famílias para recorrer a esta resposta social, que está a ser colmatada com a gratuidade das creches. No entanto, a nível nacional, pode significar uma menor procura considerando, os territórios de baixa densidade, onde a pressão sobre as famílias é menor.

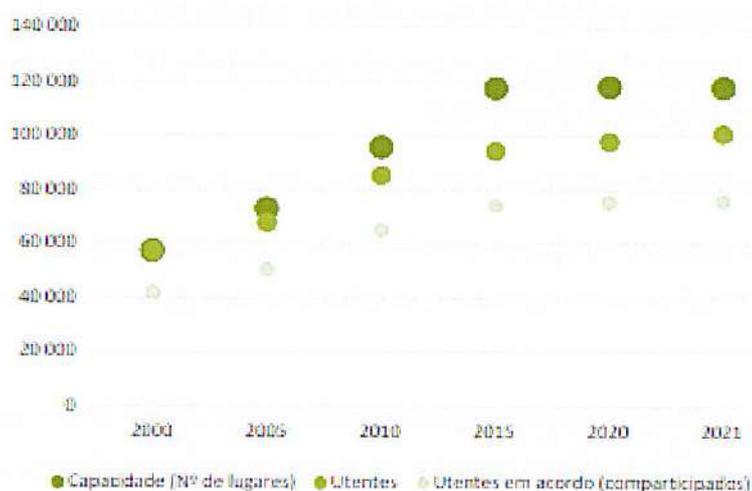


Figura 23. evolução da capacidade, nº de utentes e AC; in CS-RSES 2021

A menor percentagem de crianças, no total da população residente até aos três anos situa-se abaixo dos 2,16%, o que justifica a conclusão anterior, pelo que a taxa de cobertura aumenta ao Nível da NUTS III, nomeadamente no Alto Alentejo, embora seja inferior na UTM.

Handwritten signature and initials: SF. on

Número de Crianças até aos três anos por freguesia

Assumar	14
Monforte	40
Santo Aleixo	10
Vaiamonte	15
Total	79

Handwritten initials: H

A taxa de cobertura a nível Nacional (Continente) é de 52,8%, enquanto na UTM se situa nos 38%, calculada em função do número de crianças dos 0-3 por freguesia. A capacidade instalada em creche na UTM está centralizada em Monforte (SCMM) é de 30 utentes. A sua utilização é de 23 crianças, logo a taxa de utilização é de 76%, tendo subido relativamente aos dados de 2021 do RSES (inferior a 60%).

Figura 32 – Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2021

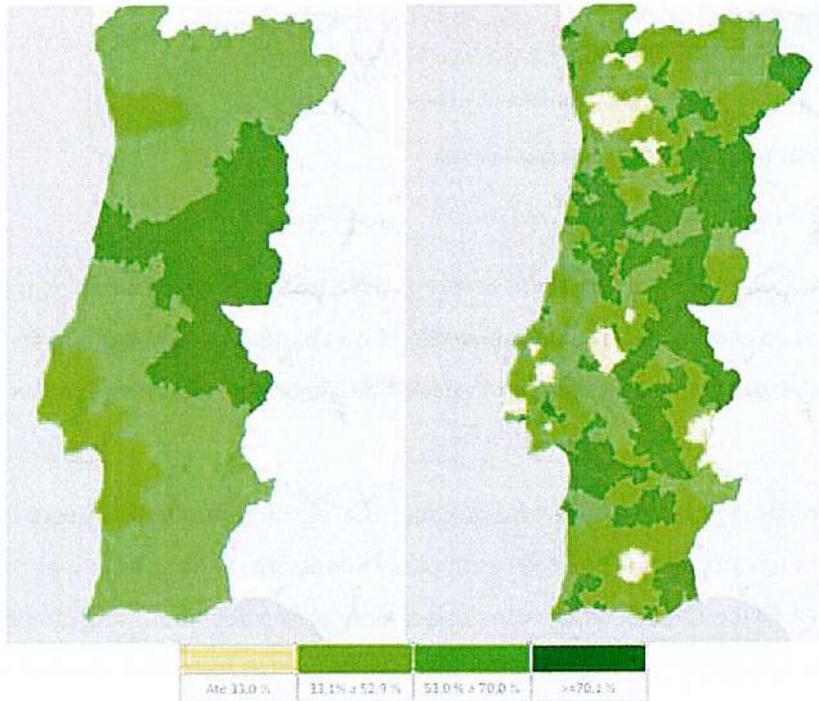
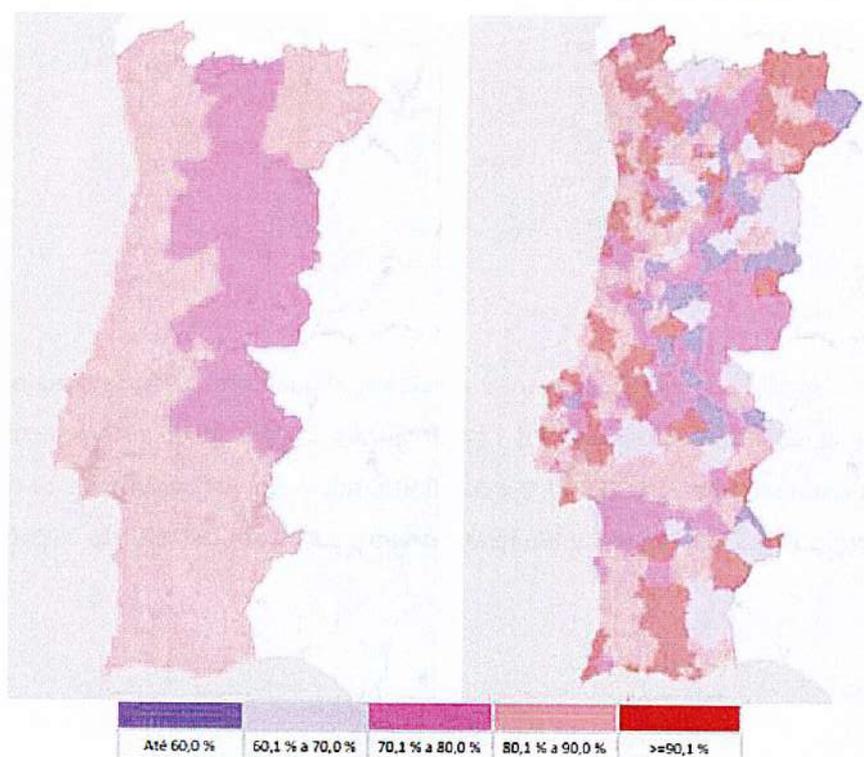


Figura 24,. In CS- RSES 2021, taxa de cobertura

Figura 36 - Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho - 2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 25. In CS- RSES 2021, Taxa de utilização primeira infância

A taxa de utilização de creches por Concelho coloca a UTM nos valores mais baixos para além da cobertura ser inferior às necessidades, o que se verifica é que a utilização fica aquém da capacidade instalada. Confirma-se que com a pressão em territórios de maior densidade populacional a taxa de utilização aumenta.

Identifica-se como constrangimento a baixa taxa de cobertura, sendo centralizada na sede do Concelho e não existindo oferta nas freguesias, pois face às poucas crianças não seria sustentável. A deslocação das crianças só se justificaria caso as famílias se deslocassem para trabalho na sede do Concelho. No entanto, deverão ser acauteladas as necessidades das famílias nestas freguesias, com outra tipologia de respostas. O PDS previa uma resposta de amas, mas nunca foi implementada. As relações de proximidade das famílias e a existência de apoios informais podem explicar o pouco impacto nas comunidades.

- **O pré-escolar** na sua distribuição por concelho é baixa para a UTM, mas corresponde a uma realidade de poucas crianças no intervalo dos 3 aos 5 anos (87) existindo resposta em todas as freguesias.

Distribuição territorial da resposta social Educação Pré-Escolar, por concelho - 2020

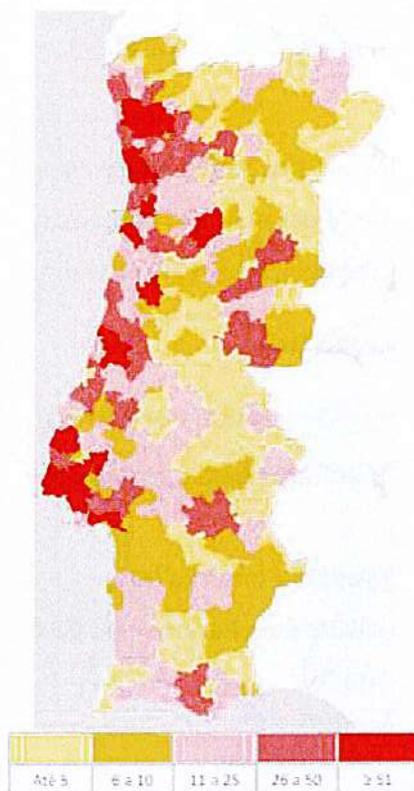


Figura 26. distribuição do Pré-escolar por Concelho , público e entidades da economia social. Fonte: GEP, Carta Social - <http://www.cartasocial.pt>

Nº de alunos do Pré-escolar

Assumar	11
Monforte	44
Santo Aleixo	9
Vaiamonte	6
Total	70

A taxa de utilização é de 80,5%, para uma taxa de pré-escolarização em 2021 que era de 88,9, o que significa que em 2023 diminuíram o número de alunos a frequentar o pré-escolar.

De salientar que nas freguesias de Vaiamonte e Santo Aleixo o número de crianças entre os três e cinco anos é de respetivamente 18 e 17, pelo que, é muito baixa a taxa de utilização.

O município assegura o funcionamento do pré-escolar, bem como os prolongamentos de horários e serviços de refeições, bem como ao nível do 1º ciclo. O número de crianças que frequentam CAF e AAAF é variável em cada uma das interrupções letivas.

O horário é das 9h-12h30/14h00-17h30, disponibilizando refeições para quem o pretender.

Durante o tempo letivo as atividades de animação e apoio à família do pré-escolar (receção, almoço, e após as 15h30) funcionam nas freguesias de Assumar, Vaiamonte e Santo Aleixo até às 17h30 e em Monforte até às 18h00.

Face a esta oferta não existe necessidade de CATL, considerando o pouco número de crianças e jovens, bem como a oferta diferenciada em função das especificidades existentes nas diferentes freguesias, estabelecida através de parcerias com a Associação de Pais e Encarregados de Educação.

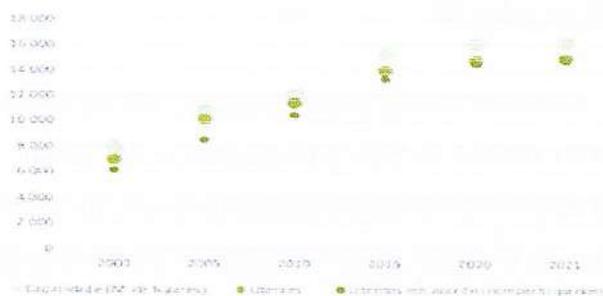
➤ **Pessoas com Deficiência ou Incapacidade**

As respostas sociais direcionadas às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade são:

- **Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI),**
- **o Lar Residencial,**
- **a Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)**
- **o Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência**
- **Apoio em Regime Ambulatório**
- **a Intervenção Precoce**
- **o Lar de Apoio**
- **o Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)**

A evolução das respostas confirma uma subida, mas é aquela em que os utentes com acordo mais se aproximam do número de utentes, sendo coincidentes em 2021 e onde a capacidade instalada se aproxima da utilização. A componente de acordo tem acompanhado o crescimento da capacidade, mas justifica a forte dependência do setor das políticas públicas.

Figura 50 – Evolução da capacidade, número de utentes e utentes com acordos na resposta social CACI, Continente – 2000-2021



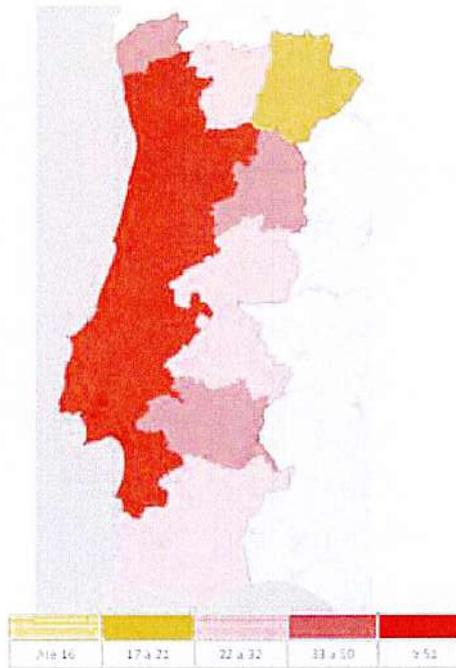
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 27. IN CS- RSES 2021; Evolução das respostas sociais das pessoas com deficiência

A distribuição confirma concentração das respostas nas áreas mais densamente povoadas, no entanto importa salientar que a taxa de cobertura em Portugal Continental é de 4,2%.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

Figura 51 - Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou incapacidade, por distrito - 2021



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Figura 54 - Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, distrito - 2021

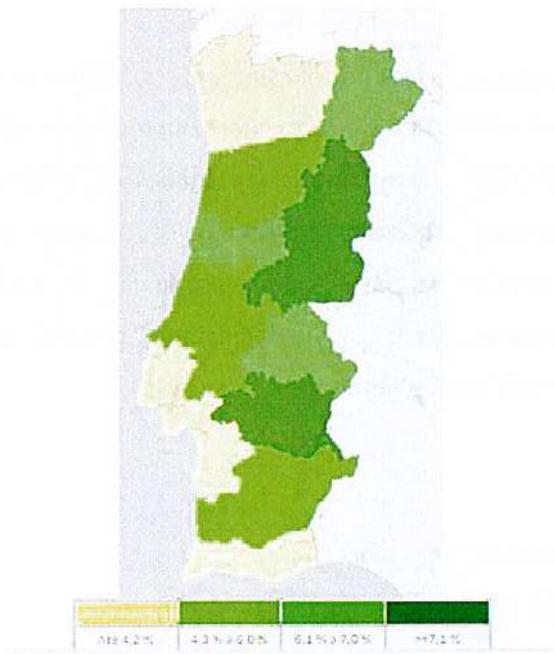
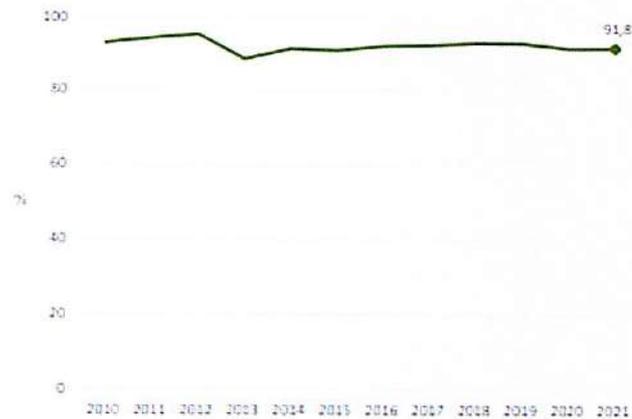


Figura 28. In RSES: distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência

Pelo que a nível da NUTSIII- Portalegre se verifica uma maior cobertura na totalidade das respostas para a população com deficiência.

A taxa de utilização é de 91,80 pelo que se revela elevada e demonstra face á baixa taxa de cobertura, **que existe necessidade de reforço das respostas.**

Figura 55 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2010-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 29.. Evolução das taxas de respostas sociais das pessoas com deficiência, in CS- RSES

Segundo as tipologias de apoio à população portadora de deficiência não existem as respostas sociais identificadas na UTM. No entanto, existe uma unidade de longo internamento **Centro de Recuperação de Menores D. Manuel Trindade Salgueiro** (Irmãs Hospitaleiras) em regime de internamento, mas cuja resposta se enquadram no acordo de cooperação com o Ministério da Saúde, como resposta a nível nacional, pela sua especificidade em recuperação de deficiência profunda, que será abordada na caracterização das IPSS da UTM. Salienta-se que os serviços prestados por esta instituição nas comunidades locais justificam a sua caracterização diferenciada.

➤ **Pessoas Idosas**

As respostas sociais para pessoas idosas são:

- a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)
- o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD)
- a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)
- o Centro de Dia

- O Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD)
- Outras: o Centro de Convívio, o Centro de Noite e o Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

As principais respostas sociais são as que respeitam ao ERPI, SAD e CD.

A figura 30 demonstra que a resposta que mais tem crescido tem sido o SAD.

A análise da capacidade comparativamente com o nº de utilizadores tem aumentado, mas verifica-se que na sua maioria existe uma coincidência entre estes e os com acordo.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Figura 71 – Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2021



Figura 72 – Evolução da capacidade, do número de utentes e utentes compartilhados na resposta social SAD, Continente – 2000-2021

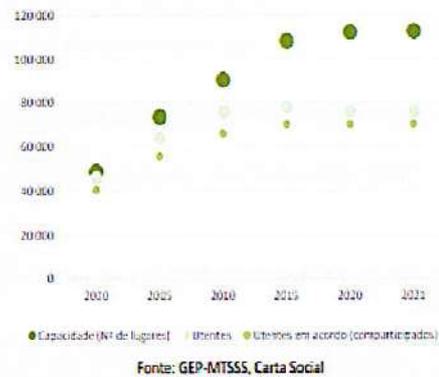


Figura 30. IN RSES 2021; distribuição e evolução das respostas sociais para pessoas idosas

A distribuição da população com mais de 65 anos no Continente é superior nos territórios de baixa densidade aumentando o seu peso no total da população. No entanto, verifica-se que com o aumento da longevidade e da esperança de vida não podemos calcular uma taxa de cobertura em função do público-alvo (+ 65 anos).

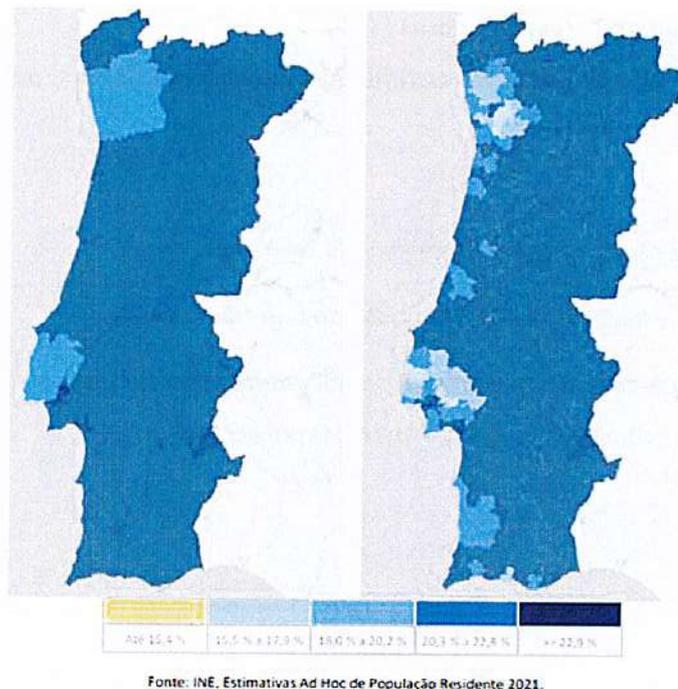


Figura 31-Distribuição da população com mais de 65 anos, in RSES

No quadro seguinte apresenta-se a capacidade e taxas de ocupação dos SAD existentes na UTM.

Tabela 62. caracterização das Respostas Sociais para pessoas idosas no Concelho de Monforte; Fonte: Inquéritos; elaboração própria

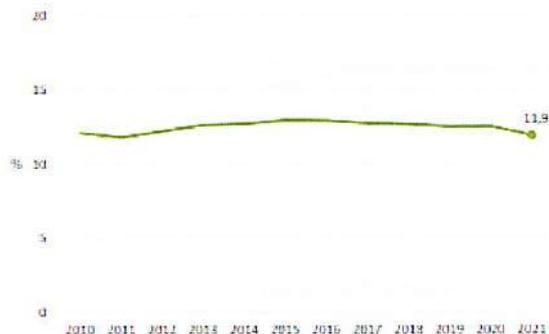
SAD	capacidade	nº utentes	taxa de ocupação	nº de acordos de cooperação	Freguesia
Centro de Dia Nossa Senhora dos Milagres	25	8	32%	7	Assumar
Santa Casa da Misericórdia Monforte	25	26	104%	13	Monforte
Centro Social e Paroquial de Santo Aleixo	106	16	15%	25	Santo Aleixo
Centro Social de St. António de Vaiamonte	38	10	26%	19	Vaiamonte

Fonte: Inquéritos; elaboração própria

A taxa de cobertura é efetuada na totalidade das respostas sociais para os mais idosos

No caso da UTM, como verificámos, este grupo etário diminui, mas o seu peso de 28,7% mantém-se com um peso superior no contexto das diferentes NUTS. Tal como já tínhamos justificado verifica-se que as taxas de cobertura, tendo em atenção o peso da população com mais de 65 anos, no gráfico da figura 32, justifica este constrangimento, com uma taxa de cobertura de 11,9%, enquanto na UTM é mais elevada.

Figura 77 – Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2010-2021



Fonte: INE, Estimativas Ad Hoc de População Residente 2021
GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 32. Evolução da taxa de cobertura; in CS- RSES 2021

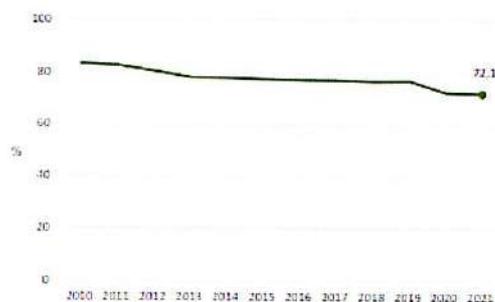
A taxa de cobertura foi calculada com base no público-alvo com mais de 65 anos, tal como acontece no cálculo do RSES. No entanto, verifica-se que a maioria dos utentes seja em ERPI, SAD ou CD têm mais de 75 anos, de acordo com caracterização das IPPS¹⁴. Assim, calculou-se a taxa de cobertura em função destes dois grupos etários.

taxa de cobertura ERPI - p/ população com mais de 65 anos	31%
taxa de cobertura ERPI - p/ população com mais de 75 anos	50%

As taxas de utilização (72,1) têm evoluído conforme a figura seguinte, verificando-se uma ligeira descida provocada pela diminuição de utilização dos centros de dia.

¹⁴ A ver no capítulo 4

Figura 79 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2010-2021



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 33. Evolução da taxa de ocupação das respostas sociais para pessoas idosas; In RSES

A taxa de utilização na UTM para Centros de Dia e ERPI, conforme quadro seguinte:

Centro de Dia	capacidade	nº utentes	taxa de utilização	acordos de cooperação	Freguesia
Centro de Dia Nossa Senhora dos Milagres	20	6	30%	6	Assumar
Centro de Social Santo António de Vaiamonte	10	7	70%	7	Vaiamonte

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)	capacidade	nº utentes	taxa de utilização	acordos de cooperação	Freguesia
Fundação Vaquinhas e Velez do Peso	36	36	100%	30	Assumar
Santa casa da Misericórdia de Monforte	51	51	100%	51	Monforte
Centros Social e Paroquial de Santo Aleixo	33	33	100%	26	Santo Aleixo
Centro Social Santo António de Vaiamonte	19	19	100%	14	Vaiamonte

As outras Respostas Sociais previstas na Carta Social-RSES são:

Família e Comunidade

- O Centro de Alojamento Temporário (CAT)
- a Comunidade de Inserção
- a Casa de Abrigo
- OUTROS: refeitório/Cantina Social, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e Ajuda Alimentar (POAPMC).
- Acolhimento familiar de crianças e jovens
- Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência ou Incapacidade

OUTRAS RESPOSTAS

- Pessoas com Comportamentos Aditivos
- Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias: Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, Serviço de Apoio Domiciliário e Residência para Pessoas com VIH/SIDA
- Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico
- **Unidades e Equipas de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI):**

Unidades de Cuidados Continuados de Convalescença (UC), Unidades de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação (UMDR), Unidades de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção (ULDM) e Equipas Domiciliárias de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) de saúde e de apoio social, entre outras unidades de cuidados com menor expressão e dirigidas a grupos específicos, de que são exemplo os Cuidados Pediátricos e a Saúde Mental.

Esta tipologia de respostas sociais formalmente não existe na UTM, face á problemática identificada e ao número de casos existentes. No entanto, os Serviços Sociais do Município de acordo com as suas competências no âmbito da ação social, garantem em parceria, parte destas respostas sociais, de acordo com o seu PDS e plano de ação anual aprovado no CLAS.

Salienta-se que nas respostas a pessoas com comportamentos aditivos: “o CRI¹⁵ –Portalegre, enquanto estrutura Pública da Saúde, integrada no ICAD. IP (Instituto dos Comportamentos Aditivos e Dependências) intervém enquanto resposta de proximidade no âmbito da prestação de cuidados integrados e globais a pessoas com comportamentos aditivos e dependências. Para além do Tratamento em ambulatório das pessoas com CAD e ainda da referenciação (em caso de necessidade) para outras respostas específicas, este serviço intervém ainda ao nível das áreas de missão da prevenção: redução de riscos e minimização de danos e reinserção social.

Esta estrutura pretende dar resposta às solicitações dos estabelecimentos e serviços de saúde e das comunidades que integram a sua área geográfica.

As duas Equipas multidisciplinares (Portalegre e Elvas) articulam-se através de 2 núcleos:

O Administrativo (constituído por administrativos e Assistentes Operacionais) e o Clínico (constituído por médico, psicólogos, assistentes sociais, terapeuta familiar e enfermeiros) e disponibiliza consultas médicas, de psicologia, apoio social, acompanhamento e Terapia Familiar.”

(Fonte: Informação do CRI de Portalegre- Equipa Prevenção e Intervenção Comunitária).

¹⁵ Centro de respostas integradas

4.2. CARATERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (IPSS) DO CONCELHO DE MONFORTE

A RSES do Concelho de Monforte é garantida pelas suas IPSS existentes em todas as freguesias que se identificam na figura seguinte, estando devidamente georreferenciadas permitindo o seu mapeamento.

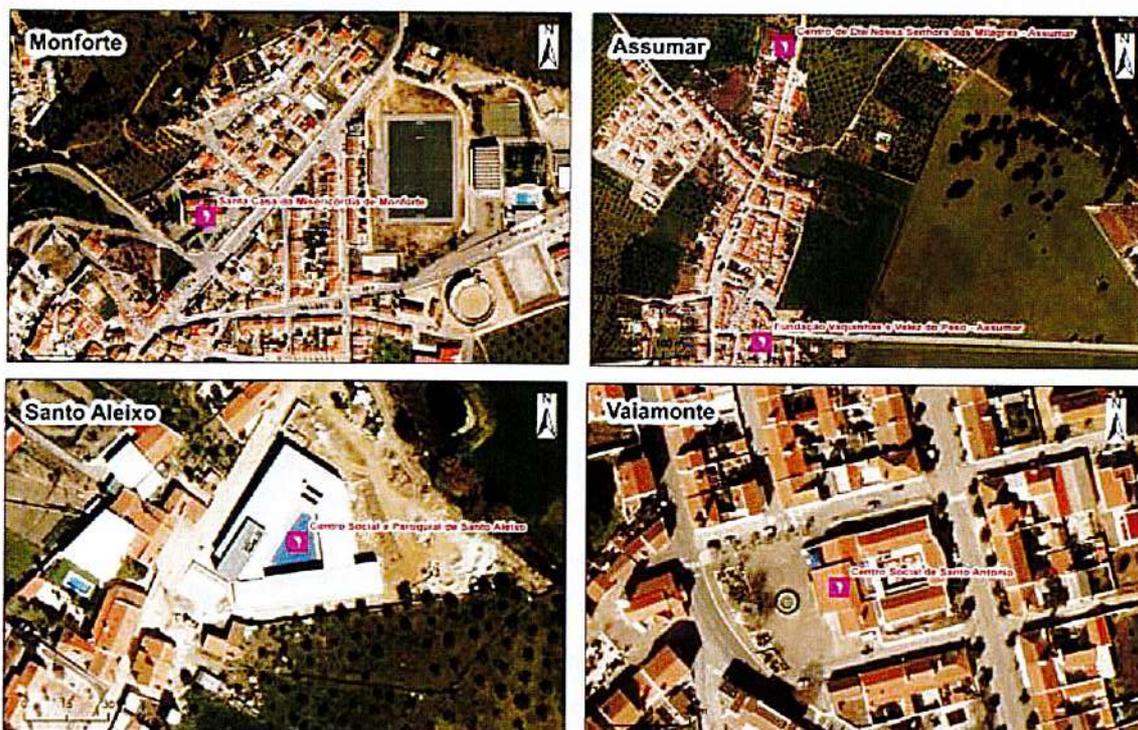


Figura 34. Mapeamento das IPSS da UTM.

As IPSS do Concelho de Monforte garantem o funcionamento das Respostas Sociais, pelo que a tabela seguinte caracteriza as mesmas quanto ao número de utentes e funcionários, para uma síntese da sua capacidade e importância na comunidade.

O Centro de Recuperação de Menores de Assumar pela tipologia de resposta ser integrada no Ministério da Saúde será caracterizado de forma individualizada, atendendo às respostas sociais que presta, nomeadamente à comunidade.

R. SF.
AV

Freguesia	IPSS	Respostas Sociais	nº de utentes	nº de funcionários
ASSUMAR	Fundação Vaquinhas e Velez do Peso	ERPI	36	22
	Centro de Dia Nossa Senhora dos Milagres	SAD e CD	14	5
MONFORTE	Santa Casa da Misericórdia de Monforte	ERPI, SAD e CRECHE	100	48
SANTO ALEIXO	Centro Social e Paroquial de Santo Aleixo	ERPI E SAD	49	21
VAIAMONTE	Centro Social de Santo António de Vaiamonte	ERPI, SAD e CD	36	19
TOTAL			235	115

H
for
HE

Freguesia de Assumar	Resposta	nº de utentes	nº de funcionários
Centro de Recuperação de Menores D. Manuel Trindade Salgueiro (Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus)	Longo internamento	120	80
	Consulta externa	574	

Verifica-se a importância para a economia local das IPSS que no seu conjunto garantem **195 postos de trabalho** em particular na freguesia de Assumar. Da mesma forma que em termos de respostas sociais se verifica um número considerável de utentes, em particular junto da população idosa, considerando que em creche só existem 23 utentes.

O Centro de Recuperação de Menores de Assumar "... é um estabelecimento de saúde com gestão e administração da responsabilidade do Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus desde 1968. "É atualmente a única Instituição em Portugal Continental capaz de congregar respostas sociais e de saúde adequadas às necessidades da população infantojuvenil com multideficiência. A Congregação tem uma abrangência nacional". A instituição vocacionada, inicialmente para a recuperação de menores tem hoje uma maior abrangência na idade dos seus utentes, considerando que tem sempre funcionado em regime de internamento.

Os questionários efetuados às IPSS permitiram a sua caracterização de utentes e do seu funcionamento. Procedeu-se a uma avaliação dos constrangimentos e desafios das IPSS face ao atual contexto local, regional e de políticas públicas, que permitam uma prospetiva da sua sustentabilidade perante a necessidade de adequação das respostas sociais e de inovação social, face á alteração das características do público-alvo.

CARATERIZAÇÃO DOS UTENTES

A caraterização dos utentes por resposta social permite identificar a adequação das respostas à tipologia do utente, as suas necessidades e expectativas.

TOTAL UTENTES

ERPI	139
SAD	60
CD	13
CRECHE	23
TOTAL	235

O aumento da longevidade dos utentes e da esperança de vida está expressa na tabela seguinte em que aumenta o número utentes para os grupos etários a partir dos 80 anos.

Tabela 63- Caraterização dos utentes por grupo etário; Fonte: Inquéritos; elaboração própria

Caraterização dos utentes/Grupo Etário	ERPI	SAD	CD
menos de 65	1	9	0
65 a 69	3	4	2
70 a 74 anos	4	5	3
75 a 79 anos	11	5	0
80 a 84 anos	27	15	4
85 a 89 anos	44	16	3
90 a 94 anos	32	6	0
mais de 95	17	0	1
TOTAL	139	60	13

Fonte: Inquéritos; elaboração própria

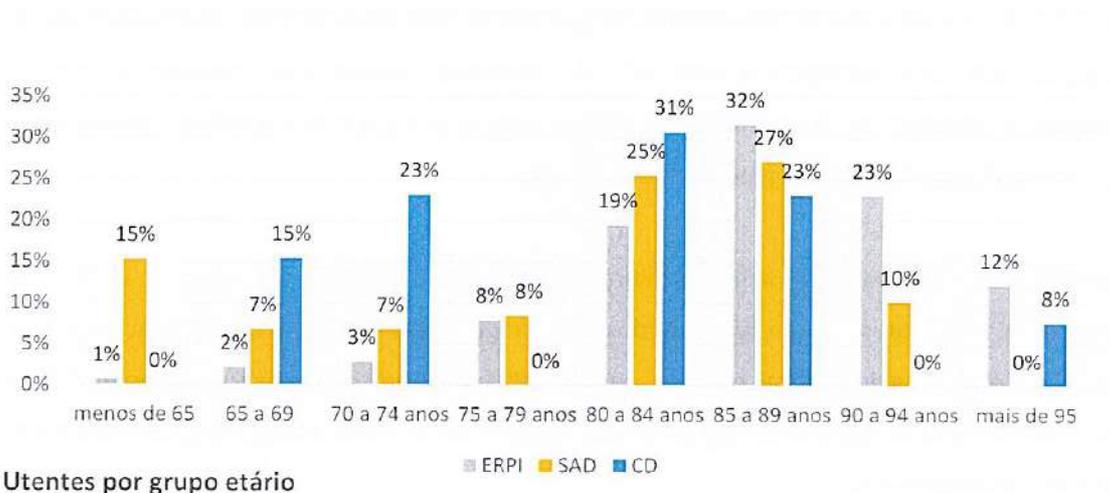


Figura 35, Peso de grupo etário por resposta social; Fonte; inquéritos; elaboração

Handwritten signature and initials: R.F. SF. en

As tipologias de respostas refletem esta tendência, mas com diferenças que convém identificar:

Em ERPI, o grupo com maior incidência é dos 85 a 89 anos, que em conjunto com o dos 90-94 anos perfaz 55%, tornando mais relevante que o com mais de 95 anos, seja superior ao dos 75 a 79 anos. Tal justifica-se quando se avalia os utentes em SAD que recuam no grupo, sendo maior nos 80-85 anos, mas diminuindo nos grupos seguintes, sendo inexistente no grupo dos que têm mais de 95 anos. Ou seja, a partir dos 85 anos com diminuição da autonomia os idosos mudam da valência de SAD para ERPI. As consequências serão abordadas na caracterização do funcionamento.

Handwritten initials: HA, Jm, HZ

A caracterização dos utentes por género reflete que as mulheres são a maioria, não só por demograficamente ser essa a realidade, mas também por a sua esperança de vida ser superior aos homens.

Tabela 64- Caracterização por género;

Caraterização por género	F	M	% F	%M
ERPI	92	47	66%	34%
SAD	24	36	39%	61%
CD	5	8	38%	62%
TOTAL	121	91	57%	43%

Fonte: inquéritos; elaboração própria

Quando se compara com o grupo etário por resposta social verifica-se que a partir dos 80 anos estas representam a maioria em ERPI. A partir dos 80-84 anos em ERPI e SAD a diferença é mais significativa, com mais mulheres, mas tal justifica-se pelo facto de terem aos 65 anos menos anos de vida saudável (7,1) do que os homens. No entanto, em CD os homens utilizam a resposta social mais cedo, atinge um pico aos 80-84 anos e vai decrescendo. Enquanto nas mulheres começa mais tarde e atinge o pico aos 85-89 anos e decresce, revelando uma maior autonomia das mulheres a par da longevidade.

Tabela 65. Caracterização por género e grupo etário por resposta social

GÉNERO/IDADE	ERPI		SAD		CD	
	F	M	F	M	F	M
menos de 65	0	1	3	6	0	0
65 a 69	0	3	0	4	0	2
70 a 74 anos	1	3	1	3	1	2
75 a 79 anos	6	5	2	2	0	0
80 a 84 anos	20	7	10	5	1	3
85 a 89 anos	25	19	9	7	2	1
90 a 94 anos	23	9	1	5	0	0
mais de 95	15	2	1	0	1	0
TOTAL	90	49	28	32	5	8

Fonte; inquéritos; elaboração própria

O peso por grupo etário por género e resposta permite-nos identificar a longevidade das mulheres, que determinam a maioria dos utentes a partir dos 85 anos em ERPI. Os homens atingem o pico entre os 85-89 anos decrescendo progressivamente até aos mais de 95 anos. Em SAD os grupos em maioria são entre os 80 e 89 anos, o que revela a sua opção para ERPI em ambos os géneros embora seja maior nas mulheres. Em CD verifica-se uma diferença entre homens e mulheres nos grupos etário mais baixo, o que justifica uma maior autonomia, tal como se verifica em SAD. AS situações identificadas com menos de 65 anos correspondem a situações de dependência por comorbidades associadas a doenças crónicas e/ou de doença prolongada, associadas a carências sociais.

Tabela 66. Distribuição por género e grupo etário em cada resposta social

Género/IDADE	ERPI		SAD		CD	
	F	M	F	M	F	M
menos de 65	0%	2%	11%	19%	0	0%
65 a 69	0%	6%	0%	13%	0	25%
70 a 74 anos	1%	6%	4%	9%	20%	25%
75 a 79 anos	7%	10%	7%	6%	0%	0%
80 a 84 anos	22%	14%	37%	16%	20%	38%
85 a 89 anos	28%	39%	33%	22%	40%	13%
90 a 94 anos	26%	18%	4%	16%	0%	0%
mais de 95	17%	4%	4%	0%	20%	0%

Fonte: inquéritos; elaboração própria

Quanto à origem dos utentes verifica-se que os oriundos de fora do Concelho têm um peso de 30%, o que não deixa de ser relevante e demonstra a atratividade da RSES de Monforte. A Fundação Vaquinhas e Vélez do Peso de Assumar, revela que tem mais utentes de fora do Concelho, embora a sua maioria pertença à diáspora, que saíram para diferentes Concelhos do País, mas que, com a oferta na sua terra natal, voltaram.

Noutros verifica-se que com a proximidade a Concelhos/freguesias limítrofes, bem como os casos das vagas cativas da segurança social, justificam esta tendência. Outro fator que pesa na opção segundo as instituições é a qualidade dos serviços prestados, associado ao posicionamento geográfico.

O número de utentes de fora do Concelho é superior nas freguesias onde existe valência de ERPI, tal poderá constituir uma oportunidade para instituições menores, tendo relevância na sua sustentabilidade futura. O que não significa que os utentes destas freguesias não sejam prioritários no acesso aos respetivos serviços.

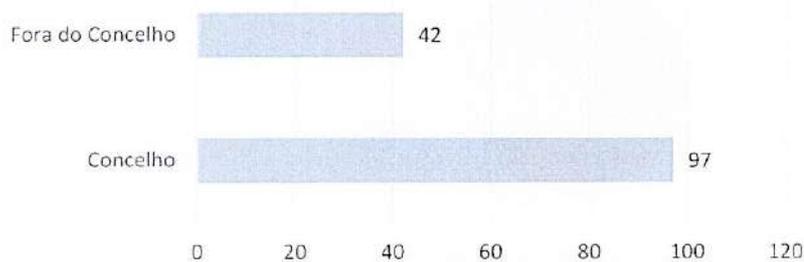


Figura 36. Origem do utente: De fora do Concelho e do Concelho; Fonte: inquéritos

Fora do concelho



Figura 37. Distribuição dos utentes por origem nas respostas sociais; Fonte: inquéritos; elaboração própria

A figura 38 representa o nível de incapacidade dos utentes identificados nos questionários efetuados às instituições.

O nível foi estabelecido em função dos utentes que apresentam problemas de mobilidade significativas, que condicionem a sua autonomia e dependência de terceiros e sintomas de demência. Verificou-se que na maioria estão no elevado e médio, sendo somente de 16% os que se situam no baixo. As consequências serão abordadas na caracterização do funcionamento.

nível de incapacidade

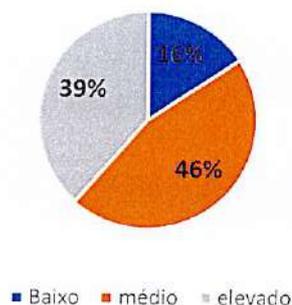


Figura 38. caracterização dos utentes por nível de incapacidade; Fonte: inquéritos; elaboração própria

RESPOSTA SOCIAL DE CRECHE

CRECHE	
F	10
M	13
TOTAL	23

Os utentes situam-se entre os 0 e 2 anos, existindo 1 utente de fora do Concelho porque os pais trabalham no Concelho.

CARACTERIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO

O funcionamento das instituições permite caracterizar as instituições para se identificar os recursos e fragilidades, bem como os desafios que se colocam perante a prestação de serviços que se adequam á procura e às novas necessidades dos utentes.

Os recursos humanos estão de acordo com os rácios estabelecidos por utente. No entanto, tal não significa que as IPSS não identifiquem as suas necessidades, em áreas que podem contribuir para a melhoria da prestação de serviços.

CATEGORIA PROFISSIONAL	
Cozinheira	5
Ajudante cozinha	3
Encarregado Geral (s. gerais)	5
Ajudante Lar e C. Dia	58
Trabalhadores Serviços Gerais	16
Educadora de Infância	1
Ajudante Ação Educativa	4
Animadora	2
Técnico Administrativo	1
Assistente Administrativo	4
Contabilista Certificado	1
Ajudante Familiar Domiciliário	3
Diretora Técnica	4
Enfermeira	3
motorista	1
Auxiliar de Ação Médica	1
Animadora	1
Técnica auxiliar de serviço social	1
Psicomotricista	1
TOTAL	115

Handwritten signature and initials: "SF. en"

Handwritten signature and initials: "H"

No total são 115 trabalhadores distribuídos por diferentes categorias profissionais, onde prevalecem os auxiliares de serviços gerais e ajudante lar e centro de dia. Para além dos recursos humanos do quadro de pessoal das instituições, as mesmas recorrem a prestadores de serviços, na área da Saúde (médicos e enfermeiros), financeira e direito, de acordo com as suas necessidades de gestão. A problemática dos serviços de saúde é a mais salientada e com as maiores fragilidades o que obriga algumas instituições a recorrer ao Centro de Saúde e hospitalização domiciliária. No entanto, todas possuem enfermeiro, com exceção do Centro Social Nossa Senhora dos Milagres de Assumar, que só tem as respostas de SAD e CD.

Quanto às habilitações verifica-se que na sua maioria tem o 3º ciclo, secundário e licenciatura o que se situa acima das habilitações da população empregada no concelho (2º ciclo e 3ª ciclo).

1ºciclo	2ºciclo	3ºciclo	secundário	licenciatura	mestrado	total
8	30	33	30	12	2	115

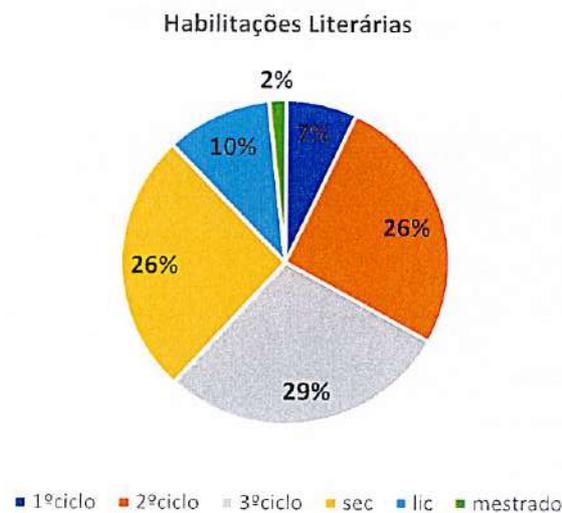


Figura 39. Habilitações literárias por respostas sociais; Fonte: inquéritos; elaboração própria

As IPSS identificam as carências em recursos humanos como um constrangimento atendendo ao aumento da idade dos idosos e as exigências de acompanhamento, que aumentou o seu nível de dependência, bem como de recursos técnicos especializados que consigam responder aos problemas de mobilidade e, em particular, de demência.

As atividades desenvolvidas por cada IPSS de acordo com os questionários efetuados, descrevem-se de seguida para caracterização do seu funcionamento.

Fundação Vaquinhas e Vélez do Peso- Freguesia de Vaiamonte

A IPSS só tem a funcionar a resposta social de ERPI em alojamento permanente prestando os seus serviços durante 24 horas, a todos os utentes que se encontram em situação de dependência provocada por situação de isolamento e incapacidade de manter a sua autonomia. Os serviços de ERPI para além das atividades previstas de prestação dos cuidados inerentes aos objetivos constantes da tipologia de resposta, garante cuidados de saúde com enfermeiro em tempo inteiro e médico em regime de prestação de serviços e um enfermeiro, no mesmo regime, para assegurar as folgas e ausências do primeiro. Desenvolve atividades de animação e de ocupação com os idosos, possuindo um animador para esta função.

A preocupação com o serviço prestado aos utentes face ao aumento do nível dependência dos idosos exige mais formação dos seus recursos humanos para lidar com as técnicas adequadas ao perfil do utente, nomeadamente na demência e técnicas de mobilização. A nível interno tem sido efetuada a formação ao nível da enfermagem e cuidados de saúde.

A qualidade de funcionamento e dos serviços prestados adequados ao perfil e necessidades do utente, têm de ser garantido em todas as categorias profissionais.

Santa Casa da Misericórdia de Monforte- Freguesia de Monforte

A IPSS assegura as respostas de ERPI, SAD e Creche.

A resposta social de ERPI é um equipamento coletivo de alojamento permanente ou temporário, destinado a fornecer respostas a idosos que se encontrem em risco, com perda de independência e/ou autonomia. Assim, como fornecer apoio instrumental a idosos que na impossibilidade de se puderem manter no seu meio natural, devido à solidão ou isolamento.

Este serviço funciona de 24h por dia oferecendo aos utentes os cuidados básicos e apoio instrumental, tais como as refeições, a higiene diária, os cuidados de saúde com assistência de serviço de enfermagem, o cuidado da roupa, entre outros. Para além destes serviços ainda fornece apoio biopsicossocial através de diversas atividades com a finalidade de promover o desenvolvimento pessoal e social dos idosos, assim como a sua estimulação motora, cognitiva, social e afetiva.

A resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário tem como principal objetivo criar condições de permanência do idoso, sempre que possível no seu domicílio, colocando à sua disposição vários tipos de ajudas/serviços e por outro fomentar redes de interajuda, com a família, amigos e comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e/ou família. A valência de S.A.D assegura a prestação dos seguintes serviços: Refeição ao domicílio, prestação de cuidados de higiene e conforto pessoal, higiene habitacional, tratamento de roupa, vigilância medicamentosa, apoio na aquisição de bens e serviços e apoio psicossocial.

A resposta de creche é um equipamento de natureza socioeducativa vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais. Tem como atividades desenvolvidas: cuidados de nutrição e alimentação adequada à idade da criança, sem prejuízo de dietas especiais em caso de prescrição médica; Cuidados de Higiene Pessoal; Atividades pedagógicas, lúdicas e de motricidade, em função da idade e necessidades específicas da criança.

Centro Social Santo António de Vaiamonte – Freguesia de Vaiamonte

A IPSS tem as respostas sociais de ERPI, SAD e CD.

A instituição presta todos os serviços inerentes aos objetivos de funcionamento das suas respostas, nomeadamente em ERPI:

- Prestação de cuidados essenciais á qualidade de vida dos utentes em regime de alojamento permanente

-Higiene Pessoal

- Tratamento de roupa

- Preparação e gestão de medicação, receituário e consultas

- Animação sociocultural, atividade física (colaboração com Município de Monforte).

Os cuidados de saúde são prestados em colaboração com o Centro de Saúde, dado que a instituição não tem médico.

Em SAD presta os serviços de: Higiene Pessoal, Tratamento de roupa, Preparação e gestão de medicação, receituário e consulta, alimentação e higiene habitacional e o CD presta os serviços de apoio previstos de partilha e convívio com o objetivo de diminuir o isolamento e solidão de idosos que ainda possuem autonomia.

A instituição para melhorar a prestação de cuidados aos seus utentes promove formação em contexto de trabalho.

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTO ALEIXO

A IPSS tem as respostas de SAD e ERPI tendo, esta última, iniciado a sua atividade em 2019.

Em ERPI assegura:

- as atividades diárias como alimentação, higiene e cuidados pessoais, higiene dos espaços;
- Cuidados e avaliação de enfermagem;
- Avaliação médica;
- Fisioterapia;
- Gerontomotricidade;
- Psicomotricidade Individual;
- Estimulação Cognitiva;
- Atelier de Expressões;
- Atividades Lúdicas;
- Atelier de Cozinha; Horta; Clube de Leitura; Atividades Culturais e Religiosas; Atividades Sociais.

Os serviços médicos são garantidos por um médico em regime de voluntariado.

As atividades em SAD são as previstas de cuidados de higiene habitacional e refeições.

Com o funcionamento em ERPI deixou de existir a resposta de CD que se pretende reativar.

A instituição preocupa-se com as necessidades de formação dos seus recursos humanos, até porque a valência de ERPI é recente, pelo que tem procedido á formação em contexto interno e externo, com o objetivo de a transformas numa unidade de excelência

Centro Social Nossa Senhora dos Milagres (CSNSM)- Freguesia de Assumar

A IPSS assegura, somente as respostas de SAD e CD, pelo que complementa as atividades desenvolvidas pela outra IPSS da Freguesia de Assumar, FVVP, que assegura a valência de ERPI.

As atividades desenvolvidas são as que estão no objeto das respetivas respostas. Não sublinhando a instituição qualquer outra atividade que desenvolva face a constrangimentos financeiros que serão previsíveis face ao número de utentes (14) e dificuldade de garantir a sua sustentabilidade.

Centro de Recuperação de Menores D. Manuel Trindade Salgueiro (CRMA)

As Irmãs Hospitaleiras Do Sagrado Coração de Jesus é a instituição que através de protocolo e acordo de cooperação com o Ministério da Saúde gere o Centro de Recuperação de Menores de Assumar.

A Instituição é uma resposta social, mas vocacionada para a saúde, em regime de internamento, em que recebe os seus utentes em idade menor, mas dada a problemática de deficiência, se mantém ao longo da sua vida.

A idade dos utentes reflete esta situação em que os intervalos de grupos etário dos 0-14 é menor do que os grupos seguintes que se estendem até aos 71 anos. Os utentes são todos do género feminino.

DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO ETÁRIO

8 a 14	5
15 a 24	30
25 a 45	36
46 a 65	46
66 a 80	3
TOTAL	120

A caraterização desta instituição pela sua especificidade e relevância transcreve-se diretamente do questionário preenchido pela instituição.

A tabela seguinte identifica a sua origem.

Tabela 67. Origem dos utentes;

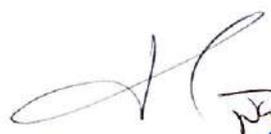
Concelho	Total	Concelho	Total	Concelho	Total
Abrantes	5	Idanha a Nova	2	Serpa	1
Albufeira	1	Lamego	1	Sertã	1
Almada	3	Lisboa	14	Setúbal	5
Alter do Chão	1	Loulé	2	Silves	4
Amadora	1	Loures	2	Sintra	1
Avis	1	Marco de Canaveses	1	Sousel	1
Beja	3	Mértola	2	Tavira	1
Benavente	1	Mogadouro	1	Tomar	1
Brasil	1	Moita	1	Torres Novas	3
Caldas da Rainha	1	Monção	1	Torres Vedras	1
Campo Maior	1	Monforte	1	Valpaços	1
Cascais	1	Montijo	1	Vila de Rei	1
Castelo Branco	2	Nazaré	1	Vila Franca de Xira	1
Cinfães	1	Nelas	2	Vila Nova de Famalicão	1
Covilhã	1	Nisa	1		
Crato	1	Oliveira de Frades	1		
Elvas	3	Pampilhosa da Serra	1		
Entroncamento	1	Paredes	1		
Estremoz	1	Peniche	1		
Évora	3	Ponte Sor	2		
Faro	4	Portalegre	2		
Figueira da Foz	2	Portimão	1		
Figueira de Castelo Rodrigo	1	Porto	2		
França	2	Rio Maior	2		
Fronteira	1	Roméia	1		
Grândola	3	S Brás de Alportel	1		
Guiné	1	Santiago do Cacém	1		

Fonte: inquéritos; elaboração CRM

Tabela 68. Grau de Incapacidade

Grau de Incapacidade DL 352/2007, 23 de outubro	Total
60% - 69%	8
70% - 79%	36
80% - 89%	40
90% - 99%	35

A situação de incapacidade resulta da comorbilidade de diagnósticos de deficiência intelectual, motora, sensorial, e outras doenças comórbidas.


 NE
 SF.
 en

RECURSOS HUMANOS

Categoria Profissional	1º ciclo T(nº)	F (nº)	2º Ciclo T(nº)	F (nº)	3º Ciclo T(nº)	F (nº)	Sec T(nº)	F (nº)	Lic T(nº)	F (nº)	Mest T(nº)	F (nº)
Médicos									3	1		
Psicólogas									1	1	1	1
Enfermeiros									10	9	3	2
Farmacêutica											1	1
Fisioterapeuta									1	1		
Terapeuta Ocupacional									1	1		
Psicomotricistas									1	1	1	1
Terapeuta da Fala									1	1		
Ajudante de Enfermaria	1	1	4	4	16	16	12	12	1	1		
Assistente Social									1	1		
Ajudante de Ocupação							2	2	2	2		
Educadora Social							1	1				
Monitora							1	1				
Encarregada de Unidade			1	1	2	2	1	1				
Auxiliar de Farmácia							1	1				
Diretor Gerente											1	1
Escriturárias							2	2				
Cabeleireira					1	1						
Lavadeira			1	1			1	1				
Rececionista					1	1						
Jardineiro							1					
Motorista			1									
Eletricista					1							


 17/12


No total são **80 funcionários** com aptidões técnicas e competências diversas adequadas às necessidades dos respetivos serviços e funções, em que na sua maioria são do género feminino. Para além destes recursos humanos a instituição ainda tem em regime de prestação de serviços:

-1 Nutricionista

- 1 Fisiatra

- 1 Estomatologista

- 8 Enfermeiros

O regime de internamento e as comorbidades associadas exigem uma permanência constante de técnicos de saúde, com horários por turnos durante 24h e todos os dias do ano.

A formação assume relevância para uma atividade que exige uma preparação e capacidade de resiliência superior.

A tabela seguinte foi disponibilizada pelo CRMA o que demonstra o nível de cuidados a ter com os utentes e serviços prestados.

FORMAÇÃO			
Área de formação - Código	Cursos	Duração (horas)	Destinatários
310	Motivação e Gestão de Conflitos	4h	Todos os colaboradores
	Inteligência Emocional	4h	Todos os colaboradores
	Saúde Mental e Gestão de Comportamentos Agressivos: como atuar?	4h	Todos os colaboradores
347	Identidade Institucional	6h	Todos os colaboradores
	Código de Ética e Conduta	2h	Todos os colaboradores
	Sistema de Gestão da Qualidade	10h	Todos os colaboradores
	Elaboração de PII's	4h	Equipa Técnica
	Integração de Novos Colaboradores	52h	Novas admissões
723	Imobilizações, transferências e posicionamentos (HST)	8h	AE/ASG, Enfermagem
	Controlo de Infecções (HST)	4h	Todos os colaboradores
	Suporte Básico de Vida	4h	Todos os colaboradores
	Utilização de DAE	7h	Enfermeiros e Médico:
861	Higiene e Segurança no Trabalho	2h	Todos os colaboradores
	Atuação em Situação de Emergência	2h	Todos os colaboradores

As atividades desenvolvidas pela Instituição são:

Acolhimento Residencial

- Internamento prolongado em Psiquiatria da Infância e Adolescência, multideficiência e reabilitação psicopedagógica.

- Valência Pedagógica para crianças em idade escolar sem resposta educativa no ensino regular
- Intervenção Técnica Especializada nas áreas da: psiquiatria, clínica geral, pediatria, estomatologia, fisioterapia, enfermagem (geral e especializada), nutricionista, psicologia, serviço social, terapia da fala, fisioterapia, psicomotricidade e terapia ocupacional
- Residências de treino de competências de vida diária
- Valência ocupacional diferenciada
- Parcerias no âmbito da inclusão social e inclusão profissional/formativa

[Handwritten signature]
 P.
 SF.
 CR

[Handwritten signature]
 H
 Jan
 H

Consulta Externa

- Consulta em ambulatório nas especialidades de psiquiatria, psicologia, terapia da fala, estomatologia, para um público infantojuvenil

Realização, em ambulatório, de atos de enfermagem á comunidade de Assumar.

Os constrangimentos ao funcionamento da CRMA são os seguintes:

Áreas	Constrangimentos	Causas
Recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de RH (especializados e não especializados) 	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil não adequado • Profissionais especializado foram absorvidos por outras entidades (interioridade do Centro)
Materiais	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura Física envelhecida (sistema elétrico, isolamento térmico, telhados) 	<ul style="list-style-type: none"> • Antiguidade do edificado
Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Dependência exclusiva de um financiador 	<ul style="list-style-type: none"> • Apenas temos acordo com o SNS
Tipologia de Procura	<ul style="list-style-type: none"> • Idade >17 anos • Género masculino • Não cumprimento de critérios de admissão 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de resposta a nível nacional

Fonte: CRMA, elaboração CRMA

Os desafios e oportunidades colocados á instituição são aqui elencados dada a especificidade dos serviços prestados:

DESAFIOS

- **Sustentabilidade Energética do equipamento**
- **Atualização da estrutura física**
- **Adaptação da estrutura às novas necessidades da população assistida**

OPORTUNIDADES

- **Única resposta de saúde especializada na área da saúde mental infantojuvenil em Portugal Continental.**
- **Boa articulação com Entidades e Parceiros**

As propostas de novas respostas são identificadas na síntese da Carta Social de Monforte.

5. DOS CONSTRANGIMENTOS À PROSPETIVA

A caracterização do funcionamento permite-nos aferir da dimensão de cada uma das IPSS e, em particular, da assimetria existente entre a diversidade dos serviços prestados. Através dos questionários foram identificados constrangimentos e desafios que se colocam a cada uma das IPSS, que se sintetizam em função dos recursos humanos e técnicos, materiais e financeiros, para corresponder à procura. Em função dos desafios estabelecem-se os objetivos e respetiva prospetiva que permitirá estabelecer as respostas sociais para um intervalo de 10 anos.

[Handwritten signature]
 SF.
[Handwritten initials]

Constrangimentos	Problemas	Causas
RECURSOS HUMANOS	carência de recursos humanos para assegurar as tarefas diárias que asseguram o funcionamento IPSS.	pouca população ativa e falta de atratividade provocada pelo trabalho por turnos e baixos salários
	Necessidades de formação especializada e falta de motivação	procura elevada de RH que não facilita a permanência na mesma instituição (quadro) e desmotiva formação.
		Ausência de estabilidade dos quadros das IPSS
	Falta de Recursos técnicos especializados: gerontologia, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, animadores	RH não existentes, em particular na área da saúde para satisfazer a procura
		Recursos financeiros escassos para a contratação dos respetivos prestadores
	Motivação	tipologia de atividade profissional associada a baixos salários
emprego temporário que se verifica com o aumento de nível de escolaridade		
RECURSOS MATERIAIS	Manutenção das instalações	Falta de Recursos Humanos
	Equipamento/mobiliário e outros adequado às necessidades dos utentes nas instalações mais antigas	Utentes com maiores níveis de dependência
		Recursos financeiros escassos
Adequação das instalações às necessidades de funcionamento	Instalações mais antigas com obstáculos às acessibilidades/mobilidade	
RECURSOS FINANCEIROS	Dificuldades de sustentabilidade financeira	Dependência financeira dos acordos de cooperação
		Reformas baixas
		Aumento dos encargos com pessoal
		Aumento dos encargos com o funcionamento
		Aumento do nível de dependência dos idosos

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Conclui-se que a os constrangimentos estão associados às causas já identificadas, pouca população ativa, baixos rendimentos dos pensionistas/reformados e aumento da longevidade da população idosa, que condiciona a sustentabilidade das IPSS, dependentes dos acordos de cooperação, embora tenham aumentado em 2024 decorrente do compromisso de cooperação entre o MTSS e as Uniões das IPSS

Pelo que as IPSS identificam os desafios que se sintetizam na tabela seguinte agregando-os por objetivos.

Desafios	Objetivos
Adequar as instalações e equipamentos às necessidades dos utentes com idade cada vez mais avançada	Aumentar a qualidade dos serviços prestados
Diversificar a oferta de serviços de acordo com perfil do utente	
Estabilidade do quadro de pessoal	Sustentabilidade financeira das IPSS
Complementaridade em rede de RH especializados	
Aumentar a capacidade oferta das IPSS em ERPI	
Reforçar as respostas de SAD e regeneração dos Centros de Dia	
Formação e qualificação dos RH por objetivos de progressão na categoria profissional	Competitividade externa para atrair novos públicos
Atrair RH especializados	
Atrair novos públicos externos	
Implementar uma rede Concelhia de oferta de respostas sociais em complementaridade com a saúde	

Conclui-se, que os desafios que se colocam de forma agregada por objetivos permite organizar as respostas sociais com uma rede de serviços e equipamentos diversificados e de qualidade, que corresponde às novas necessidades do utente ao mesmo tempo que se torna mais competitiva para atrair novos públicos.

➤ **A PROSPETIVA**

A projeção da população total apresenta dois cenários com intervalos diferentes que permitem um cenário mais otimista considerando o facto de os ciclos censitários oscilarem entre variações mais ou menos negativas provocado por o aumento da população em idade fértil só se concluir ao fim de mais de um ciclo. Como existiu uma variação positiva entre 2001-2011 na população entre os 0-14 anos e existiu uma estabilidade no grupo entre os 15 e 24 anos em 2011 escolheu-se como mais provável o cenário B. Com base neste cenário efetuou-se a projeção por grupo etário para os próximos 10 e 20 anos que estão representadas na tabela e no gráfico seguinte.

Tabela 69. Projeção da população por grupo etário

	0-14	15-24	25-64	65-74	mais 75
2001	434	436	1575	542	406
2011	489	325	1560	416	539
2021	414	331	1386	339	522
2031	410	312	1348	306	551
2041	406	294	1311	276	582

Fonte: INE; elaboração própria

Permite-nos concluir que a 10 anos existirá uma relativa estabilidade na população residente, mas que único grupo que continua a aumentar é o que tem mais de 75 anos, que se prolonga em 2041 e a variação mais significativa em termos absolutos é no grupo dos 65-74 anos e 25-64 anos.

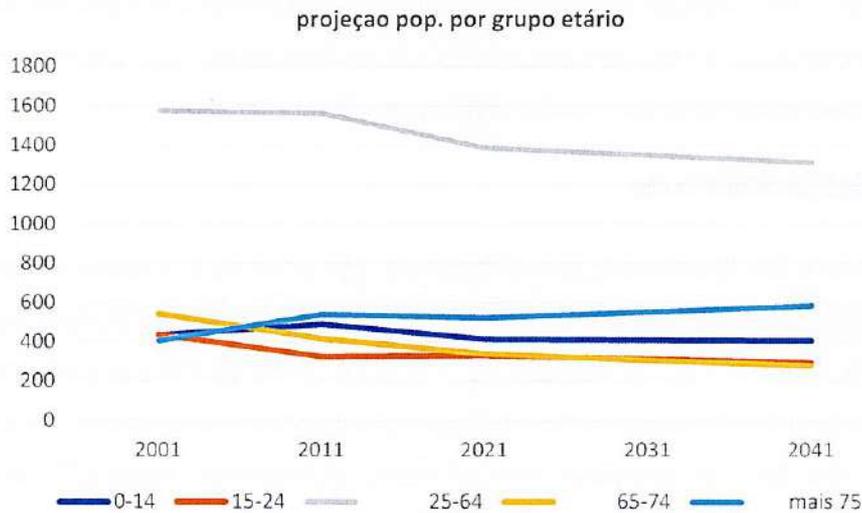


Figura 40. Gráfico da evolução da projeção da população por grupo etário, elaboração própria

O aumento da longevidade vai colocar pressões significativas sobre os serviços e equipamentos sociais da população idosa, a par do reforço dos cuidados de saúde. Pelo que a carta social prevê o reforço das respostas sociais, com base numa alteração da procura para uma população cada vez mais idosa, mitigando as consequências e a problemática, já identificada pelas IPSS.

A prospetiva inclui serviços especializados com capacidade de resposta em ERPI articulados com o SAD e CD, para prevenir a autonomia e isolamento dos idosos. A tendência será de o alojamento permanente em ERPI ser cada vez mais especializado face à tipificação do utente com problemas de demência e mobilidade, que exigem uma resposta de SAD mais diversificada, reestruturando e qualificando os serviços. Repensar os CD como espaços de convívio que detetam e previnem a

qualidade de vida dos seus utentes através da prevenção das situações de risco em particular na saúde e no isolamento.

Relativamente á população jovem entre os 0-14 anos os valores mantêm-se relativamente estáveis, mas poderão oscilar. Verifica-se que as taxas de ocupação são inferiores á capacidade, logo não se considera que exista grande pressão sobre os serviços e equipamento de apoio às crianças e jovens. No entanto, se existirem movimentos migratórios positivos terão que ser monitorizados, pois fatores externos poderão motivar maior procura, em particular, com a entrada de mulheres mais jovens no mercado de trabalho pelo que se deverão considerar a possibilidade de respostas, nomeadamente em creche e apoio ao prolongamento de horário no pré-escolar. A existência de uma economia social tão relevante, em que quase na sua totalidade são mulheres que trabalham por turnos, será de considerar soluções de guarda de estas crianças, par além do prolongamento de horário, que permita uma maior motivação e autonomia para exercerem a sua profissão. Da mesma forma, que será de considerar a não existência de creche nas freguesias e qual a resposta que deverá ser dada.

6. A Carta Social de Monforte

A caracterização da rede está devidamente georreferenciada, pelo que a mesma será acompanhada de fichas que permitem a sua monitorização e acompanhamento, através de uma lista de atributos que será implementada em ambiente SIG¹⁶. A aprovação da candidatura ao PRR do programa “Radar Social”, embora sendo um instrumento destinado á aplicação dos PDS, tem como base de trabalho a georreferenciação dos RSES de Monforte, com as outras componentes (variáveis) que se vão alterando, num processo que se pretende que seja dinâmico.

Os quadros seguintes sintetizam as respostas sociais a serem adequadas, qualificadas e novos equipamentos que se pretende venham a ser implementados num prazo de 10 anos. As metas consideradas foram estabelecidas de acordo com os dados existentes, como as listas de espera nas IPSS e considerando um aumento da procura em cerca de 6%, de acordo com as projeções.

As metas estabelecidas para as respostas sociais das crianças e jovens são consideradas sem qualquer majoração para aumento de procura, mas apenas com uma previsão do aumento da capacidade.

As ações a implementar estão de acordo com as propostas das IPSS e congregam os principais objetivos definidos pela Carta Social.

¹⁶ Sistema de Informação geográfica

ASSUMAR

Fundação Vaquinhas e Velez do Peso		ERPI	SAD - a criar	CD - a criar
nº de utentes		36		
capacidade		36		
c/ acordo de cooperação		30		
Lista de espera	F/ do Concelho	14		
	do Concelho	16		
METAS- 2031- capacidade		36	20	10

Ações
Qualificação das instalações e dos equipamentos
Nova resposta social de SAD- parceria
Cantina Social
Qualificação dos Recursos Humanos
REDE de RH Apoio Técnico

Centro Dia Nossa Senhora dos Milagres		SAD	CD
nº de utentes		8	6
capacidade		25	20
c/ acordo de cooperação		7	6
Lista de espera	F/ do Concelho	0	0
	do Concelho	0	0
METAS- 2031- capacidade		25	20

Ações
Parcerias em rede para reforço/qualificação dos serviços de SAD
Rede de RH para apoio técnico
Unidade Residencial Colaboracionista
Unidade Residencial Temporária de Apoio à Vítima

A qualificação das instalações e substituição de equipamentos obsoletos são objetivos de curto prazo para aumentar a qualidade dos serviços prestados, a par da qualificação dos recursos humanos.

A sustentabilidade financeira das IPSS passa pela rentabilização dos recursos humanos e físicos conferindo escala com a diversificação das respostas como os de SAD e Cantina Social. Embora na mesma freguesia existam serviços de SAD prestados por o CDNSM, propõe-se a sua partilha, face às dificuldades financeiras, estabelecendo acordos, incluindo uma Rede de Recursos Humanos de apoio técnico, em áreas da saúde e outras identificadas, entre IPSS, em particular o CRMA dada a capacidade instalada.

A sustentabilidade do CDNSM cumpre os objetivos de diversificação dos serviços prestados e a sua qualificação pelo que se propõe a implementar novas propostas, com fragilidade no contexto nacional e já identificadas como inovadoras pela Segurança Social. Assim as duas unidades propostas, uma residencial colaboracionista para situações de famílias em risco, incluindo as monoparentais, enquanto a residencial temporária de apoio á vítima permitirá reforçar a oferta a nível nacional de situações de vulnerabilidade de vítimas de violência doméstica. Esta resposta integra a rede nacional, constituindo uma oportunidade para descentralizar a oferta, com melhor acompanhamento potencializado pela proximidade.

Todas as IPSS identificaram a necessidade de reforço dos serviços de SAD, bem como a sua qualificação e humanização em função do nível de dependência dos idosos e a possibilidade de alargar o acompanhamento aos mais idosos em recuperação e às suas famílias, podendo vir a constituir novas respostas sociais. O objetivo é adiar o alojamento permanente em ERPI, com acompanhamento e serviços que adiem aquela opção e/ ou quando acontecer sejam mitigados por uma maior independência do idoso, diminuído a pressão sobre as IPSS.

MONFORTE

Santa Casa da Misericórdia de Monforte	ERPI	SAD	USM
nº de utentes	51	26	
capacidade	51	25	
c/ acordo de cooperação	51	13	
Lista de espera	F/ do Concelho	21	
	do Concelho	19	
METAS- 2031- capacidade	62	35	24
Ações			
Qualificação das instalações; aumento da capacidade de ERPI			
Reforço da resposta social de SAD			
Qualificação dos Recursos Humanos			
REDE de RH ApoioTécnico			
Unidade de Saúde Mental- Nova resposta			

As ações são as previstas e que correspondem aos objetivos, já elencados, para a freguesia de Monforte. Salienta-se que a SCMM tem aprovada uma unidade de saúde mental que pretende candidatar e que poderá ser considerada âncora para o reforço da RSES de Monforte e as NUTS II e III. A unidade está prevista para 24 utentes.

As metas pretendidas para os acordos de cooperação até 2031 são o reforço das respostas de SAD até aos 35 utentes e as de ERPI até aos 62 utentes, considerando a ampliação e qualificação das instalações da SCMM:

A caracterização desta Unidade de Saúde Mental, pela sua especificidade vem em Ficha anexa.

SANTO ALEIXO

Centro Social e Paroquial de Santo Aleixo		ERPI	SAD	CD - a criar
nº de utentes		33	16	
capacidade		33	106	
c/ acordo de cooperação		26	19	
Lista de espera	F/ do Concelho	100		
	do Concelho	16		
METAS- 2031- capacidade		33	25	10

Ações
Reforço e reestruturação da resposta social de SAD
Qualificação dos Recursos Humanos
REDE de RH Apoio Técnico
Repôr o serviço de CD

O equipamento social mais recente existente no Concelho de Monforte, justifica a maior procura em consequência da qualidade das suas instalações e diversidade de serviços prestados.

VAIAMONTE

Centro Social de St. António de Vaiamonte		ERPI	SAD	CD
nº de utentes		19	10	7
capacidade		19	38	10
c/ acordo de cooperação		14	19	7
Lista de espera	F/ do Concelho	10		
	do Concelho	16		
METAS- 2031- capacidade		35	38	10

Ações
Ampliação da valência de ERPI
Reforço da resposta social de SAD
Qualificação dos Recursos Humanos
REDE de RH Apoio Técnico

As ações previstas contemplam a ampliação do Equipamento Social na valência de ERPI, considerando a procura e a sustentabilidade da IPSS devendo rentabilizar o seu funcionamento com um nº de utentes nunca inferior a 30. Pelo que prevê o aumento da sua capacidade para mais 15 a 20 utentes.

As metas propostas estão com uma previsão do aumento da capacidade conforme com as projeções do aumento de serviços sociais. Em ERPI estão previstas ampliações do Centro Social de St. António

de Viamonte e da SCMM, embora na proposta a 10 anos seja maior o reforço e qualificação dos serviços de SAD, tornando-os mais especializados e retardando a entrada em ERPI.

Crianças e Jovens

A resposta de cresce centralizada na freguesia de Monforte na SCMM propõe-se como **meta até 2031**, como prevenção e justificada pela baixa cobertura de um aumento **dos Acordos de Cooperação de 42 crianças**. Para tal a SCMM deverá proceder a alterações nas suas instalações, qualificando-as e aumentando a sua capacidade.

Ao nível do pré-escolar o município irá continuar a manter a sua rede de apoio, tendo os equipamentos sido remodelados e equipados, pelo que se prevê a sua manutenção e qualificação no período de 10 anos, mantendo em funcionamento a oferta existente nas freguesias.

As atividades de CAF e AAAF prestadas pelo Município e de apoio ao estudo estão previstas os Centros de Apoio à Família que têm como público-alvo as crianças do ensino básico com a construção e equipamento novo na freguesia de Assumar e a Requalificação da antiga Escola do 1º ciclo de Monforte.

Centro de Recuperação de Menores D. Manuel Trindade Salgueiro (CRMA)

A importância do CRMA na RSES de Monforte justifica a integração das suas propostas na Carta Social por prioridades:

- 1. Unidade Residencial para pessoas portadoras de Perturbação do Espectro do Autismo (PEA)**
- 2. Empresa de Inserção Social para pessoas portadoras de Perturbação do Desenvolvimento Intelectual (PDI)**
- 3. Construção de Unidade Residencial Geriátrica para pessoas portadoras de PDI**
- 4. Serviço ambulatório de tratamentos psiquiátricos diferenciados**
- 5. Consulta Externa de Neurologia**
- 6. Maior Abrangência etária das consultas externas de Psiquiatria, Psicologia, e Terapia da Fala**
- 7. Programa de Cuidados de Enfermagem ao Domicílio**
- 8. Construção de Residências de Apoio Moderado para pessoas com Duplo Diagnóstico – tipo B**
- 9. Residência Autónoma na Comunidade, para pessoas portadoras de PDI**

10. Divulgação do Projeto Cata-vento, de forma a ampliar a sua abrangência

11. Biblioteca comunitária

12. Banco de recursos de ajudas técnicas

13. Quinta Pedagógica

14. Pavilhão / campo polidesportivo

15. Serviço ambulatório de Fisiatria e Fisioterapia

16. Piscina aberta à comunidade do concelho (Projeto de responsabilidade social) e tanque terapêutico.

A instituição pelos recursos técnicos de que dispõe, associados às necessidades da RSES de Monforte e de acordo com os seus objetivos, será a âncora de uma rede recursos humanos especializados para suprir as dificuldades das IPSS na área da saúde, através de parcerias que permitam atingir os objetivos da CSM.

OUTRAS RESPOSTAS

As respostas sociais elencadas pelas IPSS correspondem às tipologias existentes. No entanto, face ao já citado na prospetiva, as necessidades de adequação dos serviços á problemática de dependência dos utentes mais idosos, não invalida a possibilidade de os equipamentos evoluírem para **Unidades e Equipas de Cuidados Continuados Integrados, nas suas diferentes tipologias, em particular as Equipas Domiciliárias de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) de saúde e apoio social.**

CONCLUSÃO

A Carta Social de Monforte reflete a RSES propostos pelas IPSS do Concelho cumprindo os objetivos de sustentabilidade da rede, de diversidade e qualificação de serviços e equipamentos, afirmando cada mais a importância do setor da economia social no contexto da região, face à procura crescente e a prospetiva de alteração do perfil do Utente.

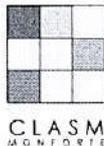
O aumento dos serviços de SAD com a sua maior abrangência e diversidade na tipologia de apoios aos utentes foi reconhecido por todas as IPSS, da mesma forma que a necessidade de uma rede de complementaridade entre instituições. Este princípio de prestação de serviços em rede IPSS tem como objetivo a maior competitividade externa da RSESM com a capacidade de resposta à procura que existe de utentes de fora do Concelho.

Nas ações previstas para cada IPSS a necessidade de qualificação dos recursos humanos com formação e especialidades técnicas que respondam ao perfil de utente cada vez mais idoso e com maior dependência são a principal preocupação. Tal justifica esta parceria em rede de Recursos Humanos especializados, da saúde ao animador sociocultural, em que se identificam IPSS que podem dispor de serviços partilhados e já praticado como o caso do CRMA.

A proposta de uma Unidade de Saúde Mental na SCMM constitui-se como uma mais-valia para reforçar a qualidade e diversidade interna da RSES e aumentar a sua competitividade externa multiescala. A oferta desta unidade permitirá o reforço da qualidade técnica dos recursos humanos ao dispor da rede atuando em complementaridade com os serviços prestados pelas restantes IPSS no diagnóstico e prevenção da saúde mental.

O modelo de governação da rede será apresentado de acordo com a definição e aprovação do CLAS, que fará parte integrante da CSM.

Por último, **a RSESM deverá articular-se com o Plano de Desenvolvimento Social de Monforte** e os Planos de Ação Anuais, aprovados pelo CLAS, que com a implementação do “Radar Social” permitirá a monitorização e avaliação permanente da prestação de serviços e das necessidades da rede permitindo antecipar os problemas e atuando sobre as suas causas.



Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right of the page.

-----**Extrato da Ata n.º 1/2024**-----

Ao vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, reuniu o **plenário**, do Conselho Local de Ação Social de Monforte, onde consta, a seguinte deliberação:-----

1. Emissão de parecer sobre a Carta Social Municipal, de acordo com o Artigo 6.º da Portaria n.º 66/2021 de 17 de março.-----

Nos termos do art.º 6º, nº 2 da Portaria nº 66/2021, de 17 de Março, a Câmara Municipal de Monforte remeteu a proposta de Carta Social Municipal aprovada por unanimidade na reunião de Câmara datada de 27 de Fevereiro, deliberação nº 73, para parecer do CLAS de Monforte.

Sobre a proposta apresentada, os membros foram unânimes em dar parecer favorável, tendo no entanto, sido solicitadas retificações acerca da caracterização das entidades, retificações estas que se anexam à presente ata. -----

As retificações apresentadas deverão ser consideradas para efeitos da versão final a aprovar em reunião de Câmara e posterior submissão à Assembleia Municipal. -----

-----Monforte, 28 de fevereiro de 2024-----

A Presidente do Conselho Local de Ação Social de Monforte

Mariana Trindade Mota

Mariana de Jesus Trindade Mota

